

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308 - Companhia Aberta - CVM nº 2174-1
Rua Pedroso de Morais, nº 1.553, 8º andar, conjunto 81, 05419-001

Lastreados em Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio Pulverizados

no montante de

R\$ 22.000.000,00

Classificação de Risco: 7ª Série: AA+ / 8ª Série: A-

Códigos Ativos CETIP: 7ª Série: [•] / 8ª Série: [•]

Registro na CVM nº [•], concedido em [•] de [•] de 2009

Emissão de 20 (vinte) CRAs, escriturais, para distribuição pública, sendo 10 (dez) CRAs no montante total de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais) referente à 7ª série, e 10 (dez) CRAs no montante total de R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais) referente à 8ª série, perfazendo o montante total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), da 1ª (primeira) emissão pública da **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, com valor nominal unitário, na data de 28 de agosto de 2009, de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) para cada CRA Sênior e R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais) para cada CRA Subordinado, deliberada pela Reunião do Conselho de Administração da Emissora no dia 17 de agosto de 2009, conforme ata publicada no Jornal da Tarde. Ambas as séries terão vencimento em 30 de setembro de 2010, tendo a série sênior (7ª série) preferência na amortização em relação à série subordinada (8ª série). Os CRAs terão lastro em 12 (doze) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio de valor total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), na data de 28 de agosto de 2008, e com a instituição de regime fiduciário, conforme estabelecido no respectivo Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio. A remuneração de todos os CRAs da 7ª série, fixada após a apuração de processo de Bookbuilding, será de 14% (quatorze por cento) ao ano, calculada pro rata temporis, sobre o valor nominal de cada CRA da 7ª série. A remuneração de todos os CRAs da 8ª série, fixada após a apuração de processo de Bookbuilding, será de 18% (dezoito por cento) ao ano, calculada pro rata temporis, sobre o valor nominal de cada CRA da 8ª série. Os CRAs serão admitidos à negociação na CETIP.

Os investidores devem ler a Seção “Fatores de Risco”, nas páginas 71 a 81 deste Prospecto, que contém certos fatores de risco que devem ser considerados com relação à aquisição dos CRAs.

O registro da Oferta não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Emissora, bem como sobre os CRAs a serem distribuídos.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Estruturador



Agência de Rating



Local de Negociação dos CRAs



Coordenador Líder



Consultor Jurídico

BARBOSA, MÜSSNICII & ARAGÃO
ADVOGADOS

Agentes de Monitoramento Agrícola



**Custodiante, Banco Liquidante e
Agente Escriturador dos CRAs**



Agente Fiduciário



Agente de Monitoramento Industrial



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NESSE PROSPECTO	5
2. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA.....	15
2.1. SUMÁRIO DA OFERTA	15
2.2. INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA.....	26
2.2.1. Identificação das Instituições Contratadas	26
2.2.2. Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários.....	28
2.2.3. Demonstrativo do Custo de Distribuição	28
2.2.4. Relação da Emissora com o Coordenador Líder	30
2.2.5. Relação da Emissora com as Devedoras	30
2.2.6. Relação da Emissora com a Instituição Custodiante.....	30
2.2.7. Relação da Emissora com o Agente Fiduciário	30
2.2.8. Relação da Emissora com a Agência de Rating.....	30
2.2.9. Relação da Emissora com os Agentes de Monitoramento Agrícola.....	30
2.2.10. Relação da Emissora com o Agente de Monitoramento Industrial.....	31
2.2.11. Destinação de Recursos	31
2.2.12. Classificação de Risco	31
2.2.13. Principais Disposições Contratuais com a Instituição Custodiante	31
2.2.14. Principais Disposições Contratuais com o Agente Fiduciário	32
2.2.15. Principais Disposições Contratuais com os Agentes de Monitoramento Agrícola.....	32
2.2.16. Principais Disposições Contratuais com o Agente de Monitoramento Industrial	33
2.2.17. Tratamento Tributário Aplicável às Securitizadoras	33
2.2.18. Tributos Incidentes sobre o Investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio	34
2.2.19. Comitê de Monitoramento da Oferta	36
3. CARACTERÍSTICAS DOS CDCAS QUE COMPÕE O LASTRO DOS CRAS	39
3.1. SUMÁRIO DOS CDCAS.....	39
3.2. PRINCIPAIS DISPOSIÇÕES DOS CDCAS	40
3.3. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE AS DEVEDORAS.....	42
3.4. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS PRODUTORES RURAIS	45
3.5. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS CONTRATOS DE FORNECIMENTO COM OS OFFTAKERS.....	47
3.6. PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA A ORIGINAÇÃO E COBRANÇA DOS CDCAS	48
4. PANORAMA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM ESPECIAL DO SETOR SUCROALCOOLEIRO	55
4.1. A SECURITIZAÇÃO NO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO	55
4.2. O SETOR SUCROALCOOLEIRO	57
4.3. O MERCADO DE AÇÚCAR	61
4.4. O MERCADO DE ETANOL	65
5. FATORES DE RISCO.....	71
5.1. RISCOS RELACIONADOS A FATORES MACROECONÔMICOS	71
5.2. RISCOS RELACIONADOS AO MERCADO	73
5.3. RISCOS RELACIONADOS À ATIVIDADE E AO SETOR DA EMISSORA.....	74
5.4. RISCOS RELACIONADOS AO SETOR SUCROALCOOLEIRO	75
5.5. RISCOS RELACIONADOS À ORIGINAÇÃO DAS DEVEDORAS	77
5.6. RISCOS RELACIONADOS ÀS DEVEDORAS	78
5.7. RISCOS RELACIONADOS AOS CRAS E CDCAS	80

6. INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSORA	85
6.1. HISTÓRICO	85
6.2. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	85
6.3. PROPRIEDADES, PLANTAS E EQUIPAMENTOS	86
6.4. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA EMISSORA	87
6.5. PRINCIPAIS ACIONISTAS	87
6.6. ADMINISTRAÇÃO	87
6.6.1. <i>Conselho de Administração</i>	87
6.6.2. <i>Diretoria</i>	89
6.6.3. <i>Conselho Fiscal</i>	90
6.6.4. <i>Remuneração</i>	91
6.6.5. <i>Planos de Opção de Compra de Ações</i>	91
6.6.6. <i>Ações de Titularidade de Nossos Administradores</i>	91
6.6.7. <i>Adesão a Padrões Internacionais de Proteção Ambiental</i>	91
6.6.8. <i>Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural</i>	91
6.7. RECURSOS HUMANOS	92
6.8. INFORMAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS.....	92
6.9. CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS.....	94
6.10. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS E CONTRATOS RELEVANTES	94
6.11. PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	94
6.12. INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS E EVENTOS SUBSEQÜENTES	94
6.13. DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	94
 7. ANEXOS.....	 95
7.1. ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	97
7.2. ESTATUTO SOCIAL DA EMISSORA	103
7.3. RELATÓRIO DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	123
7.4. TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO	141
7.5. DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DO COORDENADOR LÍDER	183

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1. TERMOS E EXPRESSÕES UTILIZADOS NESSE PROSPECTO

Para fins do presente Prospecto, as definições a seguir indicadas terão o significado a elas atribuído, tanto no singular quanto no plural, salvo referência diversa neste Prospecto.

Agência de Rating	LOPES FILHO & ASSOCIADOS, CONSULTORES DE INVESTIMENTOS LTDA. , sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Araújo Porto Alegre, 36/8 parte, Cep 20030-013 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.511.508/0001-36.
Agente Fiduciário ou SLW	SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA. , instituição devidamente autorizada para esse fim pelo BACEN, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, bairro Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86.
Agentes de Monitoramento Agrícola	EMPRESA DO BRASIL DE WARRANT S/A , sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, 515, Bloco E, Cjs. 201/202, CEP: 04011-002 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.759.386/0001-08; e COTECNA SERVIÇOS LTDA. , sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chucuri Zaidan nº. 80, 7º andar, Bloco C, CEP 04583-110 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 53.174.983/0001-49.
Agente de Monitoramento Industrial	MBF AGRIBUSINESS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. com sede na Cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Gomes, 1.068 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.381.766/0001-26.
ANBID	Associação Nacional de Bancos de Investimento.
Anúncio de Encerramento	Anúncio informando o encerramento do prazo de distribuição pública dos CRAs, nos termos do Anexo V da Instrução CVM 400.

Anúncio de Início	Anúncio informando o início do prazo de distribuição pública dos CRAs, a ser publicado pelo Coordenador e pela Emissora, quando do início da distribuição pública dos CRAs, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400.
Aviso ao Mercado	Aviso publicado em 29 de junho de 2009, no jornal Valor Econômico, informando determinados termos e condições da Oferta e comunicando ao mercado o início do recebimento da Coleta de Intenções de Investimentos, em conformidade com os artigos 44 e 53 da Instrução CVM 400.
BACEN	Banco Central do Brasil.
<i>Bookbuilding</i>	Procedimento conduzido pelo Coordenador, que determinou a Remuneração dos CRAs
CDCAs ou Créditos	Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio, de número de ordem 004/2010, emitidos pelas Devedoras em conformidade com a Lei nº 11.076/04, tendo como lastro as CPRs e os direitos creditórios referentes aos Contratos de Fornecimento, e que serão vinculados aos CRAs.
CEPEA	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada.
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Conta Vinculada	Conta corrente nº 21977798 de titularidade da Emissora, na Agência 001 do Citibank, destinada para recebimento de todos os recursos relacionados aos CDCAs, incluindo os referentes aos Contratos de Fornecimento.

Contrato de Distribuição	Contrato de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de Colocação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio das 20 séries da Primeira Emissão Pública da Eco Securitizadora, celebrado em 19 de agosto de 2009, entre a Emissora e o Coordenador.
Contrato de Fornecimento	Contrato de compra e venda de açúcar ou álcool celebrado entre cada Devedora e um dos Offtakers, prevendo a comercialização de açúcar e/ou álcool em quantidade mínima equivalente a no mínimo, 100% (cem por cento) do valor de resgate do CDCA emitido pela respectiva Devedora.
Coordenador Líder, Coordenador ou Planner	PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. instituição devidamente autorizada para esse fim pelo BACEN, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54.
CPR	Cédula de Produto Rural, de número de ordem 004/2010, representativa da promessa de entrega de cana-de-açúcar, emitida em conformidade com a Lei nº 8.929/94 em favor das Devedoras, que pode contar com penhor agrícola de cana-de-açúcar em via de formação da safra 2010/2011, em primeiro grau de preferência e sem concorrência de terceiros, em quantidade mínima equivalente para produzir açúcar e/ou álcool em valor equivalente 100% (cem por cento) do respectivo valor de resgate do CDCA emitido.
CRAs	Certificados de Recebíveis do Agronegócio distribuídos na presente Oferta, referentes às 7ª e 8ª séries, ambas da Primeira Emissão da ECO Securitizadora, nos termos da Lei nº 11.076/04.
CRAs Seniores	CRAs referente à 7ª série.
CRAs Subordinados	CRAs referente à 8ª série.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.

Data de Emissão	Data de emissão de todos os CRAs, definida neste Prospecto como 28 de agosto de 2009.
Devedoras	Sociedades empresárias selecionadas pela ECO Securitizadora para emitir os CDCAs lastro da presente emissão e que exerçam a atividade de comercialização de álcool e/ou açúcar.
Ecoagro	ECOAGRO – EMPRESA DE CONSULTORIA DE OPERAÇÕES AGROPECUÁRIAS LTDA. , sociedade limitada, inscrita perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 08.846.477/0001-02, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.221.464.149, com sede na Avenida Angélica nº. 2.330, 11º andar, Bairro Consolação, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01228-200.
ECO Securitizadora ou Emissora	ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. , companhia inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.753.164/0001-43, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar, conjunto 81, CEP 05419-0001.
ESALQ	Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”.
Estatuto Social	Estatuto Social da ECO Securitizadora.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
Instituição Custodiante, Banco Liquidante, Agente Esriturador ou Citibank	BANCO CITIBANK S.A. , instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.111 – 2º andar-parte, situado no Bairro de Cerqueira César, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 33.479.023/0001-80.
Instrução CVM 400	Instrução da CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, que dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

Instrução CVM 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, que dispõe sobre a constituição, a administração, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento.
Instrução CVM 414	Instrução da CVM nº 414, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o registro de companhia aberta para companhias securitizadoras de créditos imobiliários e de oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI; sendo aplicável também para o registro de companhia aberta das companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio e de oferta pública de distribuição de Certificados de Recebíveis do Agronegócio em virtude do Comunicado CVM do dia 21 de novembro de 2008.
Investidor Qualificado	Investidor definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e posteriores alterações, inclusive a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007.
Lei nº 2.666/55	Lei nº 2.666, de 06 de dezembro de 1955, que dispõe sobre o penhor dos produtos agrícolas, especificamente no que se refere à extensão do penhor agrícola para todo e qualquer subproduto resultante do beneficiamento ou transformação.
Lei nº 4.728/65	Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que disciplina, entre outros, a alienação fiduciária em garantia no âmbito do mercado financeiro e de capitais.
Lei nº 6.385/76	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.
Lei nº 8.929/94	Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural e dá outras providências.

Lei nº 9.514/97	Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências.
Lei nº 11.076/04	Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004, que disciplina o Certificado de Depósito Agropecuário – CDA, o Warrant Agropecuário – WA, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA, a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio - CRA.
Oferta ou Emissão	Oferta pública das 7ª e 8ª séries da Primeira Emissão dos CRAs, conforme descrita neste Prospecto.
Offtaker	Qualquer Sociedade atuante na comercialização de açúcar e/ou álcool no mercado doméstico e internacional, que tenha celebrado Contrato de Fornecimento com uma Devedora.
Patrimônio Separado	Patrimônio que será composto pela totalidade dos CDCAs e que será segregado do patrimônio da Emissora, instituído pelo Regime Fiduciário.
PIB	Produto Interno Bruto.
Primeira Emissão	Primeira emissão pública de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da ECO Securitizadora, no valor total de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais), dividida em 20 (vinte) séries.
Produtores Rurais	Emissores das CPRs, vinculados aos CDCAs emitidos pelas Devedoras.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo em conjunto.
Prospecto Definitivo	Prospecto Definitivo de Distribuição Pública das 7ª e 8ª séries da Primeira Emissão.
Prospecto Preliminar	Prospecto Preliminar de Distribuição Pública das 7ª e 8ª séries da Primeira Emissão.

Regime Fiduciário	Regime fiduciário instituído sobre os CDCAs, nos termos do art. 39 da Lei nº 11.076/04, regido no que couber pelas disposições expressas nos Arts. 9º a 16 da Lei nº 9.514/97.
Remuneração	A Remuneração CRAs Seniores e a Remuneração dos CRAs Subordinados.
Remuneração CRAs Seniores	A remuneração dos CRAs Seniores equivalente à taxa pré-fixada de 14% a.a. (quatorze por cento ao ano) apurada após processo de <i>Bookbuilding</i> , incidentes sobre o valor nominal unitário dos CRAs. Seniores, de forma <i>pro rata temporis</i> .
Remuneração CRAs Subordinados	A remuneração dos CRAs Subordinados equivalente à taxa pré-fixada de 18% a.a. (dezoito por cento ao ano) apurada após processo de <i>Bookbuilding</i> , incidentes sobre o valor nominal unitário dos CRAs Subordinados, de forma <i>pro rata temporis</i> .
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior.
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural.
Termo de Securitização	Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, celebrado entre a ECO Securitizadora e o Agente Fiduciário, contemplando a emissão das 7ª e 8ª séries da Primeira Emissão.
UDOP	União dos Produtores de Bioenergia.
USDA	United States Department of Agriculture.
Valor Atualizado	Valor atualizado dos CRAs, equivalente ao valor unitário de cada CRA acrescido da sua respectiva Remuneração, calculado conforme fórmula constante deste Prospecto.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

2.1. Sumário da Oferta

2.2. Informações Relativas à Oferta

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

2. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

2.1. *Sumário da Oferta*

A presente oferta diz respeito à emissão pública de 20 (vinte) CRAs, sendo 10 (dez) CRAs Seniores e 10 (dez) CRAs Subordinados, da Primeira Emissão, tendo cada CRA Sênior e cada CRA Subordinado, na Data de Emissão, valor nominal unitário de respectivamente R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) e R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais), perfazendo o valor total de emissão de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais).

O certificado de recebíveis do agronegócio é um título de crédito nominativo e de livre negociação, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras reguladas pela Lei nº 11.076/04, lastreado em créditos do agronegócio e constitui promessa de pagamento em dinheiro.

A presente emissão tem como público alvo Investidores Qualificados e fundos de investimento que não se enquadrem na definição de investidores qualificados prevista na Instrução 409, e cujos regulamentos permitam investimentos em títulos ou valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis ao prazo dos CRAs.

Os CRAs têm como lastro CDCAs emitidos em favor da Emissora pelas Devedoras, em valor total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), em 28 de agosto de 2009, vinculados via Regime Fiduciário, previsto no art. 39 da Lei nº 11.076/04 e nos artigos 9º e 10º da Lei nº 9.514/97, de acordo com o Termo de Securitização constante do Anexo.

Segue abaixo sumário dos principais termos e condições dos CRAs de emissão da Emissora, bem como as principais condições da Emissão. O potencial investidor deve ler todo o conteúdo do Prospecto antes de tomar uma decisão de investimento.

Emissora	ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.
Autorização Societária	Reunião do Conselho de Administração , realizada em 17 de agosto de 2009.
Data de Emissão	28 de agosto de 2009.
Número de Séries	A Emissão será composta de 2 (duas) séries, sendo a 7ª e a 8ª séries.
Quantidade Total de Títulos	Serão emitidos 20 (vinte) CRAs, sendo 10 (dez) CRAs Seniores e 10 (dez) CRAs Subordinados.

Valor Nominal Unitário de cada CRA Senior	R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) na Data de Emissão.
Valor Nominal Unitário de cada CRA Subordinado	R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais) na Data de Emissão.
Valor Total da Emissão	22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), na Data de Emissão, sendo R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais) referente à 7ª série e R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões de reais e seiscentos mil reais) referente à 8ª série.
Data de Vencimento dos CRAs	Os CRAs serão totalmente amortizados e resgatados pelo seu Valor Atualizado em 30 de setembro de 2010, observado que os CRAs Seniores terão prioridade na amortização e resgate em relação aos CRAs Subordinados.
Espécie e Forma	Os CRAs serão escriturais, nos termos do §1º do artigo 37 da Lei nº 11.076/04.
Procedimento de Colocação	<p>A distribuição primária dos CRAs será pública com intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação, conforme previsto no Contrato de Distribuição, observado o seguinte procedimento: (i) não existirão reservas antecipadas, ou fixação de lotes mínimos ou máximos de CRAs, (ii) a distribuição visará Investidores Qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, e fundos de investimento que não se enquadrem na definição de Investidores Qualificados da referida Instrução nº 409, mas cujos regulamentos permitam investimentos em títulos ou valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis ao prazo dos CRAs, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes do Coordenador.</p> <p>A emissão será registrada para distribuição no mercado primário e negociação no secundário por meio da CETIP.</p>
Preço de Subscrição e Forma de Integralização	Os CRAs serão subscritos pelo seu Valor Atualizado apurado desde a data de emissão até a data de subscrição. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP.

Inadequação do Investimento	Os CRAs da presente Emissão são destinados exclusivamente para investidores que não tenham restrição com relação à liquidez de seus investimentos, sendo inadequado para investidores não qualificados ou para Investidores Qualificados que tenham restrição com relação à liquidez de seus investimentos.
Créditos	Direitos creditórios emergentes dos CDCAs. O valor nominal dos Créditos, em 28 de agosto de 2009, é de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). Este valor é resultado da somatória do valor de todos os CDCAs emitidos pelas Devedoras.
Vencimentos dos CDCAs	Os CDCAs vinculados aos CRAs vencerão em 30 de setembro de 2010
Subordinação da 6ª Série em relação à 5ª Série	A 7ª série terá prioridade na amortização e resgate em relação à 8ª série. É vedada a amortização parcial ou total da 8ª série antes da amortização integral da 7ª série.
Regime Fiduciário	<p>Nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei nº 9.514/97 e do artigo 39 da Lei nº 11.076/04, os CRAs contam com a instituição de regime fiduciário sobre os Créditos que servem de lastro à presente Emissão. A Securitizadora instituiu em caráter irrevogável e irretratável, regime fiduciário sobre os respectivos Créditos vinculados, o qual está submetido às seguintes condições: (i) os Créditos são destacados do patrimônio da Securitizadora e constituem Patrimônio Separado, destinando-se especificamente à liquidação dos CRAs; (ii) os Créditos são afetados como lastro da emissão dos CRAs; (iii) o agente fiduciário do Patrimônio Separado é a SLW, e os beneficiários do mesmo serão os titulares dos CRAs; (iv) os deveres, responsabilidades, forma de atuação, remuneração, condições e forma de destituição ou substituição do Agente Fiduciário estão descritos na Cláusula Sexta do Termo de Securitização; e (v) o Patrimônio Separado será liquidado na forma prevista no item “Liquidação do Patrimônio Separado” abaixo (também previsto na Cláusula 4.5 do Termo de Securitização).</p> <p>Os Créditos objeto do regime fiduciário, ressalvadas as hipóteses previstas em lei: (i) constituem Patrimônio Separado que não se confunde com o patrimônio da Securitizadora; (ii) manter-se-ão apartados do patrimônio da Securitizadora até que se complete o resgate da totalidade dos CRAs; (iii) destinam-se exclusivamente à liquidação dos CRAs, bem como ao</p>

	<p>pagamento das despesas e obrigações fiscais da Securitizadora; (iv) estão isentos de qualquer ação ou execução promovida por credores da Securitizadora; (v) não são passíveis de constituição de garantias ou de excussão por quaisquer credores da Securitizadora por mais privilegiados que sejam; e (vi) só respondem pelas obrigações inerentes aos CRAs a que estão afetados.</p> <p>Em virtude da instituição de Regime Fiduciário, a Emissora contratou junto o Banco Liquidante para prestar serviço de recebimento dos Créditos e liquidação dos CRAs, através da criação de Conta Vinculada específica para a Emissão.</p>
Patrimônio Separado	<p>O Patrimônio Separado será administrado pela Securitizadora e será objeto de registro contábil próprio e independente. A insuficiência dos bens do Patrimônio Separado não dará causa à declaração de sua quebra, tampouco afetará os bens integrantes do patrimônio geral da própria Securitizadora ou que constituam patrimônios separados vinculados a outras emissões da Securitizadora.</p> <p>Na hipótese de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado, o Agente Fiduciário convocará assembléia geral dos titulares dos CRAs para deliberar sobre a forma de administração ou liquidação do Patrimônio Separado, bem como a nomeação do liquidante.</p>
Liquidação do Patrimônio Separado	<p>O Patrimônio Separado será liquidado na forma que segue: (i) automaticamente, quando do resgate integral dos CRAs na data de vencimento pactuada; ou (ii) após a data de vencimento dos CRAs, na hipótese do não resgate integral dos CRAs pela Securitizadora, mediante transferência dos Créditos integrantes do Patrimônio Separado ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos beneficiários do Patrimônio Separado; neste caso, a totalidade dos Créditos integrantes do Patrimônio Separado será transferida imediatamente, em dação em pagamento, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Securitizadora sob os CRAs, cabendo ao Agente Fiduciário, após deliberação dos titulares desse CRAs, (a) administrar os Créditos que integravam o Patrimônio Separado, (b) esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos Créditos que lhe forem transferidos, (c) ratear os recursos obtidos entre os titulares dos CRAs na proporção de CRAs detidos, e (d) transferir os</p>

	<p>créditos eventualmente não realizados aos titulares dos CRAs, na proporção de CRAs detidos e observada a ordem de preferência entre as séries da presente Emissão e os seus eventuais horários que estejam pendentes de pagamento.</p>
Garantias dos Créditos	<p>Todos os CDCAs a serem emitidos em favor da Securitizadora e vinculados aos CRAs terão as seguintes garantias:</p> <p>(i) cessão fiduciária da respectiva CPR vinculada; e</p> <p>(ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes do Contrato de Fornecimento.</p> <p>Adicionalmente, para garantia dos CDCAs que representem mais do que 1% do faturamento anual esperado da respectiva Devedora emitente, será constituída em garantia para a Emissora (i) alienação fiduciária de bem móvel ou imóvel em valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor de resgate do respectivo CDCA; ou (ii) carta de fiança dada por instituição financeira aprovada pela Emissora.</p> <p>Por fim, para os casos de CPRs que não tenham penhor de cana-de-açúcar cedularmente constituído, a respectiva Devedora outorgou penhor de cana-de-açúcar diretamente em favor da Emissora, formalizado em instrumento separado.</p>
Remuneração e Valor Atualizado dos CRAs	<p>A remuneração dos CRAs Seniores será de 14% a.a. (quatorze por cento ao ano), apurada após processo de <i>Bookbuilding</i>, incidente sob o valor nominal unitário dos CRAs de forma <i>pro rata temporis</i>.</p> <p>Os juros remuneratórios serão pagos juntamente com o valor principal de cada série na respectiva data de vencimento.</p> <p>O Valor Atualizado de cada um dos CRAs Seniores será calculado com base nas seguintes fórmulas:</p> <p>$Vr \text{ CRA Senior} = Vn \text{ CRA Sênior} \times [(1 + TAXA)^{n/252}]$</p>

	<p>Onde:</p> <p>“Vr CRA Sênior” é o Valor Atualizado de cada CRA Sênior;</p> <p>“VN CRA Sênior” é o valor nominal de cada CRA Sênior na Data de Emissão;</p> <p>“Taxa” é a Remuneração dos CRAs Seniores, definida no processo de <i>Bookbuilding</i>, equivalente a 14% a.a. (quatorze por cento ao ano); e</p> <p>“n” é o prazo decorrido em dias entre a Data da Emissão e a data de referência utilizada para cálculo do Valor Atualizado do CRA Sênior.</p> <p>A remuneração dos CRAs Subordinados será de 18% a.a. (dezoito por cento ao ano), apurada após processo de <i>Bookbuilding</i>, incidente sob o valor nominal unitário dos CRAs de forma <i>pro rata temporis</i>.</p> <p>Os juros remuneratórios serão pagos juntamente com o valor principal de cada série na respectiva data de vencimento.</p> <p>O Valor Atualizado de cada um dos CRAs Subordinados será calculado com base na seguintes fórmula:</p> <p>$Vr \text{ CRA Sub} = Vn \text{ CRA Sub} \times [(1 + TAXA)^{n/252}]$</p> <p>Onde:</p> <p>“Vr CRA Sub” é o Valor Atualizado de cada CRA Subordinado;</p> <p>“Vn CRA Sub” é o valor nominal de cada CRA Subordinado na Data de Emissão;</p> <p>“Taxa” é a Remuneração dos CRAs Subordinados, definida no processo de <i>Bookbuilding</i>, equivalente a 18% a.a. (dezoito por cento ao ano); e</p> <p>“n” é o prazo decorrido em dias entre a Data da Emissão e a data de referência utilizada para cálculo do Valor Atualizado do CRA Subordinado.</p>
Juros Moratórios	<p>Ocorrendo impontualidade de mais do que 2 (dois) dias úteis no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares dos CRAs, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Securitizadora, ficarão sujeitos a multa de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês incidentes sobre o valor total apurado após a adição da multa acima, calculado <i>pro rata temporis</i>, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial.</p>

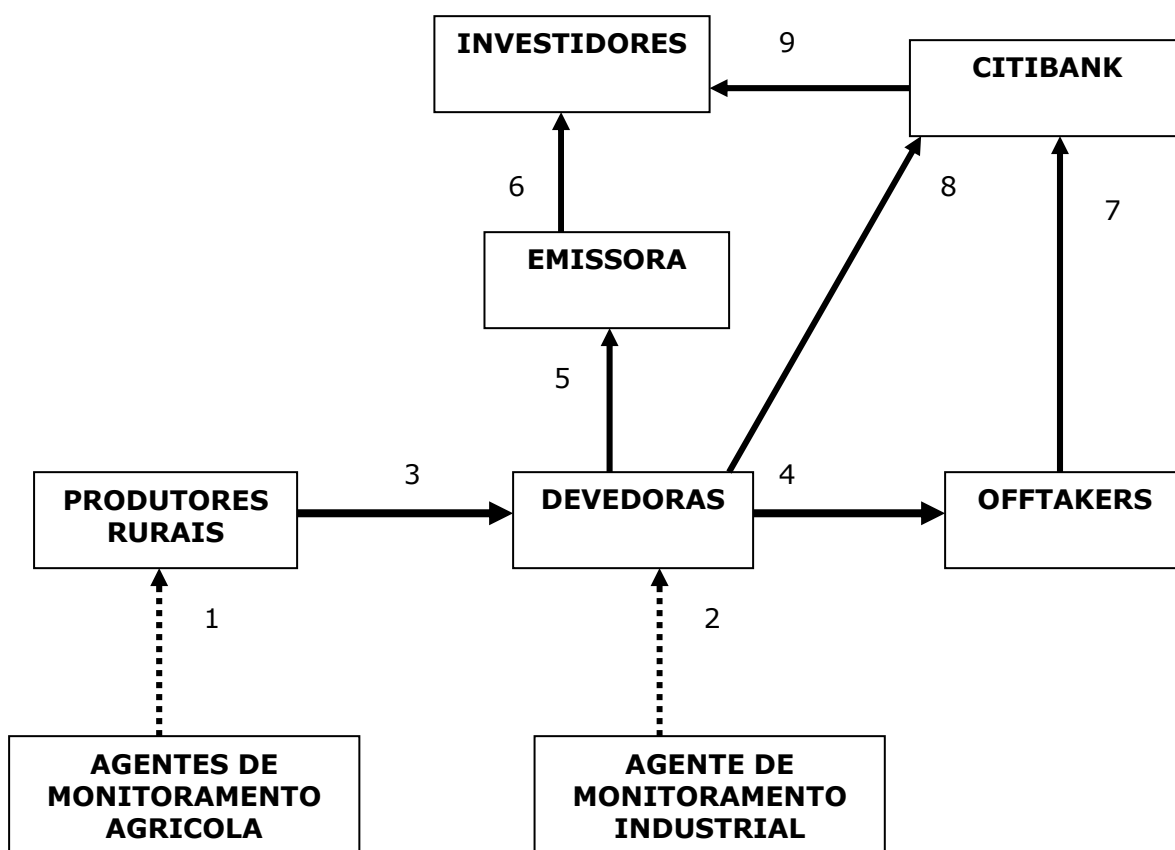
Prorrogação dos Prazos	Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRAs, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo ou na Cidade do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.
Aquisição Facultativa	A Securitizadora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado CRAs em circulação, pelo seu Valor Atualizado desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição. Os CRAs objeto deste procedimento poderão ser cancelados, permanecer em tesouraria da Securitizadora, ou ser novamente colocados no mercado.
Vencimento Antecipado	<p>A ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado listados abaixo ensejará a assunção imediata pelo Agente Fiduciário da custódia e administração dos créditos integrantes do Patrimônio Separado:</p> <ul style="list-style-type: none"> (i) descumprimento pela Securitizadora de toda e qualquer obrigação prevista no Termo de Securitização, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário; (ii) pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Securitizadora; (iii) o somatório do valor total de quaisquer (a) ações judiciais e/ou administrativas de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, eventualmente movidas em face da Securitizadora; e (b) passivos e/ou potenciais passivos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, reportadas ao Agente Fiduciário através da revisão trimestral realizada pelo respectivo auditor independente, representar contingência igual ou superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), e a Securitizadora não tenha efetuado o integral provisionamento dos valores envolvidos em referidas ações ou, conforme o caso, pagamento dos valores devidos, sem qualquer redução do Patrimônio Separado; e (iv) qualquer evento relacionado à Securitizadora que venha prejudicar, de qualquer forma, o adimplemento de qualquer obrigação prevista no Termo de Securitização perante os titulares dos CRAs, e que não seja sanado, a contento do Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do aviso encaminhado pelo Agente Fiduciário.

	<p>Ocorrida qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá convocar uma assembleia dos titulares dos CRAs, nos termos na Cláusula Oitava do Termo de Securitização, para deliberar se o Agente Fiduciário deverá ou não declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes do Termo de Securitização. Na mesma assembleia, os titulares dos CRAs deverão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado.</p> <p>A assembleia dos titulares dos CRAs mencionada acima poderá deliberar, mediante o voto favorável conjunto de, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos CRAs Sênior e 70% (setenta por cento) dos CRAs Subordinados em Circulação (conforme definido no item 8.2.1. da Cláusula Oitava do Termo de Securitização), pela não declaração do vencimento antecipado das obrigações constantes do Termo de Securitização. Caso a referida renúncia não seja aprovada, as obrigações da Securitizadora constantes do presente Termo serão declaradas antecipadamente vencidas pelo Agente Fiduciário na data da referida assembleia. Na mesma assembleia, os titulares dos CRAs deverão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado.</p>
Negociação	Os CRAs serão registrados para negociação no mercado secundário na CETIP.
Admissão à Negociação em Bolsas de Valores, Mercado de Balcão Organizado ou Mercado de Balcão não Organizado	Os CRAs da presente Emissão foram admitidos para negociação junto à CETIP em 28 de julho de 2009.
Local de Pagamento	Os pagamentos referentes ao valor principal e os juros remuneratórios ou quaisquer outros valores referentes a que fazem jus os titulares dos CRAs, serão efetuados pela Securitizadora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação da Oferta	Caso a CVM defira o pedido de modificação da oferta, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM 400, a Emissora divulgará imediatamente tal informação por meio de fato relevante a ser publicado no jornal “Valor Econômico”. Nesta hipótese, os investidores que já tiverem aderido à oferta serão comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento da comunicação, o interesse em manter a declaração de aceitação, presumida a manutenção em caso de silêncio.

	<p>Caso a CVM defira o pedido de revogação da oferta, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM 400, a oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores tornar-se-ão ineficazes, sendo restituídos integralmente aos aceitantes os valores dados em contrapartida aos CRAs, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data do deferimento do pedido de revogação pela CVM, através dos procedimentos estabelecidos pela CETIP.</p> <p>A presente Oferta estará condicionada à (i) emissão de todos os CDCAs em favor da Emissora; (ii) instituição do Regime Fiduciário sobre os CDCAs; e (iii) colocação integral de toda a Emissão.</p>
Cronograma Estimado das Etapas da Oferta	<p>26/06/2009 – Protocolo da Oferta na CVM 29/06/2009 - Publicação do Aviso ao Mercado 29/06/2009 – Disponibilização do Prospecto Preliminar 29/06/2009 – Início da Coleta de Intenções 19/08/2009 – Protocolo do Cumprimento de Exigências da CVM 17/09/2009 – Registro da Oferta pela CVM 18/09/2009 – Publicação do Anúncio de Início 18/09/2009 – Disponibilização do Prospecto Definitivo 21/09/2009 – Início da Distribuição Pública de CRAs 21/09/2009 – Data de Liquidação da Oferta 21/09/2009 – Publicação do Anúncio de Encerramento</p> <p>O resultado da oferta será divulgado através de anúncio de encerramento, conforme previsto na Instrução CVM 400.</p> <p>As manifestações de aceitação dos investidores interessados serão recebidas pelo Coordenador Líder pelos meios de comunicação comumente utilizados no mercado financeiro, a saber, telefone, e-mail ou fax. A subscrição e integralização serão efetuadas por meio dos procedimentos da CETIP.</p>
Assembleia dos Titulares dos CRAs	<p>Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos titulares dos CRAs deverá ser aprovada pelos votos favoráveis conjuntos de 60% (sessenta por cento) dos titulares dos CRAs Seniores em circulação e de 60% (sessenta por cento) dos titulares dos CRAs Subordinados em circulação, salvo se outro quorum for exigido pelo Termo de Securitização.</p>

Publicidade	Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos detentores dos CRAs deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal “Valor Econômico”, devendo a Securitizadora avisar o Agente Fiduciário e à Instituição Custodiante da realização de qualquer publicação até 5 (cinco) dias úteis antes da sua ocorrência.
Boletim de Subscrição	A aquisição dos CRAs será formalizada mediante assinatura de Boletim de Subscrição de CRA de emissão da Securitizadora, e estará sujeita aos termos e condições da Emissão e àqueles previstos no respectivo Boletim de Subscrição.

Segue abaixo um esquema simplificado da operação:



- 1 **Monitoramento Agrícola:** Análise das lavouras de cana-de-açúcar a serem dadas em garantia desde a plantação até a efetiva entrega nas Devedoras, a ser realizada por um dos Agentes de Monitoramento Agrícola, com objetivo de estimar a quantidade de cana-de-açúcar a ser produzida em cada área, bem como a quantidade estimada resultante de açúcar e/ou álcool que será produzida pelas Devedoras após a efetiva entrega da cana-de-açúcar.
- 2 **Monitoramento Industrial:** Diagnóstico operacional da parte industrial/operacional das Devedoras, realizado pelo Agente de Monitoramento Industrial, com o objetivo de verificar a viabilidade operacional de cada um dos Devedores.
- 3 **Emissão da CPR:** Os produtores rurais emitiram CPRs em favor das Devedoras, representativas da promessa de entrega de cana-de-açúcar referente à safra 2010/2011, e com garantia de penhor agrícola de cana-de-açúcar em primeiro grau de preferência e sem concorrência de terceiros.
- 4 **Celebração do Contrato de Fornecimento:** Cada Devedora celebrou com um Offtaker um contrato prevendo fornecimento de açúcar e/ou álcool no ano de 2010;
- 5 **Emissão dos CDCAs:** As Devedoras emitiram CDCAs em favor da Securitizadora com valor total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), em 28 de agosto de 2009, vinculados às CPRs e tendo como garantias a cessão fiduciária das CPRs e a cessão fiduciária dos direitos creditórios do Contrato de Fornecimento. Adicionalmente, para garantir os CDCAs que representam mais do que 1% do faturamento anual esperado da respectiva Devedora emitente, foi dado em garantia para a Emissora (i) alienação fiduciária de bem móvel ou imóvel; ou (ii) carta de fiança outorgada por instituição financeira aprovada pela Emissora. Por fim, para os casos de CPRs vinculadas à CDCAs que não tenham penhor de cana-de-açúcar cedularmente constituído, a respectiva Devedora outorgou penhor de cana-de-açúcar diretamente em favor da Emissora, formalizado em instrumento separado.
- 6 **Emissão Pública dos CRAs:** A Securitizadora emite publicamente os CRAs com valor total de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões) com lastro nos CDCAs.
- 7 **Transferência dos Recursos pelos Off-Takers para a Conta Vinculada:** Até a data de vencimento do CDCA, os Off-Takers, em cumprimento com o disposto nas cessões fiduciárias dos Contratos de Fornecimento, depositarão os recursos referentes à comercialização do açúcar e/ou do álcool na Conta Vinculada. Tais recursos deverão permanecer bloqueados na Conta Vinculada até a data de vencimento dos CDCAs.
8. **Liquidação dos CDCAs pelas Devedoras:** Na data de vencimento dos CDCAs, as Devedoras transferem os valores necessários para a liquidação dos CDCAs para a conta corrente da Emissora, mantida junto ao Citibank.
9. **Liquidação dos CRAs:** Uma vez recebido os recursos mencionados no item (8) acima, o Citibank liquidará imediatamente os CRAs, observada a preferência para a liquidação dos CRAs Seniores. No entanto, caso as Devedoras não depositem os recursos mencionados no item (8) até a respectiva data de vencimento dos CDCAs, o Citibank, estará autorizado a transferir os recursos bloqueados na Conta Vinculada para liquidação dos CRAs, observada a preferência para a liquidação dos CRAs Seniores.

2.2. Informações Relativas à Oferta

Esta Seção contém um resumo das características da Oferta.

2.2.1. Identificação das Instituições Contratadas

1. Coordenador Líder

Planner Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3900, 10º andar
04538-132 -São Paulo - SP
At.: Sr. Stephan de Sabrit
Tel: (11) 2172-2691
Fax: (11) 3078-7264
ssabrit@plannerib.com.br
www.planner.com.br

2. Instituição Custodiante, Banco Liquidante e Agente Escriturador

Banco Citibank S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111 – 2º andar-parte
São Paulo - SP
At.: Sr. André Pinna / Sra. Elizabeth Miolo
Tel: (11) 4009-3348 / 4009-3920
andre.pinna@citi.com / Elizabeth.miolo@citi.com
www.citibank.com.br

3. Agente Fiduciário

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.
Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º andar
04530-000 Itaim Bibi - São Paulo - SP
At.: Sr. Felipe Coimbra Aloí André
Tel: (11) 3048-9763
Fax: (11) 3048-9763
felipe@slw.com.br
www.slw.com.br

4. Consultor Legal

Barbosa, Müssnich & Aragão Advogados
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1455 - 10º andar
04543-011 -São Paulo - SP
At.: Sr. Alexandre Zanotta
At.: Sr. Bruno Cerqueira
Tel: (11) 2179-5285
Fax: (11) 2179-4597
www.bmalaw.com.br

5. Agência de Rating

Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos Ltda.
Rua Araujo Porto Alegre, nº 36, 8º andar
20.030-013 – Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Joel Sant'Ana
Tel: (21) 2210-2152
Fax: (21) 2210-2152
www.lopesfilho.com.br

6. Agentes de Monitoramento Agrícola

Empresa do Brasil de Warrant S/A
Rua da Consolação, nº 3741, 11º andar
01416-001 -São Paulo - SP
At.: Sr. Wilson Sampaio
Tel: (11) 2592-0825
Fax: (11) 2592-0825
www.ebw.com.br

Cotecna Serviços Ltda.
Avenida Chucri Zaidan nº. 80, 7º andar, Bloco C,
04583-110-São Paulo - SP
At.: Sr. Marcelo Proença Doyle Linhares
Tel: (11) 3883-1800
Fax: (11) 3883-1800
www.cotecna.com

7. Agente de Monitoramento Industrial

MBF Agribusiness Assessoria Empresarial Ltda.
Rua Carlos Gomes, nº 1.068
Sertãozinho - SP
At.: Sr. Marco Antonio França
Tel: (16) 3947-6474
Fax: (16) 3947-6474
www.mbfagribusiness.com

2.2.2. Contrato de Distribuição de Valores Mobiliários

Nos termos da Lei nº 6.385/76, e da Instrução CVM 400, foi celebrado o Contrato de Distribuição.

A cópia do Contrato de Distribuição pode ser obtida no endereço da Securitizadora e/ou do Coordenador Líder, conforme indicados nas Seções “Identificação das Instituições Contratadas” e “Diretoria” ou “Identificação das Instituições Contratadas”, nas páginas 26 e 89 deste Prospecto.

2.2.3. Demonstrativo do Custo de Distribuição

Em virtude da Emissora ofertar as 20 (vinte) séries da Primeira Emissão de forma simultânea, os custos da Primeira Emissão foram repartidos entre todas as séries, tendo a tabela abaixo os custos proporcionais desta Emissão.

Custo da Distribuição	Montante (R\$)	% em relação ao valor da Emissão
Taxa de Fiscalização da CVM	11.000,00*	0,05%
Agência Classificadora de Risco	5.760,00**	0,03%
Consultor Legal	29.000,00**	0,13%
Agente de Monitoramento Industrial Diagnóstico Inicial Industrial	6.000,00**	0,03%
Agente de Monitoramento Industrial: Monitoramento	32.400,00**	0,15%
Agentes de Monitoramento Agrícola: Diagnóstico Inicial	5.880,00**	0,03%
Agentes de Monitoramento Agrícola: Monitoramento	31.110,00**	0,14%
Escrituração CRAs	4.000,00**	0,02%
Registro da Distribuição na Anbid	750,00***	0,0034%
Custódia dos CDCAs e do termo de Securitização	39.000,00**	0,18%
Marketing da Distribuição e Outros Custos	36.888,50**	0,17%
Comissão de Colocação dos CRAs	330.000,00**	1,50%
Custo Total	531.788,50	2,42%

* taxa equivalente a 0,05% sobre cada série.

** Valor obtido através da repartição dos custos entre toda a Primeira Emissão

*** A Anbid inicialmente concordou em cobrar o valor mínimo para registro de toda a Primeira Emissão, equivalente a R\$ 7.500,00. Assim, valor foi obtido através da repartição dos custos entre toda a Primeira Emissão.

É vedada a utilização dos recursos do Patrimônio Separado para pagamento de despesas relacionadas à Emissão.

Custo Unitário de Distribuição

Preço por CRA Sênior (R\$)	Preço por CRA Subordinado (R\$)
440.000	1.760.000,00
Custo Ponderado por Cada CRA (R\$)	Percentual Ponderado em relação ao valor unitário de cada CRA
= (Custo Total) / (Quantidade CRAs Seniores * 0,2% + Quantidade CRAs Subordinados * 0,8%)	= (Valor Unitário do CRA Senior * 0,2% + Valor Unitário CRA Subordinado x 0,8%) / (Custo Total)
6.630,78	2,81%

Remuneração da Emissora

A remuneração da Emissora será obtida conforme fórmula abaixo:

$$\text{Remuneração Emissora} = \text{Valor Desembolso dos CDCAs} * \text{Taxa de Desconto} - \text{Custos} + \text{Valor CRAs Seniores} * \text{Spread}$$

Onde:

“**Remuneração Emissora**” é o valor da remuneração da Emissora;

“**Valor Desembolso dos CDCAs**” é o valor efetivamente desembolsado para cada Devedora, equivalente ao respectivo valor nominal do CDCA acrescido da taxa de juros de 18% a.a. (dezoito por cento ao ano), de forma *pro rata temporis*, desde a data de emissão do CDCA até a data do efetivo desembolso;

“**Taxa de Desconto**” é a taxa de desconto cobrada pela Emissora no momento da aquisição de cada CDCA, equivalente a 3,5% (três virgula cinco por cento) do valor de cada CDCA;

“**Custos**” são todos os custos devidos pela Emissora, nos termos da tabela acima, e que serão pagos com os recursos oriundos da Taxa de Desconto;

“**Valor CRAs Seniores**” é o valor dos CRAs Seniores da presente Emissão; e

“**Spread**” é o valor obtido pela diferença entre a remuneração dos CRAs Seniores e a remuneração dos CDCAs, equivalente a 4% a.a. (quatro por cento ao ano), de forma *pro rata temporis*. Nos termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração e Liquidação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio, Custódia de Termo de Securitização e Outras Avenças” celebrado pela Emissora, Agente Fiduciário e Citibank, os recursos oriundos do Spread permanecerão bloqueados em Conta Vinculada até a liquidação de todos os CRAs da Primeira Emissão.

Conforme exposto acima e para fins de atendimento ao item 2.11 do Anexo III-A da Instrução CVM 400, a taxa de desconto praticada pela emissora na aquisição dos CDCAs será de 3,5% (três virgula cinco por cento) sobre o Valor Desembolso dos CDCAs.

Nos termos do item 1.3. do Anexo III-A da Instrução CVM 400, a remuneração dos prestadores de serviço da oferta, inclusive do custodiante, é fixa e está mencionada na tabela referente ao Custo de Distribuição exposta acima. Todas as despesas relacionadas aos prestadores de serviço serão de responsabilidade da Emissora, utilizando os recursos oriundos da taxa de desconto mencionada acima. Nenhuma despesa tem prioridade de pagamento em relação a outra despesa, dado que os recursos oriundos da taxa de desconto são suficientes para pagamento de todas as despesas da Emissão.

2.2.4. Relação da Emissora com o Coordenador Líder

Com exceção do Contrato de Distribuição, a Emissora não tem qualquer relação com o Coordenador Líder.

2.2.5. Relação da Emissora com as Devedoras

Com exceção dos CDCAs emitidos em seu favor, a Emissora não tem qualquer outra relação com as Devedoras.

2.2.6. Relação da Emissora com a Instituição Custodiante

A Ecoagro, controladora da Emissora, é uma empresa especializada na estruturação de operações envolvendo títulos do agronegócio, os quais são registrados na CETIP. Assim, além da prestação de serviço relacionada à Emissão, prestado para a Emissora, a Instituição Custodiante tem relações comerciais com a Ecoagro, controladora da Emissora, referente à prestação de serviço de custódia e registro na CETIP de tais títulos do agronegócio.

2.2.7. Relação da Emissora com o Agente Fiduciário

Com exceção do serviço relacionado à Emissão, a Emissora não tem qualquer outra relação com o Agente Fiduciário.

2.2.8. Relação da Emissora com a Agência de Rating

Com exceção do serviço relacionado à presente Emissão, a Emissora não tem qualquer outra relação com a Agência de Rating.

2.2.9. Relação da Emissora com os Agentes de Monitoramento Agrícola

A Ecoagro, controladora da Emissora, é uma empresa especializada na estruturação de operações envolvendo títulos do agronegócio, cujas garantias agrícolas são sempre monitoradas por empresas especializadas em administração dessas garantias. Assim, além da prestação de serviço relacionada à Emissão, prestado para a Emissora, os Agentes de Monitoramento Agrícola prestam serviços eventuais para a Ecoagro, controladora da Emissora, relacionados ao monitoramento das referidas operações.

2.2.10. Relação da Emissora com o Agente de Monitoramento Industrial

A Ecoagro, controladora da Emissora, é uma empresa especializada na estruturação de operações envolvendo títulos do agronegócio, sendo que em qualquer uma dessas operações uma empresa especializada em consultoria operacional e industrial é contratada. Assim, além da prestação de serviço relacionada à Emissão, prestado para a Emissora, o Agente de Monitoramento Industrial presta serviços eventuais para a Ecoagro, controladora da Emissora, quando contratado para prestar consultoria relacionadas à atividade industrial e operacional de um determinado tomador.

2.2.11. Destinação de Recursos

Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio desta Emissão serão destinados exclusivamente à aquisição de CDCAs emitidos pelas Devedoras.

2.2.12. Classificação de Risco

A Agência de Rating atribuiu as seguintes notas para as séries da Emissão:

- (i) para a 7ª série: AA⁺; e
- (ii) para a 8ª série: A⁻

2.2.13. Principais Disposições Contratuais com a Instituição Custodiante

Nos termos do “*Contrato de Prestação de Serviços de Registro, Escrituração e Liquidação de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Custódia de Termo de Securitização e Outras Avenças*” e do “*Contrato de Prestação de Serviços de Banco Registrador, Custodiante e Liquidante e Outras Avenças*”, a Emissora contratou o Citibank para:

- (i) prestar o serviço de escrituração dos CRAs, através da manutenção da totalidade dos CRAs, em contas de depósito em nome dos seus respectivos titulares, de acordo com a legislação vigente;
- (ii) realizar a custódia física do Termo de Securitização e dos documentos relacionados aos CDCAs, bem como de qualquer outro documento que evidencie a constituição dos direitos creditórios vinculados ao CRAs;
- (iii) atuar como prestador de serviços de depositário de recursos e de banco liquidante, com a obrigação de monitorar os valores creditados na Conta Vinculada provenientes dos pagamentos dos CDCAs, transferindo-os para liquidar os respectivos CRAs vinculados, observadas as datas de vencimento e a ordem de preferência estabelecidas no Termo de Securitização; e
- (iv) providenciar o registro e a liquidação dos CDCAs e dos CRAs junto à CETIP.

2.2.14. Principais Disposições Contratuais com o Agente Fiduciário

Nos termos do “*Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário*” a Emissora contratou a SLW para a prestação do serviço de agente fiduciário da Primeira Emissão.

O Agente Fiduciário será substituído nos casos de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância. Nesses casos será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos titulares dos CRAs para a escolha do novo agente fiduciário.

Em caso de renúncia, o Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até que (i) uma instituição substituta seja indicada pela Securitizadora e aprovada pelos titulares dos CRAs, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente as funções do agente fiduciário, conforme definido no Termo de Securitização.

Adicionalmente, aos titulares dos CRAs é facultado proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia dos titulares dos CRAs, especialmente convocada para esse fim.

Todas as obrigações e responsabilidades do Agente Fiduciário estão descritas no Termo de Securitização.

2.2.15. Principais Disposições Contratuais com os Agentes de Monitoramento Agrícola

Nos termos do “*Instrumento Particular de Prestação de Serviços e Outras Avenças*” e do “*Contrato de Monitoramento de Safra*”, a Emissora contratou os Agentes de Monitoramento Agrícola, para prestar o serviço de monitoramento da safra da lavoura de cana-de-açúcar a ser empenhada nas CPRs, incluindo:

- (i) levantamento inicial das áreas de lavouras com a conferência dos croquis e medição das mesmas áreas por meio de GPS. Levantamento de nível de tecnificação empregada, histórico de culturas e safras anteriores e elaboração de relatório completo;
- (ii) monitoramento periódico das referidas lavouras nos seguintes períodos dezembro de 2009; março de 2010; junho de 2010; julho de 2010; agosto de 2010; setembro de 2010; outubro de 2010; dezembro de 2010; março de 2011; junho de 2011; julho de 2011; agosto de 2011; setembro de 2011; outubro de 2011 e dezembro de 2011.

Cada Agente de Monitoramento Agrícola prestará os serviços de forma isolada para determinada quantidade de Devedoras, na proporção previamente indicadas pela Emissora.

2.2.16. Principais Disposições Contratuais com o Agente de Monitoramento Industrial

Nos termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Diagnóstico Operacional e Acompanhamento de Resultados Operacionais, Econômicos e Financeiros”, a Emissora contratou o Agente de Monitoramento Industrial para:

- (i) avaliar a capacidade operacional produtiva, agrícola e industrial, comercial e administrativa das Devedoras;
- (ii) acompanhar os resultados operacionais e econômicos das Devedoras.

Tendo como base as informações pelas Devedoras, o Agente de Monitoramento Industrial deverá enviar relatórios referentes aos seguintes meses: junho de 2009, novembro de 2009, fevereiro de 2010, julho de 2010, novembro de 2010, fevereiro de 2011 e julho de 2011. Os relatórios serão entregues até o 30º dia de cada mês subsequente ao mês de data base mencionado anteriormente.

2.2.17. Tratamento Tributário Aplicável às Securitizadoras

Os lucros auferidos por companhias securitizadoras (agrícolas, imobiliárias e financeiras), calculados pela sistemática do lucro real, presumido ou arbitrado, estão sujeitos à tributação pelo Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (alíquota básica de 15%, mais adicional de 10% sobre a parcela da base de cálculo que exceder a R\$240.000,00 a.a.) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL (alíquota de 9% sobre a base de cálculo total).

No que tange à tributação sobre as receitas das pessoas jurídicas, a legislação brasileira prevê a incidência da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS. As companhias securitizadoras estão sujeitas, obrigatoriamente, ao regime cumulativo de recolhimento das referidas contribuições, aplicando-se as alíquotas de 0,65% para o PIS e 4% para a COFINS.

Na esteira da MP 2.158-35, com o advento da Lei nº 11.196/05 e da Resolução BACEN nº 3621, a securitização de créditos agrícolas, através da emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, permite a dedução de despesas de captação de recursos da base de cálculo de PIS e COFINS, o que era anteriormente previsto apenas para a securitização de créditos imobiliários e financeiros.

2.2.18. Tributos Incidentes sobre o Investimento em Certificados de Recebíveis do Agronegócio

As regras gerais relativas aos principais tributos aplicáveis a investidores nos Certificados de Recebíveis do Agronegócio encontram-se descritos a seguir, inclusive com determinadas particularidades aplicáveis a investidores qualificados de certas formas. Cada investidor deve avaliar os impactos tributários de investimento nos Certificados de Recebíveis do Agronegócio considerando suas circunstâncias específicas.

Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

A remuneração produzida por Certificados de Recebíveis do Agronegócio percebidos, especificamente, por pessoas físicas residentes no Brasil é isenta do imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual), independentemente da data de emissão do referido certificado, a partir de 1º de janeiro de 2005. Frise-se, no entanto, que, a referida remuneração pode ser considerada restrita a rendimentos, sendo que os ganhos de capital auferidos por pessoa física em relação a Certificados de Recebíveis do Agronegócio podem estar sujeitos ao imposto de renda, nos termos da legislação em vigor na data da ocorrência do fato gerador.

Em relação aos demais investidores, como regra geral, o regime tributário inerente aos rendimentos e ganhos relativos a Certificados de Recebíveis do Agronegócio é o mesmo aplicado aos títulos de renda fixa.

A partir de 1º de janeiro de 2005, a tributação de rendimentos e ganhos decorrentes de títulos de renda fixa foi alterada, sendo estabelecidas alíquotas regressivas em razão do prazo de aplicação dos recursos. Assim, os rendimentos dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio são, via de regra, tributados pelo IRRF às alíquotas de:

- (i) 22,5% quando os investimentos forem realizados com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
- (ii) 20% quando os investimentos forem realizados com prazo de 181 dias até 360 dias;
- (iii) 17,5% quando os investimentos forem realizados com prazo de 361 dias até 720 dias; e
- (iv) 15% quando os investimentos forem realizados com prazo igual ou superior a 721 dias.

O IRRF pago por investidores qualificados como pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, presumido, ou arbitrado é considerado antecipação, gerando o direito à restituição ou compensação do montante retido com o IRPJ apurado em cada período de apuração.

Também, na hipótese de aplicação financeira em Certificados de Recebíveis do Agronegócio realizada por instituições financeiras, seguradoras, entidades de previdência complementar abertas (com recursos não derivados das provisões, reservas técnicas e fundos), sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, inclusive por meio de fundo de investimento, há dispensa de retenção na fonte e do pagamento do IRRF. Não obstante, como regra, a renda oriunda da dita aplicação financeira está sujeita à regular incidência do IRPJ e CSLL devidos pelas sociedades, ao término dos respectivos períodos de apuração.

Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento dos rendimentos e ganhos percebidos pelos residentes no país. Nesses casos, rendimentos dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão sujeitos ao IRRF segundo a tabela regressiva acima descrita (alíquotas de 22,5% a 15%, conforme o prazo entre o início do investimento e o pagamento de cada uma das parcelas de remuneração). Por sua vez, há um regime especial de tributação aplicável aos rendimentos e ganhos auferidos pelos investidores estrangeiros cujos recursos adentrarem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000) e que não sejam domiciliados em país ou dependência que não tribute a renda ou que tribute a renda à alíquota máxima de 20%. Nesta hipótese, os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros estão sujeitos à incidência do imposto de renda, à alíquota de 15%, ao passo que os ganhos realizados em ambiente de bolsa de valores são isentos do imposto de renda.

Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS

A contribuição ao PIS e a COFINS incidem sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas e podem ser recolhidos pela sistemática não-cumulativa ou cumulativa.

Caso a sistemática não-cumulativa seja adotada, a base de cálculo de PIS e COFINS deve considerar a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, independentemente do tipo de atividade exercida e da classificação contábil adotada para tais receitas. A remuneração percebida pelas pessoas sujeitas ao PIS e à COFINS pela sistemática não-cumulativa a título de pagamento dos juros dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio constitui receita financeira, estando, portanto, sujeita à alíquota zero no que tange às referidas contribuições, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 5.442/05.

No tocante à contribuição ao PIS, é importante mencionar que, de acordo com a Medida Provisória nº 66, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, desde 1º de dezembro de 2002, no caso da sistemática não-cumulativa: (i) a alíquota foi elevada para 1,65%; e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras, o que fará com que a sistemática de apuração da contribuição ao PIS se assemelhe à aplicável ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. No mesmo sentido, houve a alteração da sistemática da tributação da COFINS para a não-cumulatividade, pois de acordo com a Medida Provisória nº 135, convertida na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, desde 1º de fevereiro de 2004: (i) a alíquota foi elevada para 7,6%; e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras.

Não obstante as modificações legais acima mencionadas, há determinadas pessoas jurídicas ou a elas equiparadas que continuam sujeitas à incidência de PIS e COFINS pela sistemática cumulativa, nos termos da Lei nº 9.718/98. Em relação a essas pessoas, desde a entrada em vigor da Lei nº 11.941/09 e de forma geral, a base de cálculo de PIS e COFINS compreende apenas as receitas oriundas da venda de mercadorias e da prestação de serviços, o que, em princípio, não incluiria a remuneração a título de pagamento de juros dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Sobre os rendimentos auferidos por investidores qualificados como pessoas físicas não há incidência de PIS ou COFINS.

Imposto sobre Operações Financeiras na modalidade “Títulos e Valores Mobiliários” – IOF/TVM

A aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários está sujeita à incidência do IOF/TVM. Atualmente, aplica-se alíquota zero para operações com Certificados de Recebíveis do Agronegócio. A referida alíquota, porém, pode ser aumentada para até 1,5% ao dia sobre o valor da operação, mediante ato do Poder Executivo. Esse ato poderá ser editado a qualquer tempo, mas não poderá surtir efeito retroativamente.

Imposto sobre Operações Financeiras na modalidade “Câmbio” – IOF/Câmbio

Há incidência do IOF/Câmbio sobre a liquidação de operação de câmbio referente à entrada e saída de recursos financeiros no e do Brasil. Entradas e saídas de recursos no e do Brasil referentes a investimentos no mercado financeiro e de capitais brasileiro, inclusive nos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000), estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. As demais operações de câmbio estão sujeitas, em geral, à alíquota de 0,38%, muito embora alíquotas inferiores ou superiores possam ser aplicáveis a operações específicas. A alíquota do IOF/Câmbio pode ser aumentada para até 25% sobre o valor da operação de câmbio, por ato do Poder Executivo, mas tal aumento não poderá surtir efeitos retroativos.

2.2.19. Comitê de Monitoramento da Oferta

Até o pagamento integral dos CRAs objeto da presente Emissão, a Securitizadora manterá, as suas expensas, um Comitê de Monitoramento da Oferta, com as seguintes características:

- (i) terá no mínimo 5 e no máximo 7 membros, composto da seguinte forma: (i) no mínimo 1 membro indicado pelo Agente de Monitoramento Industrial; (ii) no mínimo 1 membro de notório conhecimento do setor sucroalcooleiro escolhido pela Emissora; (iii) 1 membro do Agente Fiduciário; e (iv) demais membros indicados pela Emissora;
- (ii) as reuniões do comitê ocorrerão obrigatoriamente na última semana dos meses de outubro de 2009, abril de 2010 e agosto de 2010;
- (iii) as reuniões terão como ordem do dia obrigatoriamente a discussão do andamento geral da emissão dos CRAs, abordando o estágio de cada um dos Créditos, bem como o estágio de suas respectivas garantias; e
- (iv) as discussões das reuniões serão transcritas em atas que estarão disponíveis para consultas por potenciais investidores no respectivo endereço eletrônico da Emissora e da CVM.

- 3.1. Sumário dos CDCAs
- 3.2. Principais Disposições dos CDCAs
- 3.3. Informações Gerais Sobre as Devedoras
- 3.4. Informações Gerais Sobre os Produtores Rurais
- 3.5. Informações Gerais Sobre os Contratos de Fornecimento Celebrados com os OffTakers
- 3.6. Procedimentos Operacionais para Originação e Cobrança dos CDCAs

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

3. CARACTERÍSTICAS DOS CDCAs QUE COMPÕE O LASTRO DOS CRAs

3.1. *Sumário dos CDCAs*

Foram emitidos pelas Devedoras em favor da Emissora CDCAs em montante total, em 28 de agosto de 2009, de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), sendo que: (i) **os CDCA de qualquer Devedora não representam mais do que 10% (dez por cento) do total dos Créditos vinculados aos CRAs**; e (ii) nenhum CDCA terá valor superior a 3% (três por cento) do faturamento anual esperado da sua respectiva Devedora.

A concentração média dos CDCAs é de 8,33% por Devedora, sendo um mínimo de 4,50% e máximo de 10,0% segue abaixo uma avaliação do nível de concentração dos CDCAs por Devedora, em relação ao valor total dos CDCAs:

Número de Ordem dos CDCAs e Devedora	Proporção do CDCA em relação ao total dos CDCAs vinculados aos CRAs (7ª e 8ª séries)*
CDCA 004/2010 USINA 1	10,00%
CDCA 004/2010 USINA 2	10,00%
CDCA 004/2010 USINA 3	10,00%
CDCA 004/2010 USINA 4	10,00%
CDCA 004/2010 USINA 5	10,00%
CDCA 004/2010 USINA 6	10,00%
CDCA 004/2010 USINA 7	9,10%
CDCA 004/2010 USINA 8	7,30%
CDCA 004/2010 USINA 9	6,80%
CDCA 004/2010 USINA 10	6,80%
CDCA 004/2010 USINA 11	5,50%
CDCA 004/2010 USINA 12	4,50%

*Os CDCAs mencionados acima referem-se aos CDCAs 004/2010 emitidos pelas Devedoras e que são vinculados a ambas as séries referidas nesse Prospecto (7ª e 8ª séries)

i

O CDCA é um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais ou outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária, conforme estabelecido pela Lei nº 11.076/2004. Não há no presente momento informações estatísticas acerca de inadimplementos, perdas ou pré-pagamentos de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio de mesma natureza do que os CDCAs. A Emissora declara que foram feitos esforços razoáveis para obter informações confiáveis acerca dos indicadores, não sendo possível, no entanto, apresentar tais dados para a presente Emissão.

Os CDCAs de todas as Devedoras vencerão em 30 de setembro de 2010. No caso de não pagamento de qualquer CDCA, não haverá substituição do título pela Emissora.

Conforme previsto nos CDCAs, o pré-pagamento de qualquer CDCAs não será permitido sem a prévia anuência da Emissora.

3.2. Principais Disposições dos CDCAs

Todos os CDCAs a serem emitidos em favor da Securitizadora e vinculados aos CRAs, apresentaram as seguintes disposições/características:

- (i) **Direitos creditórios vinculados aos CDCAs:** direitos creditórios detidos pelas Devedoras contra (i) os emissores de CPRs, emitidas nos termos da Lei nº 8.929/ 94, representativas da promessa de entrega de produto agrícola cana-de-açúcar, no vencimento e local nelas avençados, em quantidade e qualidade nelas expressas; e (ii) empresas comercializadoras de açúcar e/ou álcool em decorrência da celebração de Contrato de Fornecimento pelo qual as Devedoras se comprometeram a entregar certa quantidade de álcool ou açúcar em determinados períodos de entrega;
- (ii) **Registro e custódia dos CDCAs:** os direitos creditórios serão registrados no sistema de registro da CETIP, até a data do desembolso do valor nominal para a Devedora e serão depositados e ficarão sob a guarda e conservação da Instituição Custodiante, até a data do pagamento integral do título;
- (iii) **Garantias dos CDCAs:** (1) cessão fiduciária, conforme faculdade atribuída pelos artigos 33 e 41 da Lei nº 11.076/04 e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514/97: (1.1.) da CPR e (1.2.) dos direitos creditórios detidos em decorrência do Contrato de Fornecimento; (2) alienação fiduciária em garantia de um bem móvel ou imóvel, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514/97, caso aplicável; (3) penhor agrícola de cana-de-açúcar, somente nos casos em que a respectiva CPR vinculada ao CDCA não contenha essa garantia cedularmente constituída; (4) aval cedular, quando aplicável; e (5) fiança bancária, quando aplicável. Abaixo apresentamos a proporção das garantias representadas por alienação fiduciária de bens imóveis; alienação fiduciária de bens móveis ou carta de fiança, em relação ao valor total dos CDCAs que servem de lastro dos CRAs.

Tipo de Garantia	Proporção em Relação ao Total dos CDCAs
CDCAs que têm Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia	15,90%
CDCAs que têm Alienação Fiduciária de Bens Móveis em Garantia	59,60%
CDCAs cuja obrigação de pagamento é garantida por Carta de Fiança	10,00%
CDCAs que não têm Nenhuma das Garantias Acima	14,50%

- (iv) **Valor de Resgate:** o valor de resgate de cada um dos CDCAs será o seu valor nominal, acrescido da taxa de juros de 18% a.a. (dezoito por cento ao ano), calculado de forma pro rata temporis, desde a data de emissão até a referida data de vencimento do CDCA;
- (v) **Liquidação:** a liquidação dos CDCAs será realizada em conformidade com o disposto no respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Banco Registrador, Custodiante e Outras Avenças;
- (vi) **Razão de Garantia Apurada Trimestralmente:** a Devedora manterá vinculado aos CDCAs até a data de vencimento do título e de forma ininterrupta e cumulativa: (1) o valor das CPRs em valor correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor de resgate do CDCA; (2) penhor de lavoura de cana-de-açúcar em quantidade suficiente para produzir açúcar e/ou álcool em valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor de resgate do CDCA; e (3) os direitos creditórios decorrentes do Contrato de Fornecimento em valor correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor de resgate do CDCA;
- (vii) **Cálculo da Razão de Garantia:** (1) os direitos creditórios decorrentes da CPR terão seu valor calculado com base no preço da cana-de-açúcar divulgado pela UDOP, através do site www.udop.com.br; e (2) os direitos creditórios decorrentes do Contrato de Fornecimento terão seu valor calculado: (2.1.) se o produto for açúcar: o preço de açúcar da posição da data da apuração da Razão de Garantia Contrato de Açúcar nº. 11 – World Sugar (SB) divulgado diariamente pela ICE Futures, Inc.; e (2.2.) se o produto for álcool: o preço do álcool divulgado semanalmente pelo CEPEA da ESALQ;
- (viii) **Vencimento dos CDCAs:** Todos os CDCAs vencerão em 30 de setembro de 2010;
- (ix) **Vencimento Antecipado dos CDCAs:** os CDCAs poderão ser considerados antecipadamente vencidos, a critério exclusivo da Emissora, nas hipóteses elencadas na cláusula 9 do título, inclusive no caso de não cumprimento de qualquer razão de garantia do CDCA até o vencimento integral do título; e
- (x) **Inadimplemento e juros moratórios:** caso as Devedoras não efetuem o pagamento do título na data de seu vencimento, ficarão obrigadas ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e incidente sobre o valor total apurado após a adição da multa acima.

3.3. Informações Gerais Sobre as Devedoras

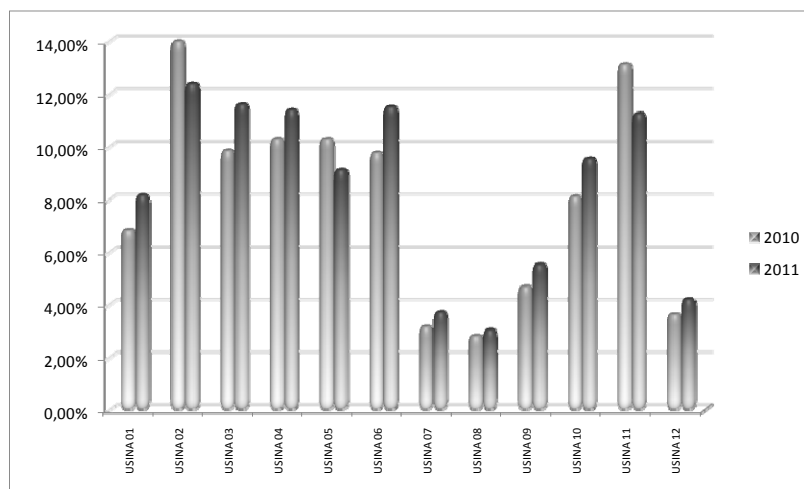
As Devedoras têm as seguintes características:

- (i) todas são sociedades empresárias que exerçam a atividade de comercialização de açúcar e/ou álcool;
- (ii) todas estão concentradas nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, compreendendo a região Centro Sul da lavoura sucroalcooleira; e
- (iii) declararam no momento da emissão dos CDCAs que (a) têm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais e trabalhistas) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, bem como de que não se envolveram e nem se envolverão em quaisquer atividades que contrariem, no todo ou em parte, os artigos 3º a 6º da Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas (ONU); e (b) estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente ao meio ambiente, à legislação trabalhista e à legislação tributária aplicáveis.

Para avaliar a capacidade operacional das Devedoras a Emissora considerou o comprometimento da “produção empenhada” na operação (açúcar ou álcool) em relação à “produção total” da Devedora. Nesta avaliação a Emissora considerou a “quantidade de cana equivalente” para produzir o produto (álcool ou açúcar) em relação à capacidade de moagem total.

CONCENTRAÇÃO DE PRODUTO / ATIVIDADE						
	2010			2011		
	PRODUTO OPERAÇÃO (*)	PRODUTO TOTAL (*)	%	PRODUTO OPERAÇÃO (*)	PRODUTO TOTAL (*)	%
USINA 01	230.697	3.381.536	6,82%	272.222	3.341.925	8,15%
USINA 02	209.725	1.500.000	13,98%	247.475	2.000.000	12,37%
USINA 03	157.293	1.600.000	9,83%	185.606	1.600.000	11,60%
USINA 04	154.332	1.500.000	10,29%	182.112	1.600.000	11,38%
USINA 05	154.332	1.500.000	10,29%	182.112	2.000.000	9,11%
USINA 06	154.332	1.583.175	9,75%	182.112	1.583.175	11,50%
USINA 07	154.332	4.895.000	3,15%	182.112	4.895.000	3,72%
USINA 08	154.332	5.500.000	2,81%	182.112	6.000.000	3,04%
USINA 09	112.241	2.400.000	4,68%	132.445	2.400.000	5,52%
USINA 10	105.226	1.300.000	8,09%	124.167	1.300.000	9,55%
USINA 11	104.862	800.000	13,11%	123.737	1.100.000	11,25%
USINA 12	84.181	2.315.000	3,64%	99.334	2.370.000	4,19%
				2010	2011	
				MÍNIMO	2,81%	3,04%
				MÉDIA	8,04%	8,45%
				MÁXIMO	13,98%	12,37%

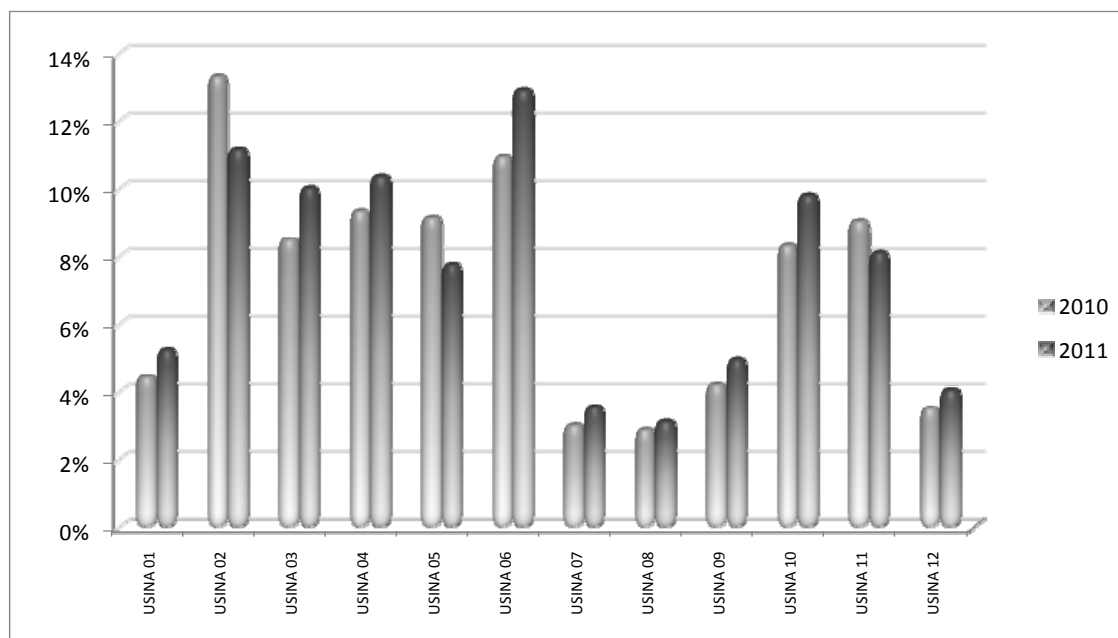
(*) PRODUTO = quantidade de cana equivalente necessária para produzir Açúcar ou Alcool



Para avaliar a capacidade financeira das Devedoras, a Emissora considerou o comprometimento do valor financeiro da operação em relação ao faturamento total da Devedora projetados para os próximos anos.

CONCENTRAÇÃO DA OPERAÇÃO / FATURAMENTO

	2010			2011		
	OPERAÇÃO	FATURAMENTO	%	OPERAÇÃO	FATURAMENTO	%
USINA 01	R\$ 13.334.286,46	R\$ 300.913.896,00	4%	R\$ 15.734.458,08	R\$ 300.913.896,00	5%
USINA 02	R\$ 11.794.560,46	R\$ 88.627.500,00	13%	R\$ 13.917.607,58	R\$ 124.800.000,00	11%
USINA 03	R\$ 8.845.920,35	R\$ 104.130.000,00	8%	R\$ 10.438.205,69	R\$ 104.130.000,00	10%
USINA 04	R\$ 12.974.016,51	R\$ 139.087.023,00	9%	R\$ 15.309.368,34	R\$ 147.940.690,00	10%
USINA 05	R\$ 12.974.016,51	R\$ 141.969.834,00	9%	R\$ 15.309.368,34	R\$ 197.095.081,00	8%
USINA 06	R\$ 12.974.016,51	R\$ 118.468.429,00	11%	R\$ 15.309.368,34	R\$ 118.468.429,00	13%
USINA 07	R\$ 12.974.016,51	R\$ 430.486.549,00	3%	R\$ 15.309.368,34	R\$ 430.486.549,00	4%
USINA 08	R\$ 12.974.016,51	R\$ 449.741.329,00	3%	R\$ 15.309.368,34	R\$ 490.626.906,00	3%
USINA 09	R\$ 9.435.648,37	R\$ 224.569.929,00	4%	R\$ 11.134.086,06	R\$ 224.569.929,00	5%
USINA 10	R\$ 8.845.920,35	R\$ 106.375.985,00	8%	R\$ 10.438.205,69	R\$ 106.375.985,00	10%
USINA 11	R\$ 5.897.280,23	R\$ 65.232.000,00	9%	R\$ 6.958.803,79	R\$ 85.824.000,00	8%
USINA 12	R\$ 7.076.736,28	R\$ 201.637.751,00	4%	R\$ 8.350.564,55	R\$ 206.317.751,00	4%
					2010	2011
				MÍNIMO	2,88%	3,12%
				MÉDIA	7,22%	7,59%
				MÁXIMO	13,31%	12,92%

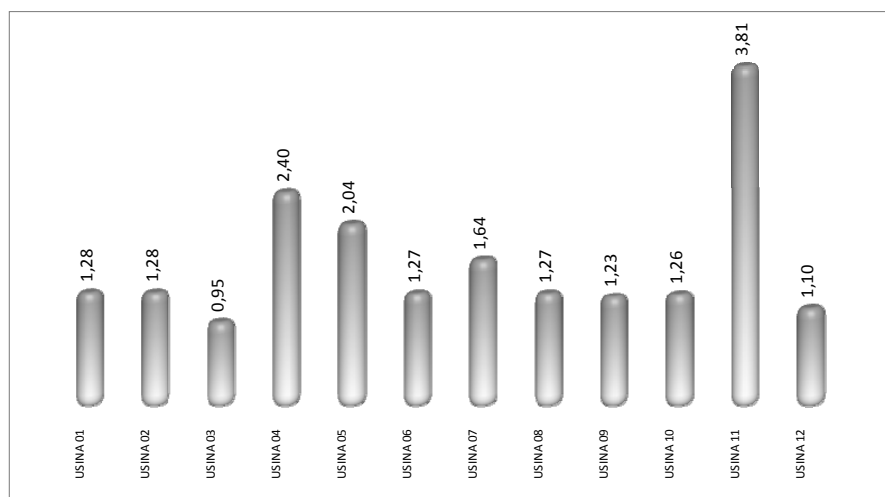


Nos últimos anos, devido à severa crise que se instaurou no setor, as usinas tiveram uma deterioração sensível em seus níveis de margem operacional e de endividamento. Por outro lado, a perspectiva de resultado para os próximos anos é muito positiva, com os preços de açúcar em patamares bastante remuneradores para as usinas. Outro fator importante a salientar é o fato de que a maioria das Devedoras estarem em processo de alongamento de suas dívidas junto aos credores (grandes bancos, principais credores do setor) o que facilitará ainda mais sua capacidade de pagamento do serviço da dívida.

Desta forma, para uma análise mais detalhada da situação financeira das devedoras quanto ao endividamento ou patrimônio líquido se faz necessário principalmente avaliar a capacidade de geração de caixa em relação ao pagamento do serviço da dívida projetados. Neste sentido apresentamos o índice que reflete a relação entre o EBITDA e o serviço da dívida das emitentes no período da operação, e pode-se observar que as usinas selecionadas apresentam índices satisfatórios de geração de caixa para cobertura dos seus respectivos serviços de dívida..

EBITDA / SERVIÇO DA DÍVIDA

	ÍNDICE
USINA 01	1,28
USINA 02	1,28
USINA 03	0,95
USINA 04	2,40
USINA 05	2,04
USINA 06	1,27
USINA 07	1,64
USINA 08	1,27
USINA 09	1,23
USINA 10	1,26
USINA 11	3,81
USINA 12	1,10
MÍNIMO	0,95
MÉDIA	1,63
MÁXIMO	3,81



3.4. Informações Gerais Sobre os Produtores Rurais

Na origem dos CDCAs, a Emissora selecionou para serem empenhadas em garantia dos respectivos CDCAs, apenas lavouras próprias de cana-de-açúcar, seja em áreas de propriedade das empresas agrícolas ligadas às Devedoras, ou onde estas detêm a posse da terra através de contrato de arrendamento. Desta forma, 100% (cem por cento) da cana-de-açúcar empenhada em garantias dos CDCAs emitidos são de propriedade das Devedoras ou de suas coligadas, sócias ou acionistas.

CONCENTRAÇÃO CANA / EMITENTE

	VALOR NOMINAL EM R\$		
	CANA OPERAÇÃO	CANA PRÓPRIA	%
USINA 01	230.697	230.697	100,00%
USINA 02	209.725	209.725	100,00%
USINA 03	157.293	157.293	100,00%
USINA 04	154.332	154.332	100,00%
USINA 05	154.332	154.332	100,00%
USINA 06	154.332	154.332	100,00%
USINA 07	154.332	154.332	100,00%
USINA 08	154.332	154.332	100,00%
USINA 09	112.241	112.241	100,00%
USINA 10	105.226	105.226	100,00%
USINA 11	104.862	104.862	100,00%
USINA 12	84.181	84.181	100,00%
			2010
			MÍNIMO 100,00%
			MÉDIA 100,00%
			MÁXIMO 100,00%

É regra geral para as usinas da Região Centro-Sul do Brasil manter uma quantidade de lavouras próprias de cana-de-açúcar, algo em torno de 60% a 80% de sua capacidade de moagem, seja em terras de sua propriedade ou arrendadas, e o restante da cana-de-açúcar a ser comprada através de contratos de fornecimento, com terceiros. A média de cana própria dentre as Devedoras é de 73%, ou seja, dentro da media da região.

CONCENTRAÇÃO - CANA CPR / CANA TOTAL POR EMITENTE

	2010			2011		
	CANA PENHOR POR EMITENTE	CANA TOTAL POR EMITENTE	%	CANA PENHOR POR EMITENTE	CANA TOTAL POR EMITENTE	%
USINA 01	230.697	2.656.608	8,68%	272.222	2.619.099	10,39%
USINA 02	209.725	1.300.000	16,13%	247.475	1.700.000	14,56%
USINA 03	157.293	945.000	16,64%	185.606	945.000	19,64%
USINA 04	154.332	506.000	30,50%	182.112	631.200	28,85%
USINA 05	154.332	1.500.000	10,29%	182.112	2.000.000	9,11%
USINA 06	154.332	870.000	17,74%	182.112	870.000	20,93%
USINA 07	154.332	3.458.000	4,46%	182.112	3.458.000	5,27%
USINA 08	154.332	3.347.000	4,61%	182.112	3.425.000	5,32%
USINA 09	112.241	1.660.000	6,76%	132.445	1.660.000	7,98%
USINA 10	105.226	1.218.000	8,64%	124.167	1.218.000	10,19%
USINA 11	104.862	640.000	16,38%	123.737	660.000	18,75%
USINA 12	84.181	2.315.000	3,64%	99.334	2.370.000	4,19%
					2010	2011
					MÍNIMO 3,64%	4,19%
					MÉDIA 12,04%	12,93%
					MÁXIMO 30,50%	28,85%

3.5. *Informações Gerais Sobre os Contratos de Fornecimento com os OffTakers*

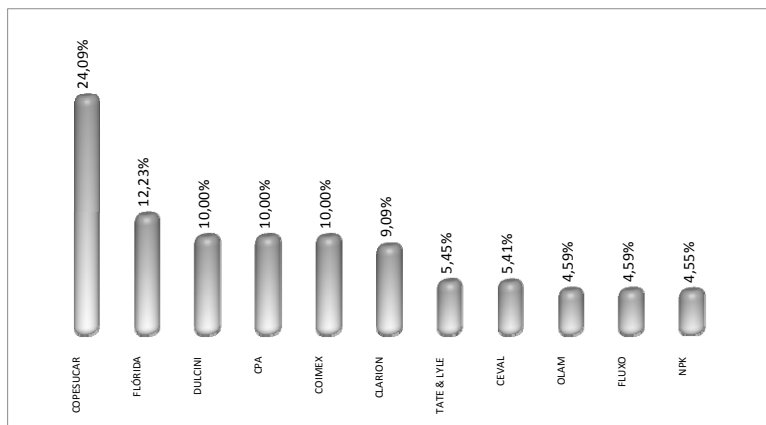
Para otimizar as receitas através da venda do produto final (açúcar e/ou álcool), as unidades produtoras do setor sucroalcooleiro almejam por mercados que lhes apresente melhor remuneração, sendo que os mercados de açúcar e álcool apresentam peculiaridades que devem ser avaliadas pelas usinas quando da comercialização. Pela forte demanda externa, formação dos preços em mercados internacionais e histórico de preços recebidos maiores, os produtores de açúcar encontram maior facilidade em destinar grande parte de sua produção para a exportação. Já no mercado de álcool, a demanda interna absorve parte considerável da produção, sendo as distribuidoras de combustíveis, os principais agentes compradores.

É grande a importância das empresas comerciais exportadoras que realizam a intermediação entre os produtores nacionais e os importadores externos, uma vez que a exportação depende de conhecimentos específicos, tais como: procedimentos comerciais; mercados e suas características; riscos comerciais e fiscais; procedimentos necessários à contratação de transporte e seguro; formas de pagamentos; financiamentos disponíveis, sem que se mencionem as dificuldades devidas às diferenças de idiomas e costumes. Detendo conhecimento especializado, estrutura adequada e o aporte financeiro necessário, essas empresas facilitam a colocação dos produtos no exterior, além disso, as tradings possuem também, participação importante no crédito rural.

Para a comercialização de sua produção no mercado interno ou externo, existem diversas alternativas a serem utilizadas pelas Devedoras. Grande parte das empresas produtoras de Açúcar e/ou Álcool não possui estrutura eficiente de comercialização verticalizada, optando, portanto, em realizar este processo através de Offtakers, empresas especializadas que concentram a negociação de um volume maior de produto, e desta forma, alcançam escala e melhores condições comerciais. A escolha destas empresas por parte das Devedoras é resultante de um processo comercial, onde contam como fatores relevantes para a tomada de decisão, o histórico de “performance” da empresa, tempo de relacionamento entre as partes, termos e condições dos contratos, preços e taxas de desconto praticadas, dentre outros

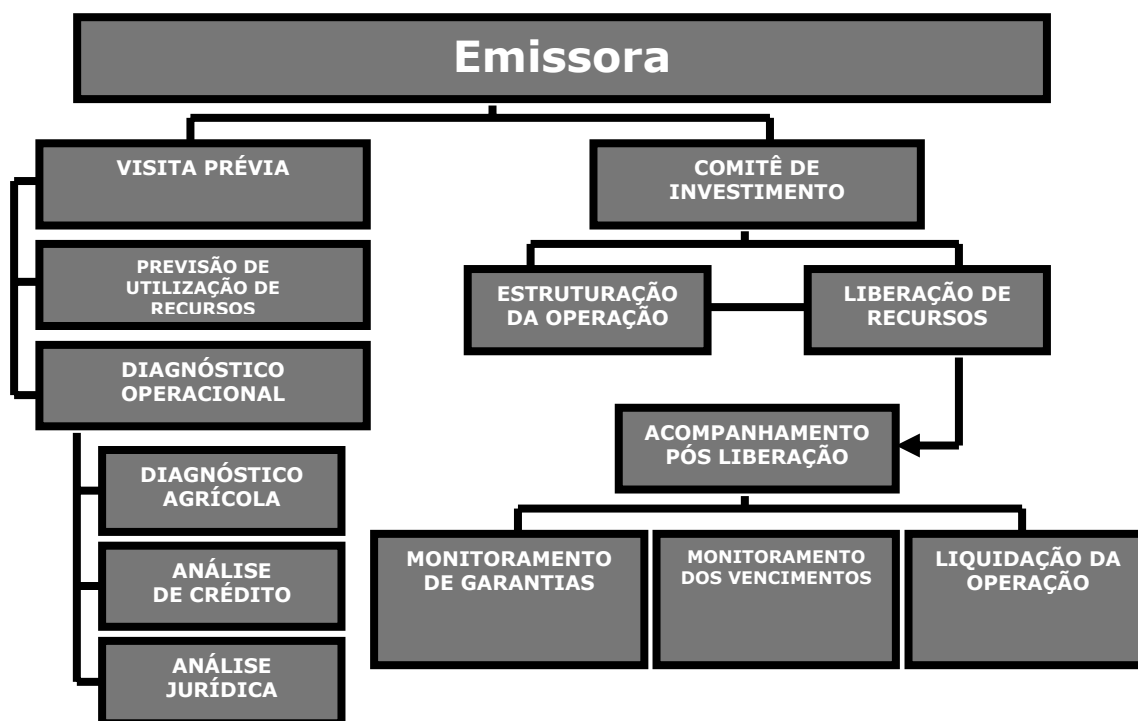
Para a originação dos CDCAs que lastreiam a presente Emissão, os Offtakers selecionados, em sua grande maioria pelas próprias Devedoras, são empresas tradicionais do setor desfrutando de boa imagem junto aos mercados interno e internacional, sem histórico de não pagamentos de operações “performadas”.

O grau de concentração dos Offtakers na Emissão varia de 4,5% a 24,0%, conforme gráfico abaixo:



3.6. Procedimentos Operacionais para a Originação e Cobrança dos CDCAs

Abaixo encontram-se os procedimentos operacionais em andamento pela Securitizadora para seleção, implementação e originação dos CDCAs, bem como para o futuro acompanhamento e cobrança dos Créditos.



a) Visita Prévia

A visita prévia tem como principal objetivo confirmar os dados cadastrais e os dados complementares previamente obtidos de cada Devedora, que é subsídio do processo decisório para aquisição do CDCA. Quando a Emissora realiza a visita na Devedora, é possível visualizar melhor a sua estratégia de negócios, ou seja:

- (i) checar a operação dos negócios;
- (ii) identificar as oportunidades e ameaças;
- (iii) obter informações adicionais sobre o negócio;
- (iv) detalhar as informações existentes;
- (v) analisar a sua constituição jurídica (no caso de sociedades empresárias ou cooperativas);
- (vi) apurar como é sua produção;
- (vii) conhecer para quem ele produz; e
- (viii) averiguar seus dados financeiros.

Com isso, consegue-se aproximar a estrutura da operação em desenvolvimento às reais necessidades e possibilidades das Devedoras.

b) Previsão de utilização de recursos

A seguir, é elaborado pela Devedora um detalhamento da previsão de utilização de recursos, que indica de forma circunstanciada a expectativa de gastos e a destinação que será dada aos recursos que serão recebidos da Emissora, nas seguintes áreas: (i) industrial, (ii) agrícola e (iii) administrativa.

c) Diagnóstico Operacional

O diagnóstico operacional é realizado pelo Agente de Monitoramento Industrial e tem como objetivo central verificar a viabilidade econômico-financeira do projeto de financiamento proposto, levando-se em conta algumas informações obtidas junto às Devedoras, como: (i) estrutura de produção e comercialização; (ii) estrutura de gestão administrativa e financeira; (iii) disponibilidade e custo de matéria-prima; (iv) demonstrativos financeiros; (v) planejamento estratégico, (vi) eficiência tecnológica e operacional, (vii) deficiências financeiras; (viii) necessidade de investimentos; e (ix) análise setorial.

d) Diagnóstico Agrícola

A Emissora contratou os Agentes de Monitoramento Agrícola para realizar um diagnóstico ou levantamento dos dados pertinentes às garantias apresentadas (área total destinada à cana-de-açúcar, produtividade média, tratamentos culturais, pragas e doenças, etc.) e, posteriormente, efetuam visitas periódicas para certificação dos dados iniciais ou para verificação do desenvolvimento do plantio, emitindo relatórios.

O trabalho destas empresas é importante também na prevenção, notificação e certificação de ocorrências que põem em risco a integridade das garantias (fenômenos climáticos, sanitários, de foro judicial, ingerência, etc.).

e) Análise do Crédito

Este processo é realizado pela Emissora, verificando a atual situação financeira de cada Devedora, através de análises de balanço, perfil de endividamento, capacidade de geração de caixa, dados produtivos e comerciais, além de restrições financeiras e informações coletadas junto aos principais fornecedores das Devedoras.

f) Análise Jurídica

Consiste na análise realizada pelo Consultor Jurídico visando (i) estruturar as operações de forma a minimizar os riscos jurídicos envolvidos em cada CDCA; e (ii) formalizar as garantias fidejussórias e/ou reais dadas em cada operação, tais como, (a) aval dos sócios/acionistas; (b) penhor das lavouras de cana-de-açúcar; (c) alienação fiduciária de imóvel e de bem móvel, quando aplicável; e (d) cessão fiduciária das CPRs e dos direitos creditórios oriundos dos Contratos de Fornecimento.

Ao final dessa etapa, o Consultor Jurídico atesta que todas as garantias da operação estão devidamente formalizadas, nos termos da estrutura proposta.

g) Dimensionamento da Operação

Calcula-se o valor máximo dos recursos que podem ser liberados, com base, entre outros fatores, na identificação e valoração das garantias apresentadas pela Devedora, bem como nos requisitos mínimos de concentração e de faturamento mencionados acima.

h) Comitê de Investimento

É realizada reunião de comitê de avaliação de risco, que examina e valora as informações obtidas durante o processo de seleção da potencial Devedora, que decide pela aquisição do CDCA.

i) Estruturação da Operação / Liberação de Recursos

A área operacional examina e valida toda a documentação elaborada pelo Consultor Jurídico, mediante a assinatura, registro de documentos, conferência de poderes e apresentação de garantias constituídas. A Instituição Custodiante realizou também o registro da operação na CETIP. Após a realização de todos os procedimentos formais, inclusive após a instituição do Regime Fiduciário com a conseqüente criação do Patrimônio Separado e após a captação dos recursos provenientes da emissão dos CRAs, os CDCAs são adquiridos pela Emissora.

j) Acompanhamento pós-liberação

Fica a cargo da área de gestão de risco da Emissora o acompanhamento posterior à aquisição dos CDCAs, que será feito em três frentes:

- Monitoramento das Garantias: a Emissora acompanhará o recebimento periódico dos relatórios de monitoramento a serem enviados pelos Agentes de Monitoramento e pelo Agente de Monitoramento Industrial, analisará as informações e as confrontará com os dados dos CDCAs, para confirmar se a quantidade de garantias permanecerá adequada. A Emissora notificará a Devedora em caso de não cumprimento das obrigações definidas nos CDCAs e/ou em contratos acessórios.
- Monitoramento do Vencimento dos CDCAs: consistirá no controle das liquidações dos títulos, atualização diária do valor dos ativos, capitalizados de acordo com a taxa pactuada, acompanhamento dos prazos vigentes no título e não pagamento na data pactuada, dentre outras medidas cabíveis; e
- Liquidação da Operação: ao fim do processo, a Devedora liquidará a operação. Quando a devedora realizar o depósito na Conta Vinculada, será emitido um relatório de liquidação de títulos.

k) Procedimentos de Cobrança dos CDCAs

Conforme pactuado no Termo de Securitização, a Emissora efetuará a cobrança dos Créditos até a respectiva data de vencimento, através do monitoramento prévio e contínuo das Devedoras, por meio dos procedimentos descritos acima.

Em caso de inadimplência, uma vez os Créditos sejam transferidos para o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares dos CRAs, em dação em pagamento de todas as obrigações assumidas pela Emissora nos CRAs, caberá ao Agente Fiduciária, com auxílio da Emissora, realizar a cobrança administrativa e judicial dos Créditos. Todos os custos necessários para a cobrança judicial e administrativa dos Créditos inadimplentes serão arcados pelos titulares dos CRAs.

Nesse sentido, inicialmente a Emissora contatará a Devedora tentando determinar nova data de pagamento para o respectivo CDCA, ou celebrar acordos com a própria Devedora e/ou com os garantidores, conforme o caso, para a liquidação parcelada dos débitos, sempre observadas as normas e os percentuais de acréscimos ou descontos que sejam determinados pelos titulares dos CRAs reunidos em assembleia.

Caso não seja possível determinar nova data de pagamento para o respectivo CDCA por mais do que 30 (trinta) dias, o Agente Fiduciário, mediante aprovação dos titulares dos CRAs reunidos em assembleia, deverá, acionar um escritório de advocacia para adoção das medidas cabíveis para a cobrança do respectivo CDCA, sempre tomando em consideração o valor de recuperação dos créditos e os custos associados com as respectivas medidas. Nesta fase de cobrança por intermédio de escritório de advocacia serão adotados procedimentos preliminares de notificação extrajudicial ou judicial dos devedores inadimplentes e, posteriormente, em caso de não pagamento, na adoção das medidas judiciais cabíveis.

Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos detentores dos CRAs deverão ser previamente aprovadas e adiantadas por estes. Tais despesas a serem adiantadas pelos detentores dos CRAs incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos detentores dos CRAs. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos detentores dos CRAs, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos detentores dos CRAs para cobertura do risco de sucumbência.

4 PANAROMA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM ESPECIAL DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

- 4.1. A Securitização no Agronegócio Brasileiro
- 4.2. O Setor Sucroalcooleiro
- 4.3. O Mercado de Açúcar
- 4.4. O Mercado de Etanol

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4. PANORAMA DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO EM ESPECIAL DO SETOR SUCROALCOOLEIRO

4.1. A Securitização no Agronegócio Brasileiro

A securitização no agronegócio corresponde basicamente na antecipação de recursos provenientes da comercialização de determinado produto agropecuário. Dada a intensa necessidade de recursos financeiros para viabilizar a produção e/ou a industrialização de determinado produto agrícola, o agronegócio é um setor sempre demandante de crédito.

Em razão da importância para a economia brasileira, comprovada pela sua ampla participação no nosso PIB, o agronegócio historicamente sempre foi financiado pelo Estado. Esse financiamento se dava principalmente através do SNCR, o qual representava políticas públicas que insistiam no modelo de grande intervenção governamental, com pequena evolução e operacionalidade dos títulos de financiamento rural instituídos pelo Decreto-lei nº 167, de 14 de fevereiro de 1967, tais como: (i) a Cédula Rural Pignoratícia; (ii) a Cédula Rural Hipotecária; (iii) a Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária; e (iv) a Nota de Crédito Rural.

Porém, em virtude da decadência desse sistema de crédito rural, se fez necessária a reformulação desta política agrícola, através da regulamentação do financiamento do agronegócio pelo setor privado. Assim, em 22 de agosto de 1994, dando início a esta reformulação da política agrícola, com a publicação da Lei nº. 8.929, foi criada a Cédula de Produto Rural, que pode ser considerada como o instrumento básico de toda a cadeia produtiva e estrutural do financiamento privado agropecuário. A Cédula de Produto Rural é um título representativo de promessa de entrega de produtos rurais, emitido por produtores rurais, incluindo suas associações e cooperativas. Em 2001, com as alterações trazidas pela Lei nº. 10.200, de 14 de fevereiro, foi permitida a liquidação financeira desse ativo, através da denominada Cédula de Produto Rural Financeira.

A criação da Cédula de Produto Rural e a Cédula de Produto Rural Financeira possibilitou a construção e concessão do crédito via mercado financeiro e de capitais, voltado para o desenvolvimento de uma agricultura moderna e competitiva, que estimula investimentos privados no setor, especialmente de investidores estrangeiros, *trading companies* e bancos privados.

Ainda neste contexto, e em cumprimento às diretrizes expostas no Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005, que anunciava a intenção de criar novos títulos para incentivo e apoio ao agronegócio, foi publicada a Lei nº. 11.076/04, pela qual foram criados novos títulos para financiamento privado do agronegócio brasileiro, tais como: (i) o Certificado de Depósito Agropecuário, o Warrant Agropecuário, o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, a Letra de Crédito do Agronegócio e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio.

Com a criação desses novos títulos do agronegócio, agregados com a Cédula de Produto Rural e com a Cédula de Produto Rural Financeira, o agronegócio tornou-se um dos setores com maior e melhor regulamentação no que se referem aos seus instrumentos de crédito.

O Certificado de Depósito Agropecuário é um título de crédito representativo da promessa de entrega de um produto agropecuário depositado em armazéns certificados pelo Governo ou que atendam a requisitos mínimos definidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e o Warrant Agropecuário é um título de crédito representativo de promessa de pagamento em dinheiro que confere direito de penhor sobre o Certificado de Depósito Agropecuário correspondente, assim como sobre o produto nele descrito. Tais títulos são emitidos mediante solicitação do depositante, sempre em conjunto, ganhando circularidade e autonomia, sendo que ambos podem ser comercializados e utilizados como garantias em operações de financiamentos pelos produtores, e constituem títulos executivos extrajudiciais.

O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio, por sua vez, é um título de crédito nominativo de livre negociação representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. Sua emissão é exclusiva das cooperativas de produtores rurais e outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito, nominativo, de livre negociação e de emissão exclusiva das instituições financeiras, representativo de promessa de pagamento em dinheiro, e constitui título executivo.

O Certificado de Recebíveis do Agronegócio é o título de crédito nominativo, de livre negociação, de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial.

Após a criação do arcabouço jurídico necessário para viabilizar a oferta dos títulos de financiamento do agronegócio no mercado financeiro, fez-se necessária a regulamentação aplicável para a aquisição desses títulos por parte principalmente de fundos de investimento, bem como para Entidades Fechadas e Abertas de Previdência Complementar.

Hoje, existem no mercado brasileiro diversos Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento Multimercado constituídos com sua política de investimento voltada para a aquisição desses ativos.

Por fim, nessa linha evolutiva do financiamento do agronegócio, o setor tem a perspectiva pelo aumento da quantidade de fundos de investimentos voltados para a aquisição desses ativos, bem como o surgimento das primeiras emissões públicas de Certificados de Recebíveis do Agronegócio de Companhias Securitizadoras de Direitos Creditórios do Agronegócio, voltadas especificamente para a aquisição desses títulos.

4.2. O setor sucroalcooleiro

A história do setor sucroalcooleiro no Brasil está misturada à própria história deste país, que desenvolveu um *know-how* de grande excelência no que tange a produção de açúcar e principalmente de álcool combustível, já usado há mais de 30 anos.

A experiência e o desenvolvimento de tecnologias nacionais e o aprimoramento destas, ajudou a reduzir custos mantendo a qualidade do produto, o que garantiu uma posição confortável com a chegada dos carros *flex-fuel*.

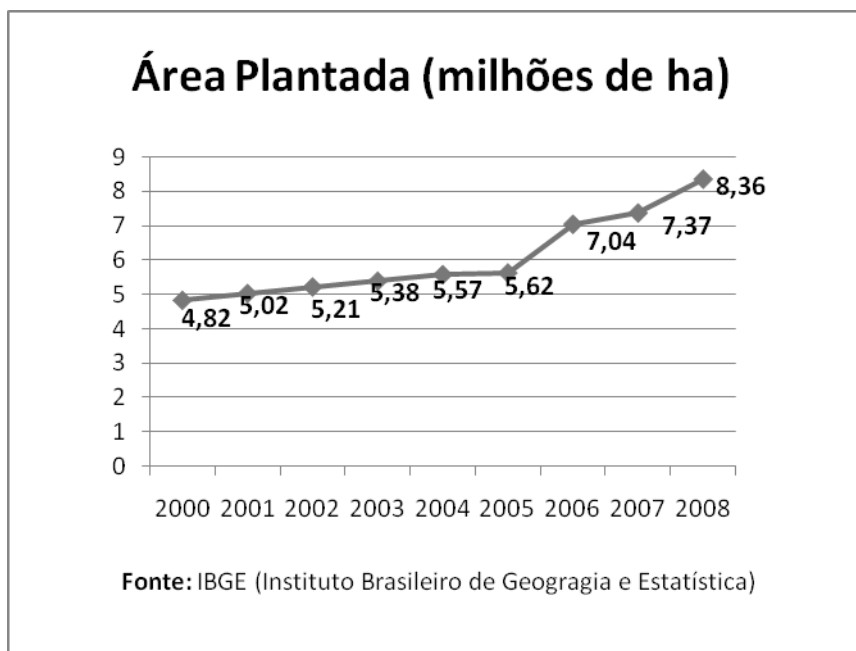
A demanda gerada com este tipo de veículo ganhou em 2009 mais uma contribuição. A marca Honda colocou à venda modelos de motocicletas movidas tanto à gasolina como a álcool. O número de carros com esse sistema continua crescendo e sustentando a expansão do etanol, mesmo que de maneira mais lenta desde o surgimento da crise financeira mundial. Segundo a Anfavea (Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores), em 2008, foram licenciados 2.329.247 veículos *flex fuel*, 87,2% do total. De janeiro a março de 2009, o número de licenças para automóveis desse tipo foi 562.320, 87,6% do total de unidades licenciadas.

O Brasil é também o maior produtor de cana-de-açúcar do mundo, liderando a frente de outros 79 países que cultivam essa gramínea. De acordo com último levantamento da CONAB, de abril deste ano, o país deverá produzir ao longo da safra 2009/2010, 674,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, 3,3% a mais do que na temporada anterior, quando se registrou 653,3 milhões de toneladas. Deste total, entre 622 e 633,7 milhões de toneladas devem ser processadas pelo setor sucroalcooleiro, de 8,6% a 10,7%.

Esse aumento na quantidade produzida se deve a expansão da cultura canavieira que ocorre há alguns anos, porém, tal expansão sofreu um grande salto de 2005 para 2006, com o aumento de 25,3% da área plantada, de acordo com dados do IBGE, devido à “febre do etanol”. Foi nesse período que, muitos investidores estrangeiros chegaram ao país visando entrar para o negócio do biocombustível brasileiro, gerado à partir de cana-de-açúcar.

A valorização do etanol aconteceu principalmente pela preocupação internacional com o meio-ambiente. O combustível produzido com a cana é comprovadamente o que neutraliza a maior quantidade de carbono entre todos os combustíveis, além de ser proveniente de fonte renovável e ter um custo bastante reduzido.

Segundo o IBGE, a área plantada cresceu 2,74 milhões de hectares (48,8%) de 2005 a 2008, saindo de 5,62 milhões de hectares e chegando a 8,36 milhões de hectares plantados nos respectivos anos.



Na atual conjuntura mundial, porém, este crescimento deve ser reduzido este ano, pois as empresas não puderam financiar o plantio e tratos culturais devido à falta de crédito no mercado.

Em 2008, os dois principais produtos da cultura da cana, renderam com exportações, as bagatelas de US\$ 5.539 milhões (FOB), no caso do açúcar (19,7 milhões de toneladas) e US\$ 2.390 bilhões (5.123.993 m³), com o álcool.

No primeiro trimestre de 2009, deixaram os portos nacionais 4.668 milhões de toneladas de açúcar, para os quais foram pagos US\$ 1.415 milhões (FOB). O álcool, no mesmo período, faturou US\$ 216 milhões com a venda de 466.746 m³.

Ao analisar o setor sucroalcooleiro brasileiro, costumeiramente divide-se o país em duas grandes regiões, Centro-Sul, que engloba o Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país; e a Norte-Nordeste, que como o próprio nome diz, abrange as regiões Norte e Nordeste brasileiras. Tal divisão se dá, especialmente, pelas questões climáticas que alteram os períodos de safra.

A chamada região Centro-Sul tradicionalmente inicia sua safra no mês de abril de cada ano e a encerra em novembro. Já na região Norte-Nordeste, os trabalhos começam em setembro e duram até março do ano seguinte. Por essa razão, os anos-safra carregam em suas nomenclaturas, dois anos, como por exemplo: safra 2007/2008, safra 2008/2009.

Estão cadastradas no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (até 17 de abril de 2009), 422 (quatrocentas e vinte e duas) unidades no setor, sendo que desta, 15 (quinze) unidades produzem somente açúcar e

158 (cento e cinquenta e oito), só fabricam álcool (destilarias). As outras 249 (duzentas e quarenta e nove) empresas são chamadas de mistas, pois fabricam os dois produtos.

Estas unidades estão espalhadas em 22 dos 25 Estados brasileiros. Somente os Estados do Acre, Amapá (ambos na região Norte) e Santa Catarina (região Sul) não possuem empresas do setor. Portanto, as unidades sucroalcooleiras estão assim distribuídas no território nacional:

		Nº DE UNIDADES	
REGIÃO	ESTADO	ESTADO	REGIÃO
Centro-Oeste	Goiás	30	55
	Mato Grosso do Sul	14	
	Mato Grosso	11	
Nordeste	Alagoas	24	77
	Bahia	3	
	Ceará	2	
	Maranhão	4	
	Paraíba	9	
	Pernambuco	24	
	Piauí	1	
	Rio Grande do Norte	4	
	Sergipe	6	
Norte	Amazonas	1	4
	Pará	1	
	Rondônia	1	
	Tocantins	2	
Sudeste	Espírito Santo	6	251
	Minas Gerais	37	
	Rio de Janeiro	7	
	São Paulo	201	
Sul	Paraná	33	34
	Rio Grande do Sul	1	
BRASIL		422	

Como se pode notar, levando em consideração a divisão geográfica tradicional, a região Sudeste do país é a principal produtora de cana-de-açúcar e derivados. Mesmo com um número menor de empresas (55 unidades), do que a região Nordeste (77 empresas) o segundo lugar pertence à região Centro-Oeste.

Produção de cana-de-açúcar (em 1000 t)		
	2008/2009	2009/2010*
Centro-Oeste	72.523,4	95.009,3
Nordeste	74.287,3	71.772
Norte	1.389,2	1.739,9
Sudeste	447.310,3	447.228,6
Sul	57.791,2	59.029,2
TOTAL	653.301,5	674.779

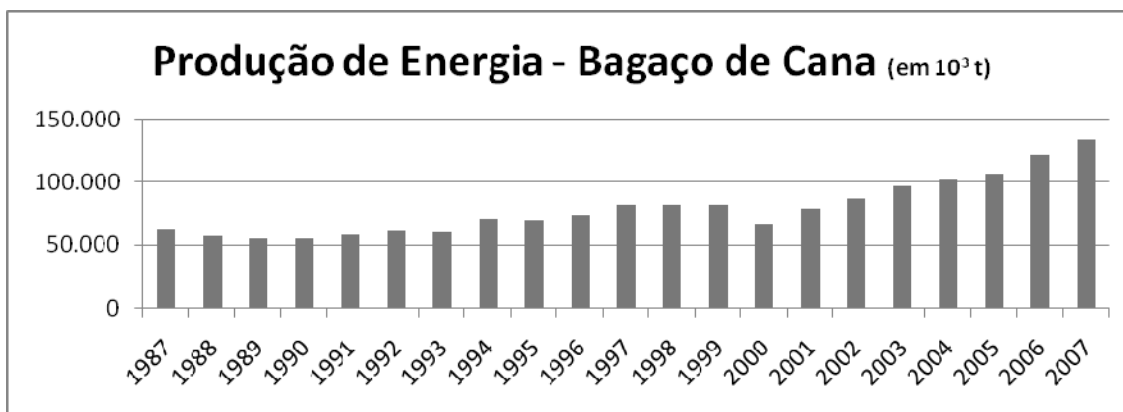
	Produção de Açúcar (em 1000 t)			Produção de Álcool (Hidratado e Anidro) (em 1000 L.)		
	2007/2008	2008/2009	2009/2010*	2007/2008	2008/2009	2009/2010*
Centro-Oeste	2.041,30	2.615,7	3.303,4	2.992.581,1	3.825.539,1	5.155.570,4
Nordeste	4.833,60	4.494,6	4.745,5	2.148.825,7	2.288.547,1	2.104.217,5
Norte	25,1	53,3	53,3	68.987,8	65.874,5	67.509,5
Sudeste	21.836,00	22.079,3	26.443,5	16.008.283	18.577.538,8	18.881.196
Sul	2.543,90	2.379,5	3.362,5	1.788.490,3	1.924.401,3	2.389.033,2
TOTAL	31.279,8	31.622,4	37.908,2	23.007.167,9	26.681.900,8	28.597.526,7

* Previsão

Fonte: 1º Levantamento de Safra da CONAB - Abril/2009

Tanto em número de unidades, como em quantidade produzida, o Estado de São Paulo é líder absoluto do setor canavieiro. Dentro do território paulista, há diversos pólos importantes de produção, sendo os de Ribeirão Preto/Sertãozinho e Piracicaba/Limeira os mais conhecidos. Piracicaba destaca-se principalmente no desenvolvimento de pesquisas para favorecimento da cultura e o eixo Ribeirão Preto-Sertãozinho, pela quantidade de unidades e produção.

O grande trunfo e diferencial do Brasil em relação a outros países produtores de cana-de-açúcar é a diversidade de uso dessa cultura. Dela, além do açúcar e do álcool, são extraídos rapadura, aguardente e principalmente a cogeração de energia através do bagaço. *“A cogeração começa com a queima do bagaço e a produção, em grandes volumes, de vapor de água. Parte do vapor de alta temperatura é canalizado diretamente para a fabricação de açúcar e álcool e parte faz funcionar uma turbina que produz um movimento de rotação de grande força, capaz de fazer girar as moendas e o gerador elétrico. A quantidade de vapor útil que é produzido depende da especificação da resistência da caldeira e da temperatura máxima a que é possível elevar o vapor produzido. Quando a caldeira é de alta pressão e permite obter altas temperaturas em vapor (em torno de 500 graus centígrados), a maior parte pode ser destinada à cogeração de energia elétrica que, neste caso, excede em muito o consumo da própria unidade e pode ser vendida para clientes externos ao complexo industrial.”* Fonte: Perfil do Setor do Açúcar e do Álcool no Brasil – CONAB 2008.



Fonte: Ministério de Minas e Energia – 2007

No momento, o maior consumo da energia produzida a partir do bagaço é realizado pelas próprias usinas geradoras. O principal problema para o efetivo uso da cogeração é a dificuldade de conexão ao sistema elétrico.

De acordo com o presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, os canaviais brasileiros oferecem um potencial para a produção de energia elétrica equivalente à capacidade da usina hidrelétrica de Itaipu, que é de 14 mil MW.

Segundo levantamentos da Associação Paulista de Cogeração de Energia (Cogen-SP), o setor sucroalcooleiro deverá investir R\$ 45 bilhões até 2015 em projetos de cogeração de energia elétrica. São cerca de 210 empreendimentos, distribuídos pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás, que terão uma capacidade de geração conjunta de 15 mil MW. Desse total, 5 mil MW serão utilizados para consumo próprio, com o restante sendo destinado ao sistema elétrico.

4.3. O Mercado de Açúcar

O Brasil vem liderando a produção mundial de açúcar, seguido de Índia, União Européia, China e Tailândia. Sozinho, o país responde por mais de 20% da produção mundial da commodity.

Segundo dados do USDA, a liderança vem se consolidando cada vez mais, como mostra o ranking das últimas três safras. Vale lembrar que, o grupo da União Européia estaria à frente da China se seus 27 países membros fossem contabilizados conjuntamente. Se a UE fosse desmembrada, os países que ocupam do quarto ao décimo lugar subiriam uma posição e a Ucrânia seria a 10ª colocada na safra 2006/2007 e a Colômbia nas outras duas temporadas.

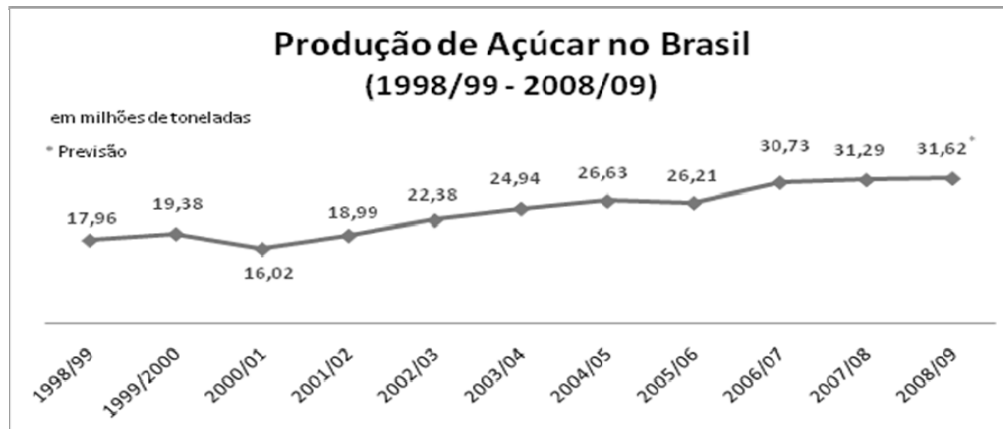
Ranking Mundial de Produção de Açúcar (1000 t)						
	2006/07		2007/08		2008/09	
1	Brasil	31.450	Brasil	32.100	Brasil	32.450
2	Índia	30.780	Índia	28.580	Índia	22.870
3	União Européia	17.757	União Européia	17.740	União Européia	16.900
4	China	12.855	China	15.898	China	15.785
5	Estados Unidos	7.663	Tailândia	7.820	Tailândia	7.900
6	Tailândia	6.720	Estados Unidos	7.394	Estados Unidos	6.968
7	México	5.633	México	5.852	México	5.850
8	Austrália	5.212	Austrália	4.939	Austrália	4.900
9	Paquistão	3.615	Paquistão	4.163	Paquistão	3.562
10	Rússia	3.150	Rússia	3.000	Rússia	2.950

Fonte: USDA, FAS PSD database (18/Nov/2008).

Ao longo dos últimos dez anos, a produção brasileira de açúcar cresceu espantosamente. Comparando o realizado da safra de 1998/1999 e o previsto para a safra de 2008/2009, a elevação da produção é de 76,06%.

Dentro desta última década, a safra de 2000/2001 foi a que teve menor produção de açúcar, sendo registradas 16.020.340 toneladas do produto. O maior patamar atingido (e confirmado até agora) na produção desta commodity ocorreu na safra 2007/2008, totalizando 31.297.619 toneladas de açúcar (em números oficiais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). A diferença entre as duas safras é de 95,32%. Caso o número esperado para a safra 2008/2009 (31,622 milhões de toneladas) se confirme, a diferença em relação a temporada 2000/2001 será de 97,38%.

Fonte:



Sec. de

Produção e Agroenergia / Dep. Cana-de-Açúcar e Agroenergia/ MAPA

Na temporada 2009/2010, a previsão da CONAB é de que a expansão do açúcar será acentuada, sendo que a produção deve atingir de 36,42 milhões de toneladas a 37,91 milhões de toneladas, crescimento percentual de 15,18% a 19,88% respectivamente.

Para que tais volumes sejam alcançados, mais cana será destinada à fabricação de açúcar, modificando o mix de produção que tem sido mais voltado ao álcool nas últimas safras.

A quantidade de matéria-prima a ser processada pelo setor sucroalcooleiro deve variar entre 622.031,2 milhões de toneladas e 633.727,5 milhões de toneladas. Destes totais, serão usadas na produção de açúcar, de 278.391,7 milhões de toneladas a 283.430,5 milhões de toneladas, o que representa de 15,24% a 17,32% a mais que no ano safra de 2008/2009 (241.578,4 milhões de toneladas).

Somente a região Sudeste deverá ser responsável por quase 70% da produção nacional, com uma quantidade entre 25,40 milhões toneladas e 26,44 milhões de toneladas. Destes totais, o Estado de São Paulo contribuirá com uma produção de 22,23 milhões de toneladas até 23,13 milhões de toneladas.

REGIÃO	Safr 2008*	Safr 2009*		Variação	
		Lim. Inf.	Lim. Suf.	Lim. Inf.	Lim. Suf.
NORTE	53,3	51,2	53,3	(3,94)	(0,02)
NORDESTE	4.494,6	4.559,4	4.745,5	1,44	5,58
CENTRO-OESTE	2.615,7	3.173,9	3.303,4	21,34	26,29
SUDESTE	22.079,3	25.406,5	26.443,5	15,07	19,77
SUL	2.379,5	3.230,6	3.362,5	35,77	41,31
NORTE/NORDESTE	4.547,9	4.610,6	4.798,8	1,38	5,52
CENTRO-SUL	27.074,5	31.811,0	33.109,4	17,49	22,29
BRASIL	31.622,4	36.421,6	37.908,20	15,18	19,88

* Em 1000 t

Fonte: 1º Levantamento de Safra (CONAB) - Abril/2009

Tal crescimento será motivado por vários fatores que convergiram para a valorização do açúcar nos mercados interno e externo, tendência iniciada no final de 2008 e que até agora se mantém.

O principal deles é a redução na produção de cana-de-açúcar na Índia e a consequente queda na produção de açúcar. A Índia deve consumir cerca de 22,5 milhões de toneladas da commodity este ano, mas produzirá apenas 15,5 milhões de toneladas, segundo previsão da Associação das Usinas de Açúcar Indianas. O país, segundo maior produtor mundial do produto, deve importar até 2,5 milhões de toneladas na safra 2009/2010, com início em outubro, contra 1,5 milhão de toneladas neste ciclo 2008/2009.

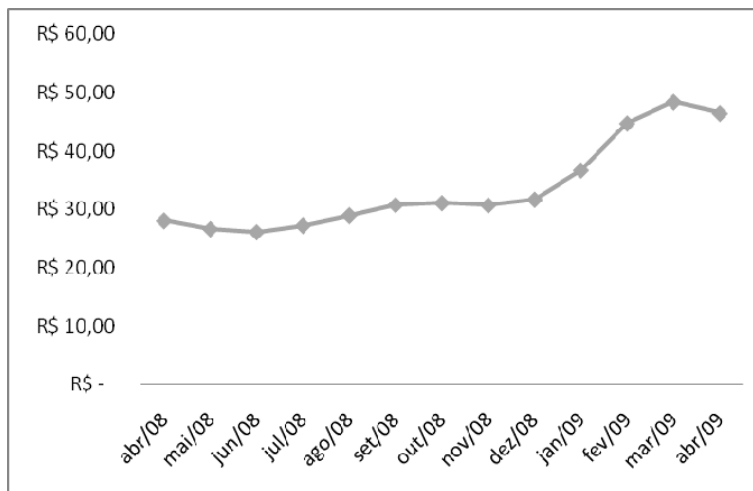
Esse fato afetará o cenário internacional, causando um déficit de açúcar no mundo, para o ano que se encerra em setembro, de 7,8 milhões de toneladas.

Com isso, as exportações brasileiras de açúcar devem crescer. Em 2008, o país enviou ao exterior, de acordo com a SECEX 19,721 milhões de toneladas de açúcar. Estima-se que em 2009 essa quantidade chegue a 23,4 milhões de toneladas.

No primeiro trimestre de 2009, os embarques totalizaram 3,495 milhões de toneladas, quantidade superada no mesmo período desse ano em 1,173 milhões de toneladas (33,56%), totalizando 4,668 milhões de toneladas. O preço médio no primeiro trimestre de 2008 foi de US\$ 264.42/tonelada; já no primeiro trimestre de 2009, a média esteve US\$ 303.03/tonelada, valorização de 14,60%.

Já no mercado interno, o Indicador Açúcar Cristal Cepea/Esalq registrou em abril uma média de R\$ 46,48 para a saca com 50 quilos de açúcar. Esse valor, se comparado a média de abril de 2008 (R\$ 28,11), mostra valorização de 65,35%.

Mês	Valor médio do Indicador
abr/08	R\$ 28,11
mai/08	R\$ 26,71
jun/08	R\$ 26,16
jul/08	R\$ 27,30
ago/08	R\$ 29,01
set/08	R\$ 30,81
out/08	R\$ 31,13
nov/08	R\$ 30,74
dez/08	R\$ 31,72
jan/09	R\$ 36,71
fev/09	R\$ 44,77
mar/09	R\$ 48,40
abr/09	R\$ 46,48



Em relação ao consumo interno da commodity, de acordo com artigo do diretor da Archer Consulting, Arnaldo Luiz Corrêa, publicado em abril deste ano no jornal Valor Econômico:

“O mercado interno de açúcar cresce basicamente de forma vegetativa. Em períodos em que a economia cresce, o consumo de açúcar migra do consumo direto para o indireto. Por exemplo, com o aumento do poder de compra, os consumidores passam a consumir produtos industrializados que contém açúcar: a dona de casa, ao invés de fazer o doce/bolo em casa, passa a comprá-lo no supermercado. O consumo de açúcar é inelástico, ou seja, não sofre alterações em função de preço. Para 2009, as estimativas é que o consumo brasileiro chegue a 11,5 milhões de toneladas.”

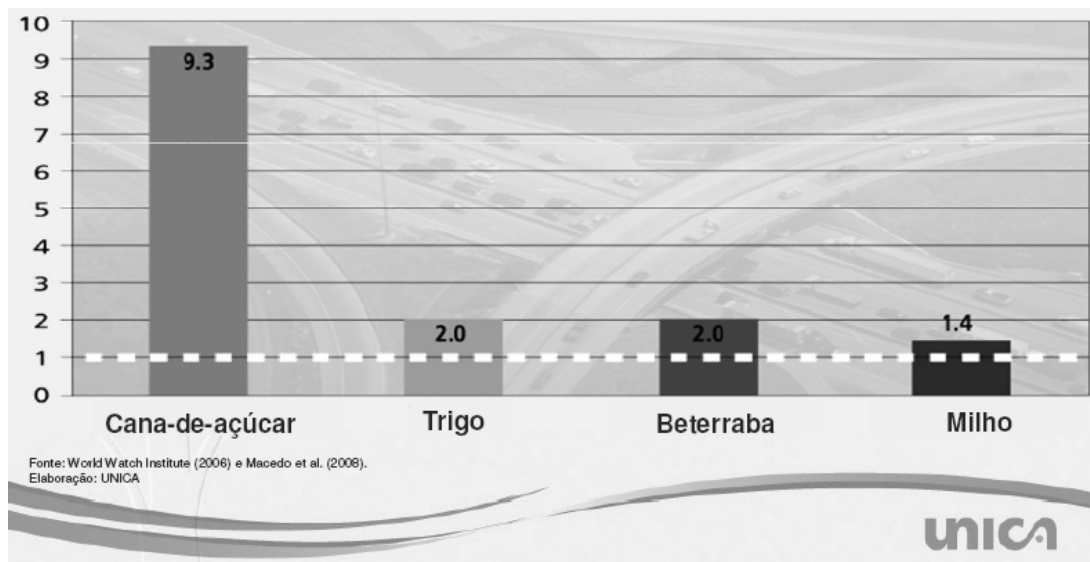
Caso esse número se confirme e a previsão de exportação também, devem restar em estoque no mercado brasileiro, de 1,05 milhão de toneladas a 3,01 milhões de toneladas, considerando as estimativas da Conab para a produção.

4.4. O Mercado de Etanol

O Brasil é além de maior produtor de etanol, o maior consumidor do produto. Porém, o país vê agora a chance de expandir os domínios, tendo como apóio a questão ecológica e a disseminação de modelos *flex-fuel* pelo mundo.

O produto brasileiro, fabricado a partir da cana-de-açúcar, é mais eficiente e barato do que o produzido nos Estados Unidos, onde é feito com milho, o que gera uma grande polêmica em torno da questão alimentícia, já que o milho é usado não só para consumo direto, como na produção de diversos outros alimentos e na criação de animais.

No balanço energético (quantidade de energia contida no etanol por unidade de energia fóssil utilizada para a produção), o etanol de cana sai na frente sendo 4,5 vezes superior ao etanol de beterraba ou trigo e 7 vezes melhor que o etanol de milho.



Em 2008, o Brasil fabricou 26,68 bilhões de litros de álcool entre anidro e hidratado. Prevê-se que em 2009 esse valor fique entre 27,78 bilhões de litros e 28,59 bilhões de litros, crescimento que representará de 4,12% a 7,12%.

Para fabricar esse montante, as usinas e destilarias devem utilizar de 340,790 milhões de toneladas de cana-de-açúcar a 351,223 milhões de toneladas, representando alta de 4,56% ou 7,76% respectivamente sobre os 325,924 milhões de toneladas de matéria-prima usadas no ano de 2008.

Tais valores mostram que o mix de produção desse ano deve se alterar, já que mais cana será destinada para fabricação de açúcar que apresenta valores mais substanciais de remuneração. Do total de matéria-prima, 55,3% será usado na produção de álcool.

As estimativas de produção total e por tipo de álcool são:

Estimativa da Produção Total de Álcool (em 1000 litros)					
REGIÃO	2008	2009		Variação %	
		Lim. Inf.	Lim. Suf.	Lim. Inf.	Lim. Suf.
Norte	65.874,5	64.862,1	67.509,5	(1,54)	2,5
Nordeste	2.288.547,1	2.085.732,1	2.104.217,5	(8,86)	(8,1)
Centro-Oeste	3.825.539,1	4.953.391,2	5.155.570,4	29,48	34,8
Sudeste	18.577.538,8	18.507.311,0	18.881.196,0	(0,38)	1,6
Sul	1.924.401,3	2.170.338,3	2.389.033,2	12,78	24,1
<i>Norte/Nordeste</i>	2.354.421,5	2.150.594,2	2.171.727,0	(8,66)	(7,8)
<i>Centro-Sul</i>	24.327.479,2	25.631.040,4	26.425.799,7	5,36	8,6
BRASIL	26.681.900,8	27.781.634,6	28.597.526,7	4,12	7,2

Estimativa da Produção de Álcool Anidro (em 1000 L)					
REGIÃO	2008	2009		Variação %	
		Lim. Inf.	Lim. Suf.	Lim. Inf.	Lim. Suf.
Norte	42.070,3	40.298,5	41.943,3	(4,21)	(0,3)
Nordeste	1.078.740,7	1.017.990,5	1.028.624,2	(5,63)	(4,6)
Centro-Oeste	1.334.269,0	1.512.743,1	1.543.303,6	13,38	15,7
Sudeste	7.197.532,4	6.009.576,2	6.134.804,9	(16,51)	(14,8)
Sul	411.098,8	625.623,7	638.262,5	52,18	55,3
<i>Norte-Nordeste</i>	1.120.811,0	1.058.289,0	1.070.567,6	(5,58)	(4,5)
<i>Centro-Sul</i>	8.942.900,2	8.147.942,9	8.316.371,0	(8,89)	(7,0)
BRASIL	10.063.711,2	9.206.231,9	9.386.938,6	(8,52)	(6,7)

Estimativa da Produção de Álcool Hidratado (em 1000 L)					
REGIÃO	2008	2009		Variação %	
		Lim. Inf.	Lim. Suf.	Lim. Inf.	Lim. Suf.
Norte	23.804,2	23.691,5	24.658,5	(0,47)	3,59
Nordeste	1.209.806,3	1.031.197,0	1.039.048,5	(14,76)	(14,11)
Centro-Oeste	2.491.270,2	3.491.192,9	3.561.722,1	40,14	42,97
Sudeste	11.380.006,4	12.376.954,9	12.631.033,6	8,76	10,99
Sul	1.513.302,5	1.544.714,6	1.576.102,8	2,08	4,15
<i>Norte-Nordeste</i>	1.233.610,5	1.054.888,5	1.063.707,1	(14,49)	(13,77)
<i>Centro-Sul</i>	15.384.579,1	17.412.862,5	17.768.858,5	13,18	15,50
BRASIL	16.618.189,6	18.467.751,0	18.832.565,6	11,13	13,33

Fonte: 1º Levantamento de Safra (CONAB) - Abril/2009

De acordo com o indicador Cepea, o Indicador Semanal de Álcool Anidro do Estado de São Paulo, o preço médio mais alto para o litro em 2009 ocorreu na última semana de janeiro, quando chegou a R\$ 0,8811. A média mais baixa foi de R\$ 0,6514 por litro, na primeira semana de abril.

Enquanto isso, o mesmo indicador para o Álcool Hidratado teve sua cotação média mais alta na primeira semana de fevereiro, valendo R\$ 0,8208 o litro. A menor média também ocorreu em abril, porém na segunda semana, com o litro a R\$ 0,5820.

Como se sabe, nem mesmo a entressafra foi capaz de fazer os preços subirem.

O consumo nacional deverá atingir 22,7 bilhões de litros na temporada graças ao aumento, mesmo que mais lento da frota *flex fuel* no país.

Finalizando, é por todo o exposto que o setor sucroalcooleiro ou sucroenergético, como está sendo chamado na atualidade, está na mira de novos investidores, que chegam ao mercado brasileiro fazendo aquisições com preços justos, diferente de muitos que entraram arbitrariamente num momento de especulação do setor (2006/2007).

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5.

FATORES DE RISCO

- 5.1. Risco Relacionados a Fatores Macroeconômicos
- 5.2. Riscos Relacionados ao Mercado
- 5.3. Riscos Relacionados à Atividade e ao Setor da Emissora
- 5.4. Riscos Relacionados ao Setor Sucroalcooleiro
- 5.5. Riscos Relacionados à Originação das Devedoras
- 5.6. Riscos Relacionados às Devedoras
- 5.7. Riscos Relacionados aos CRAs e CDCAs

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

5. FATORES DE RISCO

O investimento em CRAs envolve uma série de riscos que devem ser observados pelo potencial adquirente dos CRAs. Esses riscos envolvem fatores de liquidez, crédito, mercado, regulamentações específicas, entre outros, que se relacionam à Securitizadora, às Devedoras e suas atividades, e aos próprios CRAs.

Antes de tomar uma decisão de investimento em CRAs, os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente, à luz de sua própria situação financeira e de seus objetivos de investimento, todas as informações disponíveis neste Prospecto e, em particular, avaliar os fatores de risco descritos a seguir. Caso algum destes riscos venha a se concretizar, as condições financeiras, os negócios e os resultados das atividades da Emissora poderão ser afetados de forma negativa.

5.1. Riscos Relacionados a Fatores Macroeconômicos

As crises recentemente ocorridas no mercado de capitais internacional tem levado à diminuição da liquidez e ao aumento dos prêmios dos riscos de crédito para determinados participantes de mercado

Os mercados financeiros internacionais têm apresentado grande volatilidade desde a segunda metade de 2007, quando do aumento da inadimplência de financiamentos hipotecários (*mortgages*) nos Estados Unidos da América, com repercussões negativas sobre a atividade econômica americana e de outros países.

Essa volatilidade culminou na crise financeira e no mercado de capitais internacional, levando à diminuição da liquidez e ao aumento dos prêmios dos riscos de crédito para determinados participantes de mercado e teve resultados na redução dos financiamentos disponíveis.

A magnitude desta crise poderá afetar a economia brasileira de diversas formas: (i) redução do crescimento dos volumes exportados, (ii) redução do preço das exportações, (iii) redução dos fluxos de capital estrangeiro, (iv) desvalorizações do Real, dentre outras.

As instituições financeiras localizadas em países de mercados emergentes podem ser particularmente suscetíveis a essas crises e sofrer com a redução na disponibilidade de créditos ou aumento dos custos de financiamento, afetando sobremaneira o mercado de créditos em geral.

Política Econômica do Governo Federal

A economia brasileira tem sido marcada por frequentes e, por vezes, significativas intervenções do Governo Federal, que modificam as políticas monetária, de crédito, fiscal e outras para influenciar a economia do Brasil.

As ações do Governo Federal para controlar a inflação e efetuar outras políticas envolveram, no passado, controle de salários e preço, desvalorização da moeda, controles no fluxo de capital e determinados limites sobre as mercadorias e serviços importados, dentre outras. A Emissora não tem controle sobre quais medidas ou políticas que o Governo Federal poderá adotar no futuro e não pode prevê-las. Os negócios, resultados operacionais e financeiros e o fluxo de caixa da Emissora podem ser adversamente afetados em razão de mudanças na política pública federal, estadual e/ou municipal, e por fatores como:

- (i) variação nas taxas de câmbio;
- (ii) controle de câmbio;
- (iii) índices de inflação;
- (iv) flutuações nas taxas de juros;
- (v) falta de liquidez nos mercados financeiro e de capitais domésticos;
- (vi) racionamento de energia elétrica;
- (vii) instabilidade de preços;
- (viii) política fiscal e regime tributário; e
- (ix) medidas de cunho político, social e econômico que ocorram ou possam afetar o País.

Adicionalmente, o Presidente da República tem poder considerável para determinar as políticas governamentais e atos relativos à economia brasileira e, conseqüentemente, afetar as operações e desempenho financeiro de empresas brasileiras, como da Emissora. A Emissora não pode prever quais políticas serão adotadas pelo Governo Federal e se essas políticas afetarão negativamente a economia, os negócios ou desempenho financeiro da Emissora.

Efeitos da Política Anti-Inflacionária

Historicamente, o Brasil teve altos índices de inflação. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la, combinadas com a especulação de futuras políticas de controle inflacionário, contribuíram para a incerteza econômica e aumentaram a volatilidade do mercado de capitais brasileiro. Mais recentemente, os índices de inflação foram de 5,7% em 2005, 3,14% em 2006 e 4,46% em 2007 e 3,1% no primeiro semestre de 2008, de acordo com o IPCA. As medidas do Governo Federal para controle da inflação freqüentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o

crescimento econômico. Futuras medidas tomadas pelo Governo Federal, incluindo ajustes na taxa de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real, podem ter um efeito material desfavorável sobre a economia brasileira e sobre os negócios e resultados da Emissora.

Caso as taxas de inflação venham a aumentar, eventual política anti-inflacionária adotada pelo Governo Federal pode vir a resultar em desaceleração no nível de atividade econômica, gerando consequências negativas para os negócios da Emissora, sua condição financeira e o resultado de suas operações.

Elevações das taxas de juros local e internacional podem afetar negativamente os resultados da Emissora.

A Emissora pode recorrer tanto a financiamentos domésticos quanto externos, procurando adequá-los à escala e maturação de seus projetos e às suas necessidades de caixa. Dessa forma, elevações nas taxas de juros locais e/ou internacionais poderão afetar negativamente os resultados da Emissora.

Condições Econômicas e a Percepção de Riscos em Outros Países

A economia brasileira tem sido afetada, em diferentes intensidades, pela economia global. Mesmo que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um determinado país pode ter um impacto desfavorável no valor de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissoras brasileiras. No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em outros países, especialmente nos países emergentes, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo e reduziram a demanda do investidor por títulos e valores mobiliários de companhias brasileiras, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País. Não há como garantir que futuros acontecimentos em outros países não afetarão a oferta de crédito às companhias brasileiras, podendo, deste modo, vir a afetar negativamente a oferta de crédito para a Emissora, e, conseqüentemente afetar adversamente os seus resultados.

5.2. Riscos Relacionados ao Mercado

Políticas e regulamentações governamentais que afetem o setor agrícola e setores relacionados podem afetar de maneira adversa as operações e a lucratividade das Devedoras.

Políticas e regulamentos governamentais exercem grande influência sobre a produção e a demanda agrícola e os fluxos comerciais. As políticas governamentais que afetam o setor agrícola, tais como políticas relacionadas a impostos, tarifas, encargos, subsídios e restrições sobre importação e exportação de produtos agrícolas e commodities, podem influenciar a lucratividade do setor, o plantio de determinadas safras em comparação a diferentes usos dos recursos agrícolas, a localização e o tamanho das safras, a negociação de commodities processadas ou não processadas, e o volume e tipos das importações e exportações.

Futuras políticas governamentais no Brasil e no exterior podem causar efeito adverso sobre a oferta, demanda e preço dos produtos das Devedoras, restringir a capacidade das Devedoras de fechar negócios nos mercados em que atua e em mercados que pretende atingir, podendo ter efeito adverso nos seus resultados operacionais. Os preços do açúcar, assim como os preços de muitos outros produtos básicos no Brasil foram, no passado, sujeitos a controle pelo governo brasileiro. Não é possível garantir que não haverá, no futuro, a imposição de regulamentações de controle de preços.

5.3. *Riscos Relacionados à Atividade e ao Setor da Emissora*

Somos uma companhia em início de nossas atividades, sem quaisquer operações, demonstrações contábeis históricas ou qualquer histórico de negócios

Somos uma empresa constituída em 02 de março de 2009 e, até a presente data, não desenvolvemos qualquer negócio significativo, tampouco temos quaisquer ativos tangíveis.

Não temos qualquer histórico operacional, demonstrações contábeis ou histórico de negócios que possa fornecer uma base para avaliação de nossas perspectivas comerciais.

Adicionalmente, sociedades em estágio inicial de desenvolvimento apresentam riscos de negócios e financeiros relevantes e podem incorrer em prejuízos significativos. Essas sociedades enfrentam incertezas e desafios relativos a um preciso planejamento financeiro em decorrência de informações históricas limitadas e incertezas relativas à natureza, escopo e resultados das atividades futuras.

Novas sociedades devem desenvolver relacionamentos comerciais bem sucedidos, estabelecer procedimentos operacionais, contratar pessoal, instalar sistemas de informação de gestão e outros sistemas, estabelecer instalações e obter licenças, bem como adotar todas as outras medidas necessárias para a condução das atividades pretendidas. Podemos não ter sucesso em alguns ou todos esses aspectos e, em virtude desses riscos, não há como garantir que conseguiremos implementar nossa estratégia de negócios ou operar nossos negócios conforme previsto.

Estrutura de Capitalização da Emissora

Após a colocação dos CRAs no mercado de capitais, a Emissora apresentará capitalização alavancada, ou seja, seu endividamento será significativamente superior ao seu patrimônio líquido. Esta situação resulta da própria consecução do objeto social da Emissora. A liquidação das obrigações da Emissora perante os detentores de CRAs será efetuada com os recursos provenientes dos CDCAs, de acordo com os mecanismos previstos no Termo de Securitização.

Limitação de Ativos

A Emissora é companhia de securitização constituída neste ano com o propósito específico de emissão de certificados de recebíveis de agronegócio, cujos patrimônios são administrados separadamente pela Emissora. O Patrimônio Separado da presente Emissão, decorrente do regime fiduciário, terá como única fonte de recursos os créditos decorrentes dos CDCAs. Dessa forma, o atraso ou falta de pagamento por parte das Devedoras afetará negativamente a capacidade da Emissora de honrar com suas obrigações sob os CRAs.

O Regime Fiduciário sobre os lastros, com a constituição de patrimônio separado, podem não prevalecer perante débitos de natureza fiscal, trabalhista ou previdenciária da Emissora

A Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, em seu artigo 76, estabelece que “as normas que estabeleçam a afetação ou a separação, a qualquer título, de patrimônio de pessoa física ou jurídica não produzem efeitos em relação aos débitos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, em especial quanto às garantias e aos privilégios que lhes são atribuídos”. E continua, em seu parágrafo único, “permanecem respondendo pelos débitos ali referidos a totalidade dos bens e das rendas dos sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os que tenham sido objeto de separação ou afetação.”

Dessa forma, os credores fiscais, previdenciários ou trabalhistas que a Emissora eventualmente venha a ter, poderão concorrer de forma privilegiada com os titulares dos CRAs sobre o produto de realização dos CDCAs.

5.4. Riscos Relacionados ao Setor Sucroalcooleiro

Os preços do açúcar e do álcool são sujeitos a diversos fatores fora do controle da Emissora e das Devedoras e às variações nos mercados mundiais desses produtos.

A variação do preço do açúcar e do álcool exerce um grande impacto nos resultados das Devedoras. Tal como ocorre com outras commodities, o açúcar e o álcool estão sujeitos a flutuações de preço em função da demanda interna e externa por açúcar e álcool, condições climáticas, desastres naturais, políticas de comércio exterior e nacional, variações nas capacidades de produção de concorrentes, disponibilidade de produtos substitutos para açúcar, álcool e seus derivados, incentivos, subsídios governamentais de outros países produtores e outros fatores fora do controle da Emissora e das Devedoras.

O preço do açúcar, em particular, é afetado pelas negociações realizadas nas bolsas de mercadorias e futuros, e também pelas restrições de exportação impostas por países importadores e o efeito dessas restrições no mercado interno. Assim, o preço do açúcar tem sido mais volátil do que os preços de muitas outras commodities. Qualquer diminuição prolongada nos preços do açúcar pode ter efeitos adversos relevantes na Emissora e nas Devedoras e nos seus resultados operacionais. Além disso, o preço do álcool é fortemente correlacionado ao preço do açúcar, sendo também afetado por diminuição nos preços do açúcar.

A Emissora não pode garantir que serão mantidas as vendas de açúcar e de álcool no Brasil a preços de mercado sem quaisquer descontos, bem como exportar quantidades suficientes de açúcar e álcool para garantir um equilíbrio adequado do mercado interno.

O preço do álcool pode ser adversamente afetado pela variação no preço do petróleo

O crescimento da demanda por álcool se deve, em parte, ao preço da gasolina. O preço da gasolina depende diretamente do preço do petróleo. Variações no preço do petróleo são refletidas no preço da gasolina, afetando a demanda e o preço do álcool. A diminuição na demanda por álcool em razão da redução do preço da gasolina pode afetar adversamente os resultados da Emissora e das Devedoras.

Os preços do álcool e do açúcar são fortemente correlacionados. Uma redução nos preços do açúcar pode ter efeito adverso tanto sobre os negócios de açúcar como sobre negócios de álcool das Devedoras.

A maior parte da produção de álcool no Brasil dá-se em usinas que produzem tanto álcool como açúcar.

Considerando que alguns produtores conseguem alterar a parcela de sua produção de álcool em relação à parcela de sua produção de açúcar e vice-versa, alternando a oferta em função da demanda desses produtos em resposta às variações de preço de mercado do álcool e do açúcar, os preços desses dois produtos são fortemente correlacionados. Assim, uma redução dos preços do açúcar também poderá resultar em um efeito adverso sobre os negócios de álcool das Devedoras.

Uma redução na demanda de álcool como combustível, ou uma mudança na política do governo brasileiro em relação à adição de álcool à gasolina, pode causar efeito adverso significativo aos negócios das Devedoras.

O governo brasileiro exige que toda a gasolina vendida no Brasil tenha um teor mínimo, atualmente entre 20% (vinte por cento) a 25% (vinte e cinco por cento), de álcool anidro. Aproximadamente metade de todo o álcool combustível do Brasil é usada para abastecer automóveis que usam uma mistura de álcool anidro e gasolina, sendo o remanescente usado em veículos abastecidos somente com álcool hidratado. Qualquer redução na porcentagem de álcool que deve ser adicionada à gasolina ou mudança na política do governo brasileiro quanto ao uso do álcool, assim como o crescimento da demanda por gás natural ou outros combustíveis alternativos, pode ter um efeito adverso significativo sobre os negócios das Devedoras.

Os resultados operacionais das Devedoras poderão ser adversamente afetados em razão da concorrência de adoçantes alternativos.

Atualmente, adoçantes alternativos detêm uma participação de 15,0% (quinze por cento) no mercado mundial de adoçantes. O uso de adoçantes alternativos, especialmente os adoçantes artificiais como aspartame, sacarina e HFCS, com exceção daqueles derivados do açúcar como sucralose, tem contribuído negativamente para o aumento na demanda total por açúcar no Brasil e no mundo. Fabricantes de refrigerantes de muitos países têm substituído o açúcar por adoçantes alternativos, ou aumentado o seu consumo. Além disso, o uso de adoçantes alternativos por parte dos consumidores de açúcar também pode reduzir a demanda de açúcar no Brasil. Uma redução substancial do consumo de açúcar devido ao aumento do uso de adoçantes alternativos ou artificiais pode afetar de maneira adversa os resultados operacionais e a situação financeira das Devedoras.

Riscos relacionados ao desenvolvimento sustentado do agronegócio brasileiro

A capacidade de pagamento das Devedoras e, conseqüentemente, o retorno que os investidores terão em relação ao investimento, está associada ao crescimento e desenvolvimento sustentado do setor sucroalcooleiro no Brasil. Não há como assegurar que, no futuro, o agronegócio brasileiro (i) manterá as taxas de crescimento e desenvolvimento observada nos últimos anos, e (ii) não apresentará perdas em decorrência de condições climáticas desfavoráveis, redução de preços de commodities do setor agrícola nos mercados nacional e internacional, alterações em políticas de concessão de crédito que possam afetar a renda dos agricultores, e conseqüentemente, a capacidade de pagamento das Devedoras, bem como outras crises econômicas que possam afetar o setor sucroalcooleiro em geral.

Risco relacionado à quebra de safra e conseqüente descumprimento do compromisso de entrega de cana-de-açúcar para as Devedoras:

As Devedoras necessitam da cana-de-açúcar fornecida pelos Produtores Rurais para iniciar sua produção de açúcar e/ou álcool. Na eventualidade da ocorrência de qualquer evento que provoque uma redução ou até mesmo uma quebra da safra de cana-de-açúcar dos Produtores Rurais, as Devedoras sofrerão com a queda na sua produção de açúcar e/ou álcool, o que, conseqüentemente, aumentará o risco de inadimplemento dos Contratos de Fornecimento e, posteriormente, dos próprios CDCAs vinculados aos CRAs.

5.5. *Riscos relacionados à Originação das Devedoras*

A emissão dos CDCAs pelas Devedoras será estruturada com base nos procedimentos adotados pela Securitizadora para seleção, implementação e acompanhamento de projetos de concessão de crédito para empreendedores com atuação no setor do agronegócio, conforme descrito neste Prospecto. Por mais que a Securitizadora, por si e/ou por terceiros altamente qualificados, tenha toda diligência e cuidados necessários para selecionar, implementar e acompanhar a concessão dos créditos às Devedoras, não é possível afirmar que haverá o esgotamento da análise e avaliação dos riscos relacionados (i) ao histórico das Devedoras; (ii) ao desempenho de produção; (iii) a avaliação mercadológica da commodity produzida pela Devedora; (iv) a avaliação dos possíveis mitigantes de risco. Tampouco é possível garantir que as condições para a aquisição dos CDCAs serão as mais adequadas em relação às condições de mercado vigentes entre a Data de Emissão e o vencimento dos CRAs.

5.6. Riscos Relacionados às Devedoras

Dado que a presente emissão de CRA será vinculada aos CDCAs emitidos pelas Devedoras, qualquer fato que afete os negócios das Devedoras e a sua capacidade de pagamento dos CDCAs poderá afetar o pagamento dos respectivos CRAs vinculados.

As Devedoras estão sujeitas a extensa regulamentação ambiental e podem estar expostas a contingências resultantes do manuseio de materiais perigosos e potenciais custos para cumprimento da regulamentação ambiental.

As Devedoras estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relacionada à proteção do meio ambiente e à saúde e segurança que regula, dentre outros aspectos:

- (i) a geração, armazenagem, manuseio, uso e transporte de produtos e resíduos nocivos;
- (ii) a emissão e descarga de materiais nocivos no solo, no ar ou na água; e
- (iii) a saúde e segurança dos empregados das Devedoras.

As Devedoras também são obrigadas a obter licenças específicas, emitidas por autoridades governamentais, com relação a determinados aspectos das suas operações. Referidas leis, regulamentos e licenças podem, com frequência, exigir a compra e instalação de equipamentos de custo muito elevado para controle da poluição ou a execução de mudanças operacionais a fim de limitar impactos ou potenciais impactos ao meio-ambiente e/ou à saúde dos funcionários da Devedora. A violação de tais leis e regulamentos ou licenças pode resultar em multas elevadas, sanções criminais, revogação de licenças de operação e/ou na proibição de funcionamento das instalações das Devedoras.

Devido à possibilidade de ocorrerem alterações na regulamentação ambiental e outras mudanças não esperadas, o valor e a periodicidade de futuros investimentos relacionados a questões ambientais podem variar consideravelmente em relação aos valores e épocas atualmente antecipados.

As penalidades administrativas e criminais impostas contra aqueles que violarem a legislação ambiental serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação causada ao meio ambiente. Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isto significa que a obrigação de reparar a degradação causada poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, quando as Devedoras contratam terceiros para proceder a qualquer intervenção nas suas operações, como a disposição final de resíduos, não está isenta de responsabilidade por eventuais danos ambientais causados por estes terceiros contratados. As Devedoras também podem ser consideradas responsáveis por todas e quaisquer consequências provenientes da exposição de pessoas a substâncias nocivas ou outros danos ambientais. Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio-ambiente, saúde e segurança, e às contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados poderão ter um efeito adverso sobre os negócios das Devedoras, os seus resultados operacionais ou sobre a sua situação financeira.

As Devedoras podem ser adversamente afetados por contingências trabalhistas e previdenciárias perante terceiros por eles contratados

Além das contingências trabalhistas e previdenciárias oriundas de disputas com os funcionários contratados diretamente pelas Devedoras, estas podem contratar prestadores de serviços que têm trabalhadores a eles vinculados. Embora esses trabalhadores não possuam vínculo empregatício com as Devedoras, estas poderão ser responsabilizadas por eventuais contingências de caráter trabalhista e previdenciário dos empregados das empresas prestadoras de serviços, quando estas deixarem de cumprir com seus encargos sociais. Essa responsabilização poderá afetar adversamente o resultado das Devedoras.

Quaisquer reduções na quantidade de cana-de-açúcar que as Devedoras produzem em determinada safra, ou do seu teor de sacarose, podem ter um efeito adverso significativo sobre os seus negócios.

A produção de açúcar e álcool das devedoras depende do volume e teor de sacarose da cana-de-açúcar que é cultivada e fornecida por agricultores localizados nas proximidades das Devedoras. O rendimento da safra e o teor de sacarose na cana-de-açúcar dependem principalmente de condições climáticas que variam, tais como índice de chuvas e temperatura. Condições climáticas adversas podem impactar negativamente no resultado operacional das Devedoras, por prejudicarem as safras ou reduzirem as colheitas. Enchentes, secas e geadas podem afetar de forma prejudicial a oferta e os preços das commodities agrícolas vendidos ou utilizados em negócios das Devedoras. Eventos climáticos futuros poderão afetar adversamente o teor de sacarose na cana-de-açúcar que as Devedoras podem obter em uma determinada safra ou em safras subseqüentes.

Adicionalmente aos eventos climáticos, existem diversos tipos de pragas que podem prejudicar uma determinada safra, e conseqüentemente reduzir a quantidade de açúcar e álcool produzida pelas Devedoras.

Qualquer redução no volume de açúcar e álcool obtidos pode ter um efeito adverso significativo sobre os resultados operacionais das Devedoras.

As Devedoras poderão ser afetadas de forma adversa pela sazonalidade.

Os negócios das Devedoras estão sujeitos à sazonalidade decorrente do ciclo de colheita da cana-de-açúcar na Região Centro-Sul do Brasil. O período de colheita anual de cana-de-açúcar no Centro-Sul do Brasil tem início em abril/maio e termina em novembro/dezembro. Isso cria flutuações nos estoques das Devedoras, normalmente com picos em dezembro para cobrir as vendas na entressafra (ou seja, de janeiro a abril), e um certo grau de sazonalidade no lucro bruto das Devedoras apurado em bases diferentes do exercício social.

Adicionalmente, as Devedoras necessitam realizar anualmente, no período anterior ao início de cada safra, investimentos consideráveis para a renovação do canavial. Dessa forma, essa sazonalidade pode causar um efeito adverso significativo nos resultados operacionais das Devedoras apurados em bases diferentes do exercício social.

As Devedoras são substancialmente dependentes de suas unidades e qualquer interrupção ou falha operacional das mesmas poderá ocasionar uma redução do volume de açúcar e álcool produzido e resultar em perdas materiais para as Devedoras.

A produção de açúcar e de álcool, por envolver um processo de transformação industrial, se sujeita a uma série de fatores produtivos. Em relação às matérias primas, além da cana-de-açúcar, a produção de açúcar e de álcool se sujeita à necessidade de uma série de outros insumos tais como corantes, conservantes e estabilizantes. Por mais que as Devedoras tenham toda diligência e cuidados necessários para projetar e adequar seu processo produtivo à prévia disponibilidade destes outros insumos, a insuficiência de qualquer um deles no mercado, bem como a insuficiência de qualquer outra matéria prima necessária para a regular e contínua produção de açúcar e de álcool pode afetar a produção do mesmo e, conseqüentemente, prejudicar o desempenho e o processo de origem dos créditos. Outrossim, a produção de açúcar e de álcool depende do regular funcionamento do maquinário do parque fabril. Desta forma, avarias técnicas, danos mecânicos ou elétricos, quebra de máquinas, incêndios na planta industrial ou na lavoura podem suspender ou interromper a produção de açúcar e de álcool.

5.7. Riscos Relacionados aos CRAs e CDCAs

Risco de Crédito das Devedoras, dos Offtakers e dos Produtores

A Emissora correrá o risco de crédito das Devedoras, consubstanciado na possibilidade de que estas deixem de arcar com suas obrigações de entrega de açúcar e/ou álcool, nos termos do Contrato de Fornecimento. Nesse caso, o respectivo *Offtaker* poderia deixar de depositar os respectivos pagamentos na respectiva Conta Vinculada, o que comprometeria os fluxos de recebíveis da presente operação, na medida em que tais pagamentos são parte significativa da fonte de recursos de que dispõem as Devedoras para honrar os CDCAs e, por conseqüência, a Emissora para honrar os CRAs.

As Devedoras e a Emissora correrão o risco de crédito dos *Offtakers*, consubstanciado na possibilidade de que estas deixem de realizar o pagamento pelo açúcar e/ou álcool recebido das Devedoras, nos termos do Contrato de Fornecimento. Pelas mesmas razões do parágrafo anterior, tal inadimplemento poderia comprometer os fluxos de recebíveis da presente operação.

Alterações na Legislação Tributária aplicável aos CDCAs e CRAs ou na Interpretação das Normas Tributárias podem afetar o Rendimento dos CRAs

Os rendimentos gerados por aplicação em CDCAs e CRAs por pessoas físicas estão atualmente isentos de imposto de renda, por força do artigo 3º, inciso IV, da Lei nº 11.033/04, isenção essa que pode sofrer alterações ao longo do tempo.

Além disso, não há unidade de entendimento quanto à tributação aplicável sobre os ganhos decorrentes da alienação dos CRAs no mercado secundário. Existem pelo menos duas interpretações correntes a respeito do imposto de renda incidente sobre a diferença positiva entre o valor de alienação e o valor da aplicação dos CRAs, quais sejam (i) a de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRAs estão sujeitos ao imposto de renda na fonte, tais como os rendimentos de renda fixa, em conformidade com as alíquotas regressivas previstas no artigo 1º da Lei nº 11.033/2004; e (ii) a de que os ganhos decorrentes da alienação dos CRAs são tributados como ganhos líquidos nos termos do artigo 52, parágrafo 2º, da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei nº 8.850, de 28 de janeiro de 1994, sujeitos, portanto, ao imposto de renda a ser recolhido pelo vendedor até o último dia útil do mês subsequente ao da apuração do ganho, à alíquota de 15% estabelecida pelo artigo 2º, inciso II da Lei nº 11.033/2004. Ressalte-se que não há jurisprudência consolidada sobre o assunto. Divergências no recolhimento do imposto de renda devido podem ser passíveis de sanção pela Secretaria da Receita Federal.

Eventuais alterações na legislação tributária eliminando a isenção acima mencionada, criando ou elevando alíquotas do imposto de renda incidentes sobre os CDCAs e/ou CRAs, a criação de novos tributos ou, ainda, mudanças na interpretação ou aplicação da legislação tributária por parte dos tribunais ou autoridades governamentais poderão afetar negativamente o rendimento líquido dos CDCAs e/ou CRAs para seus titulares. A Emissora e o Coordenador Líder recomendam aos investidores que consultem seus assessores tributários e financeiros antes de se decidir pelo investimento nos CRAs.

Baixa Liquidez no Mercado Secundário

Ainda não está em operação no Brasil o mercado secundário de certificados de recebíveis do agronegócio e não há nenhuma garantia de que existirá, no futuro, um mercado para negociação dos CRAs que permita sua alienação pelos subscritores desses valores mobiliários caso decidam pelo desinvestimento. Dessa forma, o investidor que adquirir os CRAs poderá encontrar dificuldades para negociá-los no mercado secundário, devendo estar preparado para manter o investimento nos CRAs por todo o prazo da Emissão.

Quórum de Deliberação em Assembléia Geral de Titulares dos CRAs

As deliberações a serem tomadas em assembleias gerais de titulares dos CRAs são aprovadas por 60% (sessenta por cento) dos CRAs Seniores e dos CRAs Subordinados e, em certos casos, exigem quorum qualificado. O titular de pequena quantidade de CRAs pode ser obrigado a acatar decisões da maioria, ainda que manifeste voto desfavorável. Não há mecanismos de venda compulsória no caso de dissidência do titular do CRA em determinadas matérias submetidas à deliberação em assembleia geral.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSORA

- 6.1. Histórico
- 6.2. Descrição das Atividades
- 6.3. Propriedades, plantas e equipamentos
- 6.4. Composição do Capital Social da Emissora
- 6.5. Principais Acionistas
- 6.6. Administração
- 6.7. Recursos Humanos
- 6.8. Informações sobre Valores Mobiliários Emitidos
- 6.9. Contingências judiciais e administrativas
- 6.10. Operações com Partes Relacionadas e Contratos Relevantes
- 6.11. Práticas de Governança Corporativa
- 6.12. Informações Financeira Seleccionadas e Eventos Subseqüentes
- 6.13. Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

6. INFORMAÇÕES RELATIVAS À EMISSORA

6.1. *Histórico*

A ECO Securitizadora foi constituída em 2009, nos termos da Lei 11.076/04, com o objetivo principal de adquirir direitos creditórios do agronegócio com a consequente emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no mercado financeiro de capitais.

Sua controladora, Ecoagro, foi constituída em 2007 por profissionais que nos últimos 12 anos se dedicaram a promover a interação do mercado de capitais com o agronegócio, desenvolvendo e estruturando operações financeiras adequadas, tanto às necessidades de rentabilidade e segurança de investidores, quanto à demanda de recursos para empresários e empresas rurais, utilizando os instrumentos financeiros disponíveis e respeitando o ciclo operacional da cadeia produtiva.

6.2. *Descrição das Atividades*

O principal foco de negócio da Emissora é fomentar a produção agrícola brasileira através da aquisição de direitos creditórios do agronegócio, principalmente aqueles envolvendo os títulos de crédito utilizados para financiamento da cadeia, tais como:

(i) as Cédulas de Produto Rural, física ou financeira, instituídas pela Lei nº 8.929/94 posteriormente alterada pela Lei nº 10.200 de 14 de fevereiro de 2001, e

(ii) os novos títulos do agronegócio; Certificado de Depósito Agropecuário; Warrant Agropecuário; Certificado de Direito Creditórios do Agronegócio; e a Letra de Crédito do Agronegócio, todos instituídos pela Lei nº 11.076/04.

A aquisição de títulos do agronegócio depende dos seguintes fatores: (i) conhecimento dos potenciais emitentes desses títulos; (ii) competitividade no que se refere às taxas de aquisição dos títulos; (iii) capacidade técnica e operacional para estruturar a emissão dos títulos; e (iv) capacidade financeira para viabilizar as aquisições dos títulos.

Os potenciais emitentes dos títulos a serem adquiridos pela Emissora são identificados em virtude da presença de executivos na sociedade com mais de 10 (dez) anos de experiência em operações no agronegócio e detentores de forte rede de relacionamentos nesse setor.

Ainda que os contatos no mundo do agronegócio permitam o acesso aos potenciais emitentes dos títulos do agronegócio que necessitam de crédito, a Emissora sofre concorrência de diversos players no mercado. Atualmente, a Emissora tem os seguintes concorrentes para as suas atividades:

- (i) bancos tradicionais operadores do Crédito Rural que por terem taxas subsidiadas levam vantagens competitivas em relação à Emissora. O principal operador do Crédito Rural no país é o Banco do Brasil;
- (ii) grandes trading nacionais e internacionais que por terem ampla relacionamento comercial na compra dos produtos agrícolas conseguem vantagens comerciais competitivas para efetivar o financiamento da produção agropecuária. Dentre as tradings concorrente com nossas atividades podemos citar a Bunge, Cargill, ADM, Dreyfus, Coimex, Sucden, Coimex e outras;
- (iii) administradores de recursos nacionais e internacionais que ao entrarem no mercado de aquisição de títulos do agronegócio promoveram redução das taxas praticas nas aquisições dos títulos, tendo inclusive Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e Fundos de Investimento regulados pela Instrução CVM nº 409, voltados para a aquisição desses títulos. Os principais atuantes desse mercado são: Grupo Vision, Banco Banif S.A., Vector Investimentos, o Grupo Rio Bravo e outros; e
- (iv) outros investidores estrangeiros atuantes em operações de securitização / pré-pagamento de exportações. Os principais operadores dessas linhas de crédito para o agronegócio são: Crecera, Ancile, Tower Bank, HSH, Macquarie e outros.

No que se refere à capacidade operacional para estruturação das emissões dos títulos, a Emissora conta com prestadores de serviço dotados de grande experiência, capacidade operacional e pioneirismo. Alguns executivos atualmente prestadores de serviço para a Emissora foram responsáveis pela estruturação dos primeiros Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio e Letras de Crédito do Agronegócio do Brasil. Em virtude desse pioneirismo a equipe que presta serviço para a Emissora é bastante especializada nessas estruturas, tendo condições de viabilizar diversas formas de estruturas de operações.

Por fim, dado que a realização de operações de securitização de direitos creditórios do agronegócio depende das condições do mercado de capitais doméstico e internacional, a Emissora sofre dependência direta das condições de crédito desses mercados para captação dos recursos necessários para viabiliza a aquisição dos títulos do agronegócio.

6.3. *Propriedades, Plantas e Equipamentos*

A ECO Securitizadora não possui, até a data deste Prospecto, quaisquer propriedades, plantas, equipamentos ou bens.

6.4. Composição do Capital Social da Emissora

O capital social da Emissora é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), composto por 1.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas.

A tabela a seguir demonstra a composição do capital social da Emissora na data deste Prospecto.

Acionista	ON	%	PN	%
<i>Roberta Lacerda Crespilho Braga</i>	<i>1</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Glauce Marcondes Gottsfritz</i>	<i>1</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Moacir Ferreira Teixeira</i>	<i>1</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Ecoagro – Empresa de Consultoria de Operações Agropecuárias Ltda.</i>	<i>997</i>	<i>99,7</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
TOTAL	100.000	100%	0	0%

6.5. Principais Acionistas

O principal acionista da Securitizadora é a Ecoagro – Empresa de Consultoria de Operações Agropecuárias Ltda., detentora de 99,7% das ações ordinárias representativas do capital social da Securitizadora. As outras ações, representadas por 3 (três) ações ordinárias, são detidas pelos conselheiros do Conselho de Administração da Securitizadora, por determinação legal.

6.6. Administração

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Adicionalmente, na forma de nosso Estatuto Social, temos um Conselho Fiscal cujo funcionamento é não permanente.

6.6.1. Conselho de Administração

Nos termos de nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, 3 (três) membros e, no máximo 5 (cinco) membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembléia Geral. O prazo de gestão de nossos conselheiros é de dois anos, permitida a reeleição. Nosso Conselho de Administração é responsável pela orientação geral de nossos negócios e possui, dentre outras atribuições, competência para eleger e destituir os membros de nossa Diretoria e supervisionar o exercício de suas funções.

A tabela a seguir indica o nome, cargo, data de eleição e encerramento do mandato dos atuais membros do nosso Conselho de Administração.

Nome	Cargo no Conselho de Administração	Data da Eleição	Encerramento do Mandato
Moacir Ferreira Teixeira	Presidente	02 de março de 2009	02 de março de 2011
Roberta Lacerda Crespilho Braga	Conselheiro	02 de março de 2009	02 de março de 2011
Glauce Marcondes Gottsfritz	Conselheiro	02 de março de 2009	02 de março de 2011

A seguir, apresentamos um breve resumo biográfico dos atuais membros de nosso Conselho de Administração. O endereço comercial de nossos Conselheiros é Rua Pedroso de Morais, nº 1553, 8º andar, conjunto 81, CEP 05419-001, Cidade de São Paulo.

Nome: Moacir Ferreira Teixeira

Formado em Economia, iniciou sua carreira no mercado financeiro em 1979 no Banco Iochpe S/A, na área de Open Market. Atuou na área financeira (tesouraria/mesa de operações) nos Bancos Credibanco S/A, Banco Mercantil de Descontos, Banco Daycoval e Banco WESTLB. Em 1998 assumiu a Diretoria Financeira estatutária do Banco Cooperativo do Brasil S/A, iniciando sua atuação focada no Agronegócio. Em 2001, na Rio Bravo, estruturou o Fundo Rio Bravo Renda Fixa Agro (Fundo de Investimento em Títulos do Agronegócio). Com a experiência adquirida ao longo de 10 anos, construiu um respeitável networking com os agentes relacionados ao setor, o que permite identificar as necessidades de financiamento da cadeia produtiva do agronegócio, transformando-as em oportunidades de investimentos com segurança e transparência.

Nome: Glauce Marcondes Gottsfritz

Graduada em Processamento de Dados pela Universidade Mackenzie em 1999 e Pós-Graduada em Agronegócio pela Universidade Federal do Paraná. Atua desde 2000, com implantação da área de agronegócio em empresas como FINAGRO, Banco Santos S/A, Banco Fibra S/A, Banif Primus Banco de Investimento do Funchal (Brasil) S/A, BC Agro Assessoria e Planejamento Econômico Ltda e sócia da Ecoagro.

Nome: Roberta Lacerda Crespilho Braga

Graduada em Pedagogia com ênfase em Recursos Humanos pela Universidade Mackenzie, e pós-graduada em Administração de Empresas pela FAAP. Trabalhou em diversas Instituições Financeiras, como Banco Santos, Banco Fibra, BCAgro Consultoria e Planejamento Econômico Ltda. Atualmente é sócia da Ecoagro.

6.6.2. Diretoria

Nosso Estatuto Social estabelece que a nossa Diretoria é composta por 2 (dois) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

Dentre os diretores um será designado Diretor Presidente e o outro será designado Diretor de Relações com os Investidores.

Compete ao nosso Diretor Presidente:

- (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- (ii) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Emissora, bem como a sua apresentação ao Conselho de Administração e aos nossos Acionistas;
- (iii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; e
- (iv) presidir e convocar as reuniões de Diretoria.

Ao nosso Diretor de Relações com os Investidores compete:

- (i) representar a Emissora perante a CVM, o BACEN e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;
- (ii) representar a Emissora junto a seus investidores e acionistas;
- (iii) prestar informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e
- (iv) manter atualizado o registro da Emissora em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Nossa Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Rua Pedroso de Moraes, nº 1553, 8º andar, conjunto 81, CEP 05419-001, Cidade de São Paulo. O responsável por esta diretoria é o nosso Diretor de Relações com Investidores Sr. Cristian de Almeida Fumagalli. O telefone do Departamento de Relações com Investidores é (11-3031-4112) o fax é (11- 3031-4112), o e-mail é cristian@ecoagro.agr.br.

O quadro a seguir indica o nome, o cargo a data de eleição e a data de encerramento do mandato dos atuais membros de nossa Diretoria.

Nome	Cargo na Diretoria	Data da Eleição	Encerramento do Mandato
Moacir Ferreira Teixeira	Diretor Presidente	06 de abril de 2009	06 de abril de 2011
Cristian de Almeida Fumagalli	Diretor de Relações com Investidores	06 de abril de 2009	06 de abril de 2011

A seguir, apresentamos um breve resumo biográfico dos atuais membros de nossa Diretoria.

Nome: Moacir Ferreira Teixeira

Formado em Economia, iniciou sua carreira no mercado financeiro em 1979 no Banco Iochpe S/A, na área de Open Market. Atuou na área financeira (tesouraria/mesa de operações) nos Bancos Credibanco S/A, Banco Mercantil de Descontos, Banco Daycoval e Banco WESTLB. Em 1998 assumiu a Diretoria Financeira estatutária do Banco Cooperativo do Brasil S/A, iniciando sua atuação focada no Agronegócio. Em 2001, na Rio Bravo, estruturou o Fundo Rio Bravo Renda Fixa Agro (Fundo de Investimento em Títulos do Agronegócio). Com a experiência adquirida ao longo de 10 anos, construiu um respeitável networking com os agentes relacionados ao setor, o que permite identificar as necessidades de financiamento da cadeia produtiva do agronegócio, transformando-as em oportunidades de investimentos com segurança e transparência.

Nome: Cristian de Almeida Fumagalli

Advogado, formado pela Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, iniciou sua carreira na Junta Comercial de São Paulo, transferiu-se em 2006 para o Escritório de Advocacia Rayes, Sevilha & Buranello atuando nas áreas de Direito Societário e Agronegócio, e posteriormente no Escritório Buranello & Passos, onde atuou nas áreas de Mercado de Capitais e Agronegócio. Em 2008 foi contratado pela Ecaagro para atuar na estruturação de operações financeiras de agronegócio, e onde responde atualmente pela área Jurídica da Empresa

6.6.3. Conselho Fiscal

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o Conselho Fiscal é um órgão societário independente da administração e dos auditores independentes. O Conselho Fiscal pode funcionar tanto de forma permanente quanto de forma não permanente, caso em que atuará somente no exercício social em que sua instalação for solicitada pelos acionistas em Assembléia Geral. Nosso Estatuto Social prevê um Conselho Fiscal de caráter não permanente.

Atualmente, não temos Conselho Fiscal instalado e, por esse motivo, nenhum membro foi indicado.

6.6.4, Remuneração

Nossos acionistas devem estabelecer, em Assembléia Geral, a remuneração global e condições de pagamento da remuneração dos membros de nosso Conselho de Administração, de nossa Diretoria e do Conselho Fiscal, caso instalado. A remuneração global dos membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria para o exercício social de 2009 foi fixada em R\$ 30.000,00.

6.6.5. Planos de Opção de Compra de Ações

Até a data deste Prospecto, não possuíamos plano de opção de compra de ações ou quaisquer outras formas de envolvimento dos empregados no capital da Emissora.

6.6.6. Ações de Titularidade de Nossos Administradores

A tabela abaixo indica o número de ações detidas nesta data, bem como o percentual que suas participações individuais representam no número total de ações de nossa emissão na data deste Prospecto:

Administrador Acionista	ON	%	PN	%
<i>Glauce Marcondes Gottsfritz</i>	<i>1</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Roberta Lacerda Crespilho</i>	<i>1</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
<i>Moacir Ferreira Teixeira</i>	<i>1</i>	<i>0,1</i>	<i>0</i>	<i>0</i>
TOTAL	3	0,3%	0	0%

6.6.7. Adesão a Padrões Internacionais de Proteção Ambiental

A Securitizadora por estar em fase pré-operacional, não aderiu a nenhum padrão internacional de proteção ambiental.

6.6.8. Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural

A Emissora não adotou nenhuma política de responsabilidade social, patrocínio e incentivo cultural, tampouco desenvolveu ou participou de projetos nessa área.

6.7. Recursos Humanos

Por se tratar de uma companhia em fase pré-operacional, até a data deste Prospecto, a Securitizadora não possui nenhum funcionário, tampouco política de recursos humanos.

6.8. Informações sobre Valores Mobiliários Emitidos

Até a data deste Prospecto, não foram emitidos nenhum valor mobiliário pela Emissora. No entanto, de forma concomitante a presente Oferta, a Emissora está emitindo as demais 18 (dezoito) séries da primeira emissão pública dos CRAs conforme exposto abaixo:

1ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 30 de junho de 2010 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 001/2010 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.	2ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 30 de junho de 2010 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 001/2010 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.
3ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 30 de julho de 2010 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 002/2010 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.	4ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 30 de julho de 2010 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 002/2010 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.
5ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 30 de agosto de 2010 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 003/2010 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.	6ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 30 de setembro de 2010 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 003/2010 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.

<p>9ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 29 de outubro de 2010</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 005/2010</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>	<p>10ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 29 de outubro de 2010</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 005/2010</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>
<p>11ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 30 de junho de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 001/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>	<p>12ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 30 de junho de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 001/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>
<p>13ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 29 de julho de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 002/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>	<p>14ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 29 de julho de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 002/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>
<p>15ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 31 de agosto de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 003/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>	<p>16ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 31 de agosto de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 003/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>
<p>17ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 30 de setembro de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 004/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>	<p>18ª Série</p> <p>Data de Emissão: 28 de agosto de 2009</p> <p>Data de Vencimento: 30 de setembro de 2011</p> <p>Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 004/2011</p> <p>Agente Fiduciário: SLW</p> <p>Status: Emissão em andamento.</p>

19ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 31 de outubro de 2011 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 005/2011 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.	20ª Série Data de Emissão: 28 de agosto de 2009 Data de Vencimento: 31 de outubro de 2011 Lastro: Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio nº 005/2011 Agente Fiduciário: SLW Status: Emissão em andamento.
---	---

6.9. Contingências Judiciais e Administrativas

A Securitizadora não possui nenhuma contingência judicial e/ou administrativa até a data do presente Prospecto.

6.10. Operações com Partes Relacionadas e Contratos Relevantes

Atualmente a Securitizadora não realiza nenhuma operação com partes relacionadas, nem celebrou nenhum contrato relevante.

6.11. Práticas de Governança Corporativa

A Securitizadora ainda não adota padrões de governança corporativa.

6.12. Informações Financeiras Seleccionadas e Eventos Subseqüentes

Em virtude de a Emissora estar em fase pré-operacional ainda não existem nenhuma informação selecionada para ser divulgada.

6.13. Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

Em virtude de a Emissora estar em fase pré-operacional e não ter entregado nenhuma demonstração financeira esse Prospecto não apresenta discussão e análise da administração sobre as demonstrações financeiras.

7. ANEXOS

7.1. Ata de Reunião do Conselho de Administração

7.2. Estatuto Social da Emissora

7.3. Relatório de Classificação de Risco

7.4. Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio

7.5. Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO
S.A.**

CNPJ/MF n.º 10.753.164/0001-43

NIRE n.º 35300367308

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,
REALIZADA EM 17 DE AGOSTO DE 2009.**

DATA, HORA E LOCAL: Aos 17 dias do mês de agosto de 2009, às 11:00 horas, na sede da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Morais, 1553, 8º andar, conjunto 81, CEP 05419-001.

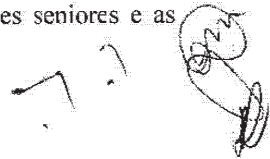
CONVOCAÇÃO: Convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme o Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia.

PRESENÇA: A totalidade dos membros do Conselho de Administração, conforme assinaturas constantes nesta Ata.

COMPOSIÇÃO DA MESA: O Sr. Moacir Ferreira Teixeira, Presidente do Conselho de Administração, foi o Presidente da mesa, e a Sr(a). Glauce Marcondes Godsfritz, Conselheira da Companhia, foi a secretária da mesa.

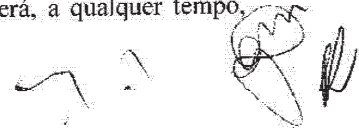
ORDEM DO DIA: Deliberar acerca da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Companhia, nos termos da Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

DELIBERAÇÕES: Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos **DELIBERAM** aprovar a primeira emissão pública de Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"), que terá as seguintes características e condições: **1. Número de Séries da Primeira Emissão:** Serão 20 (vinte) séries, sendo 10 (dez) séries seniores e 10 (dez) séries subordinadas, com os seguintes números de ordem: 1ª série; 2ª série; 3ª série; 4ª série; 5ª série; 6ª série; 7ª série; 8ª série; 9ª série; 10ª série; 11ª série; 12ª série; 13ª série; 14ª série; 15ª série; 16ª série; 17ª série; 18ª série; 19ª série e 20ª série (todas as séries em conjunto os "CRAs"). As séries de número ímpar correspondem às séries seniores e as



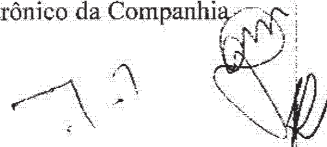
séries de número par correspondem às séries subordinadas, vinculadas da seguinte forma: (i) a 2ª série se subordinará à 1ª série; (ii) a 4ª série se subordinará à 3ª série; (iii) a 6ª série se subordinará à 5ª série; (iv) a 8ª série se subordinará à 7ª série; (v) a 10ª série se subordinará à 9ª série; (vi) a 12ª série se subordinará à 11ª série; (vii) a 14ª série se subordinará à 13ª série; (viii) a 16ª série se subordinará à 15ª série; (ix) a 18ª série se subordinará à 17ª série; (x) a 20ª série se subordinará à 19ª série. Enquanto não liquidada uma determinada série sênior será vedada a liquidação parcial e/ou total da sua respectiva série subordinada; **2. Quantidade Total de CRAs da Primeira Emissão:** 200 (duzentos) CRAs; **3. Quantidade de CRAs por Série:** 10 (dez) CRAs por cada série; **4. Valor Nominal Unitário dos CRAs:** Na Data de Emissão, conforme definida abaixo: (a) Cada CRA referente a qualquer série sênior terá valor nominal equivalente a R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais); e (b) cada CRA referente a qualquer série subordinada terá valor nominal equivalente a R\$ 1.760.000,00 (um milhão setecentos e sessenta mil reais); **5. Valor Total da Emissão:** R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais) na Data de Emissão, conforme definida abaixo; **6. Valor Total por Série:** Na Data de Emissão, conforme definida abaixo: (a) Cada série sênior terá valor total equivalente a R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais); e (b) cada série subordinada terá valor equivalente a R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais); **7. Direitos Creditórios Vinculados:** Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio ("CDCAs"), a serem emitidos em favor da Companhia por sociedades empresárias ou cooperativas que exerçam a comercialização de açúcar e/ou álcool, respeitando a política de crédito e os procedimentos operacionais da Companhia, sendo que nenhum CDCA representará mais do que 10% (dez por cento) do total do lastro dos CRAs; **8. Forma e Espécie:** Emissão pública de CRAs de forma escritural, com a instituição de regime fiduciário previsto na Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 e, no que couber, pelas disposições da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997; **9. Data de Emissão:** 28 de agosto de 2009; **10. Prazo e Vencimento:** As 20 (vinte) séries terão os seguintes vencimentos: 1ª e 2ª séries: 30 de junho de 2010; 3ª e 4ª séries: 30 de julho de 2010; 5ª e 6ª séries: 30 de agosto de 2010; 7ª e 8ª séries: 30 de setembro de 2010; 9ª e 10ª séries: 29 de outubro de 2010; 11ª e 12ª séries: 30 de junho de 2011; 13ª e 14ª séries: 29 de julho de 2011; 15ª e 16ª séries: 31 de agosto de 2011; 17ª e 18ª séries: 30 de setembro de 2011; e 19ª e 20ª séries: 31 de outubro de 2011; **11. Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** O preço unitário de subscrição dos CRAs será o seu valor nominal unitário, acrescido dos juros remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data da Emissão até a data da efetiva subscrição. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"); **12. Remuneração:** A remuneração dos CRAs da 1ª, 3ª, 5ª, 7ª, 9ª, 11ª, 13ª, 15ª, 17ª e 19ª séries, será equivalente a uma taxa pré-fixada equivalente a 14% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário dos CRAs, de forma *pro rata temporis*. Os juros

remuneratórios serão pagos juntamente com o valor principal de cada série na respectiva data de vencimento de cada série; A remuneração dos CRAs da 2ª, 4ª, 6ª, 8ª, 10ª, 12ª, 14ª, 16ª, 18ª e 20ª séries, será equivalente a uma taxa pré-fixada equivalente a 18% a.a., incidentes sobre o valor nominal unitário dos CRAs, de forma *pro rata temporis*. Os juros remuneratórios serão pagos juntamente com o valor principal de cada série na respectiva data de vencimento de cada série; **13. Procedimento de Distribuição:** Os CRAs serão objeto de distribuição pública, sob regime de melhores esforços de colocação, com intermediação da **PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.** (“**Coordenador**”), não existindo reservas antecipadas ou fixação de lotes máximos ou mínimos dos CRAs, visando investidores qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“**Instrução CVM nº 409/04**”), e fundos de investimento que, embora não se enquadrem na definição de investidores qualificados da referida Instrução CVM nº 409/04, tenham regulamentos que permitam investimentos em títulos ou valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis ao prazo dos CRAs, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes do Coordenador. Os CRAs serão registrados para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário na CETIP; **14. Destinação de Recursos:** aquisição dos CDCAs emitidos em favor da Companhia nos termos acima; **15. Vencimento Antecipado:** A ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado listados abaixo ensejará a assunção imediata pelo agente fiduciário da custódia e administração dos CDCAs integrantes do patrimônio separado de cada série: (a) descumprimento pela Companhia de toda e qualquer obrigação prevista no Termo de Securitização, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, exceto por aquelas obrigações para as quais esteja previsto um prazo específico, hipótese em que tal prazo prevalecerá; (b) pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Companhia; (c) o somatório do valor total de quaisquer (i) ações judiciais e/ou administrativas de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, eventualmente movidas em face da Companhia; e (ii) passivos e/ou potenciais passivos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, reportadas ao agente fiduciário através da revisão trimestral realizada pelo respectivo auditor independente, representar contingência igual ou superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), e a Companhia não tenha efetuado o integral provisionamento dos valores envolvidos em referidas ações ou, conforme o caso, pagamento dos valores devidos, sem qualquer redução dos respectivos patrimônios separados; e (d) qualquer evento relacionado à Companhia que venha prejudicar, de qualquer forma, o adimplemento de qualquer obrigação prevista no termo de securitização perante os titulares dos CRAs, e que não seja sanado, a contento do agente fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do aviso encaminhado pelo agente fiduciário; **16. Aquisição Facultativa:** A Companhia poderá, a qualquer tempo,



adquirir no mercado CRAs em circulação, por preço a ser negociado oportunamente com os titulares dos CRAs. Os CRAs objeto deste procedimento poderão ser cancelados, permanecer em tesouraria da Companhia, ou ser novamente colocados no mercado. **17. Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRAs, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos. **18. Juros Moratórios:** Ocorrendo impontualidade de mais de 2 (dois) dias úteis no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares dos CRAs, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Companhia, ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre os valores em atraso, *pro rata temporis*, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial. **19. Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes aos juros remuneratórios, ou quaisquer outros valores a que fazem jus os titulares dos CRAs, serão efetuados pela Companhia utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP. **20. Classificação de Risco:** A emissão dos CRAs será submetida à apreciação da agência de classificação de risco da Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos Ltda. que será objeto de revisão e avaliação, trimestralmente, pela mesma agência de classificação de risco ou outra(s) agência(s) que vier(em) a ser indicada(s) pela Companhia sendo que a prestação do serviço de revisão e avaliação não poderão ser interrompidos durante o prazo de vigência dos CRAs. A Companhia poderá contratar outra agência de classificação de risco, a qualquer tempo, durante o prazo de vigência dos CRAs.; **21. Agente Fiduciário:** O Agente Fiduciário de todos os CRAs será a SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. **22. Instituição Custodiante, Agente Escriturador e Banco Liquidante dos CRAs:** O Banco Citibank será responsável pela custódia, escrituração e liquidação dos CRAs. **23. Comitê de Monitoramento:** A Companhia manterá um O Comitê de Monitoramento da emissão dos CRAs, que terá as seguintes características ("Comitê"):

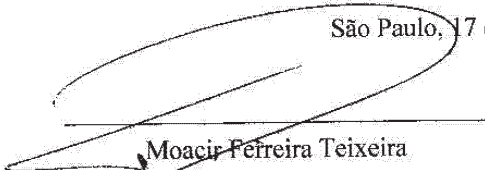
- (a) será formado de no mínimo 5 e no máximo 7 membros, eleitos da seguinte forma: (i) 1 membro indicado pela MBF Agribusiness Assessoria Empresarial Ltda., qualificada no respectivo prospecto da emissão dos CRAs; (ii) 1 membro de notório conhecimento do setor sucroalcooleiro a ser indicado pela Companhia; (iii) 1 membro indicado pelo agente fiduciário; (iv) demais membros indicados pela Companhia;
- (b) O Comitê se reunirá obrigatoriamente na última semana dos meses de outubro de 2009; abril de 2010; agosto de 2010; outubro de 2010; abril de 2011; agosto de 2011; e outubro de 2011;
- (c) as reuniões terão como ordem do dia obrigatoriamente a discussão do andamento geral da emissão dos CRAs, abordando o estágio de cada um dos Créditos, bem como suas respectivas garantias; e (d) as discussões das reuniões serão transcritas em atas que estarão disponíveis para consultas por potenciais investidores no endereço eletrônico da Companhia.




e da CVM; e 24. **Autorização para a Diretoria:** Fica a Diretoria da Companhia autorizada a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aprovadas acima.

ENCERRAMENTO, APROVAÇÃO, LAVRATURA E LEITURA DA ATA: Nada mais havendo a deliberar, o Sr. Presidente deu por encerrados e concluídos os trabalhos. Em seguida, suspendeu a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, foi esta Ata lida, aprovada e devidamente assinada.

São Paulo, 17 de agosto de 2009.


Moacir Ferreira Teixeira
Presidente da Mesa


Glauce Marcondes Godsfritz
Secretaria da Mesa

CONSELHEIROS PRESENTES:


MOACIR FERREIRA TEIXEIRA


GLAUCE MARCONDES GODSFRTZ


ROBERTA LACERDA CRESPILHO BRAGA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**ASSEMBLÉIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DA
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO
S.A.
("Companhia")**

- I. DATA / HORA / LOCAL:** Assembleia Realizada no dia 02 de março de 2009, às 10h00, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar, conjunto 81, CEP 05419-001.
- II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** (a) Moacir Ferreira Teixeira; (b) Roberta Lacerda Crespihlo Braga; (c) Glauce Marcondes Gottsfriz; e (d) Ecoagro- Empresa De Consultoria De Operações Agropecuárias Ltda, representada por seu representante legal Moacir Ferreira Teixeira.
- III. MESA:** Presidente: Moacir Ferreira Teixeira.
Secretário: Cristian de Almeida Fumagalli.
- IV. ORDEM DO DIA:**
1. deliberar acerca da constituição da Companhia;
 2. apreciar a proposta do Estatuto Social, em conformidade com o disposto no art. 4º, da Lei 6.404/76, conforme alterada;
 3. eleger os membros do Conselho de Administração e fixação da remuneração dos Conselheiros e Diretores da Companhia;
 4. designar órgãos de imprensa para a realização das publicações legais da Companhia;
 5. deliberar sobre a abertura de capital da Companhia com o seu registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e
 6. outros assuntos de interesse da Companhia.
- V. DELIBERAÇÕES ADOTADAS POR APROVAÇÃO UNÂNIME:**
1. Constituição da Companhia, que atuará nesta praça, sob a denominação de **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, cuja Ata da Assembleia de Constituição será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo, com capital social registrado de R\$ 1.000,00 (um mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, subscritas e integralizadas nos termos dos boletins de subscrição anexos a presente Ata ("Anexo I").
 2. Estatuto Social, cujo texto integral está anexado a esta Ata ("Anexo II");

3. Eleição, como membros efetivos do Conselho de Administração, os Srs: (a) **MOACIR FERREIRA TEIXEIRA**, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG 9.113.397 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 186.487.621-20, residente e domiciliado na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Aicas, nº 132, Alphaville; (b) **ROBERTA LACERDA CRESPILO BRAGA**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG 27.811.192 SSP/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 220.314.208-10, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Venâncio Aires, nº 641 – Apto 154 - Torre 3; e (c) **GLAUCE MARCONDES GOTTSFRITZ**, brasileira, solteira, técnica em processamento de dados, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 20.410.044 SSP/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 135.625.148-08, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Visconde de Inhaúma, nº 262, apto 94, Vila da Saúde; sendo, **MOACIR FERREIRA TEIXEIRA**, eleito, ainda, Presidente do referido Conselho. Os conselheiros eleitos ficam desobrigados das obrigações constantes no artigo 147, § 3º, Incisos I e II, da Lei 6.404/76. Os mandatos terão prazo de gestão de dois anos, sendo permitidas as reeleições, observadas as disposições do Estatuto Social e da Lei 6.404/76 e demais dispositivos legais e regulamentares. Ainda os Conselheiros declararam, nos termos do "Anexo III", não possuírem quaisquer impedimentos para o exercício de tais cargos;
4. Designação dos jornais "Jornal da Tarde" e o "Diário Oficial do Estado de São Paulo" para a realização das publicações legais da Companhia
5. Aprovação da remuneração global dos administradores da Companhia, fixada em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para o presente exercício, a ser dividido entre os membros da Diretoria e do Conselho de Administração, como limite de remuneração anual dos administradores, que, individualmente, perceberão remuneração mensal não inferior ao salário mínimo vigente, ficando a distribuição a cargo do Conselho de Administração;
6. Aprovada a abertura de capital da Companhia, a ser realizada perante à CVM, ficando a Diretoria incumbida de proceder aos registros e averbações competentes visando a tal fim.

VI. INSTRUMENTOS ANEXOS: Os Boletins de Subscrição ("Anexo I"), o Estatuto Social ("Anexo II") e a Declaração dos Conselheiros eleitos ("Anexo III"), ficam fazendo parte integrante e inseparável da presente ata para todos os fins de direito.

VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, lavrando-se a presente ata no Livro próprio, que, depois de lida e aprovada, foi por todos assinada.

São Paulo, 02 de Março de 2009.



MOACIR FERREIRA TEIXEIRA
Presidente



CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI
Secretário

Visto do Advogado:



CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI
OAB/SP 281.250

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE MATERIAIS (IPDM) - 02/03/2009



ANEXO I

**BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES Nº 01
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO
S.A.
("Companhia")**

Subscrição e integralização da participação no capital social para a constituição da Companhia.

A. Qualificação do subscritor, quantidade e características das ações subscritas:

1. Nome: ROBERTA LACERDA CRESPILO BRAGA		CPF/MF: 220.314.208-10	
Endereço: Rua Venâncio Aires, nº 641 – Apto 154 - Torre 3, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.		Telefone/Fax: (11) 8472-9526	
Espécie: Ordinárias	Quantidade: 1	Preço de Emissão Unitário: R\$ 1,00	Valor Total: R\$ 1,00

B. Forma de Pagamento:

Pagamento integral em moeda corrente nacional.

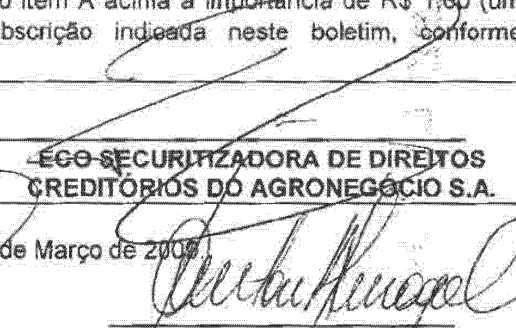
C. Declaração:

Declaro para todos os fins, que estou de acordo com as condições expressas no presente boletim e que tomei conhecimento das características das ações subscritas.

Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 ROBERTA LACERDA CRESPILO BRAGA
--	---


D. Recibo:

Recebemos do subscritor mencionado no item A acima a importância de R\$ 1,00 (um real) relativa à integralização da subscrição indicada neste boletim, conforme mencionado no item B acima.

Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
--	---

São Paulo, 02 de Março de 2009


Moacir Ferreira Teixeira
Presidente da Mesa


Cristian de Almeida Fumagalli
Secretário da Mesa

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES Nº 02
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
("Companhia")

Subscrição e integralização da participação no capital social para a constituição da Companhia.

A. Qualificação do subscritor, quantidade e características das ações subscritas:

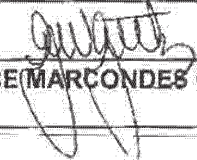
1. Nome: GLAUCE MARCONDES GOTTSFRITZ		CPF/MF: 135.625.148-08	
Endereço: Rua Visconde de Inhaúma, nº 262, apto 94, Vila da Saúde, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.		Telefone/Fax: (11) 8415-0722	
Espécie: Ordinárias	Quantidade: 1	Preço de Emissão Unitário: R\$ 1,00	Valor Total: R\$ 1,00

B. Forma de Pagamento:

Pagamento integral em moeda corrente nacional.

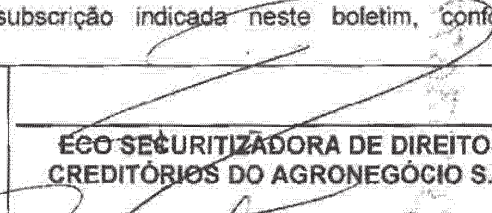
C. Declaração:

Declaro para todos os fins, que estou de acordo com as condições expressas no presente boletim e que tomei conhecimento das características das ações subscritas.

Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 GLAUCE MARCONDES GOTTSFRITZ
--	---

D. Recibo:

Recebemos do subscritor mencionado no item A acima a importância de R\$ 1,00 (um real) relativa à integralização da subscrição indicada neste boletim, conforme mencionado no item B acima.

Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
--	---

São Paulo, 02 de Março de 2009.


Moacir Ferreira Teixeira
Presidente da Mesa


Cristian de Almeida Fumagalli
Secretário da Mesa

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES Nº 03
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
(“Companhia”)

Subscrição e integralização da participação no capital social para a constituição da Companhia.

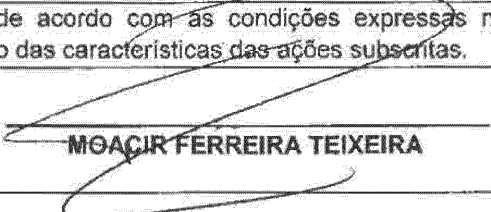
A. Qualificação do subscritor, quantidade e características das ações subscritas:

1. Nome: MOACIR FERREIRA TEIXEIRA		CPF/MF: 186.487.621-20	
Endereço: Alameda Aicas, nº 132, Alphaville, Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo.		Telefone/Fax: (11) 8587-0554	
Espécie: Ordinárias	Quantidade: 1	Preço de Emissão Unitário: R\$ 1,00	Valor Total: R\$ 1,00

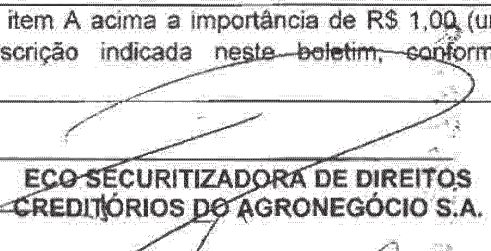
B. Forma de Pagamento:

Pagamento integral em moeda corrente nacional.

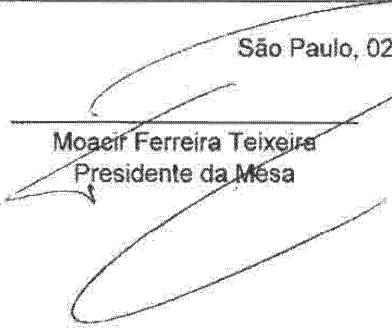
C. Declaração:


Declaro para todos os fins, que estou de acordo com as condições expressas no presente boletim e que tomei conhecimento das características das ações subscritas.	
Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 MOACIR FERREIRA TEIXEIRA

D. Recibo:

Recebemos do subscritor mencionado no item A acima a importância de R\$ 1,00 (um real) relativa à integralização da subscrição indicada neste boletim, conforme mencionado no item B acima.	
Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

São Paulo, 02 de Março de 2009


Moacir Ferreira Teixeira
Presidente da Mesa


Cristian de Almeida Fumagalli
Secretário da Mesa

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES Nº 04
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
 ("Companhia")

Subscrição e integralização da participação no capital social para a constituição da Companhia.

A. Qualificação do subscritor, quantidade e características das ações subscritas:

1. Nome: ECOAGRO – EMPRESA DE CONSULTORIA DE OPERAÇÕES AGROPECUÁRIAS LTDA.,		CNPJ/MF: 08.846.477/0001-02	
Endereço: Av. Angélica, 2330, 11º andar, Santa Cecília, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.		Telefone/Fax: (11) 3031-5254	
Espécie: Ordinárias	Quantidade: 997	Preço de Emissão Unitário: R\$ 1,00	Valor Total: R\$ 997,00

B. Forma de Pagamento:

Pagamento integral em moeda corrente nacional.

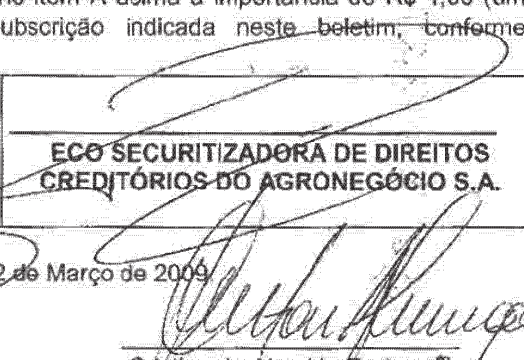
C. Declaração:

Declaro para todos os fins, que estou de acordo com as condições expressas no presente boletim e que tomei conhecimento das características das ações subscritas.

Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 ECOAGRO – EMPRESA DE CONSULTORIA DE OPERAÇÕES AGROPECUÁRIAS LTDA. Representante: Moacir Ferreira Teixeira
---	---

D. Recibo:

Recebemos do subscritor mencionado no item A acima a importância de R\$ 1,00 (um real) relativa à integralização da subscrição indicada neste boletim, conforme mencionado no item B acima.

Local/Data: São Paulo, 02 de Março de 2009.	 ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.
---	---

São Paulo, 02 de Março de 2009


 Moacir Ferreira Teixeira
 Presidente da Mesa


 Cristian de Almeida Fumagalli
 Secretário da Mesa

ANEXO II

ESTATUTO SOCIAL DA ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

Artigo 1. A ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGOCIO S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima aberta, que se rege por este Estatuto Social, pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1996, e alterações posteriores, pelas demais legislações aplicáveis às sociedades anônimas e, especificamente, às companhias securitizadoras sujeitas à Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004.

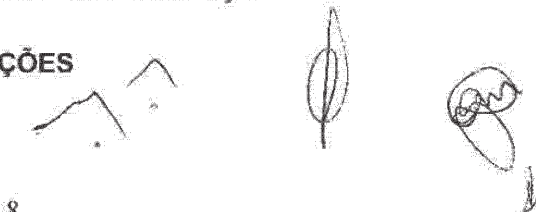
Artigo 2. A Companhia tem por objeto (i) a aquisição de quaisquer direitos creditórios do agronegócio com a conseqüente emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio no mercado financeiro e de capitais; e (ii) a realização e/ou a prestação de negócios e/ou serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio, incluindo, mas não se limitando, a administração, recuperação e alienação de direitos creditórios do agronegócio bem como a realização de operações em mercados derivativos:

Parágrafo Único. A Companhia pode participar de quaisquer outras sociedades mediante deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 3. A Companhia tem sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar, conjunto 81, CEP 05419-001, podendo, por deliberação do Conselho de Administração abrir, transferir e extinguir sucursais, filiais, agências, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional e no exterior.

Artigo 4. A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES



Artigo 5. O capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro. Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral poderá criar ações preferenciais, de uma ou mais classes, com ou sem direito de voto.

CAPÍTULO III - ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 6. A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, reunindo-se ainda extraordinariamente sempre que os interesses sociais ou a lei assim exigirem.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

Parágrafo Segundo. A Assembléia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, por quem a Assembléia Geral indicar. O presidente da Assembléia Geral escolherá um dos presentes para secretariá-lo.

Artigo 7. A Assembléia Geral tem competência para decidir sobre todos os assuntos de interesse da Companhia, à exceção dos que, por disposição legal ou por força do presente Estatuto Social, forem reservados à competência dos órgãos de administração.

Parágrafo Único. As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Artigo 8. Além das matérias previstas em lei, compete privativamente à Assembléia Geral deliberar sobre:

- a) aprovação do orçamento anual para a realização de despesas no exercício social seguinte, elaborado pela administração da Companhia;

- b) reforma deste Estatuto Social;
- c) eleição dos membros do Conselho de Administração;
- d) fixação do valor global e condições de pagamento da remuneração dos membros dos órgãos de administração e do Conselho Fiscal, caso instalado;
- e) destinação dos lucros líquidos e distribuição de dividendos;
- f) dissolução e liquidação da Companhia; e
- g) confissão de falência, impetração de concordata ou requerimento de recuperação judicial e/ou extrajudicial, ou autorização para que os administradores pratiquem tais atos.

CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO

Artigo 9. A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria.

Artigo 10. Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria devem assumir seus cargos dentro de 30 (trinta) dias a contar das respectivas datas de nomeação, mediante assinatura de termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Artigo 11. A Assembleia Geral deverá fixar a remuneração dos administradores da Companhia. A remuneração pode ser fixada de forma individual para cada administrador ou de forma global, sendo neste caso distribuída conforme deliberação do Conselho de Administração.

CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 12. O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, todos acionistas, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro. A Assembléia Geral nomeará dentre os conselheiros o Presidente do Conselho de Administração. Ocorrendo impedimento ou ausência temporária do Presidente, a presidência será assumida pelo membro designado previamente pelo Presidente ou, na falta de designação prévia, por quem os demais membros vierem a designar.

Parágrafo Segundo. Havendo vacância do cargo ou renúncia de um dos membros do Conselho de Administração, a Assembléia Geral será convocada imediatamente para preenchimento da posição.

Artigo 13. As reuniões do Conselho de Administração devem ser convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por pelo menos 2 (dois) membros do próprio Conselho de Administração, mediante convocação escrita, contendo, além do local, data e hora da reunião, a ordem do dia. As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com no mínimo 5 (cinco) dias de antecedência. Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração.

Parágrafo Único. O membro do Conselho de Administração poderá se fazer representar na reunião por outro membro do Conselho de Administração devidamente autorizado por escrito. Poderá também enviar antecipadamente seu voto por escrito, ou ainda participar da reunião à distância utilizando-se de reunião telefônica, vídeo conferência ou outro meio de comunicação que possa assegurar a autenticidade da participação. No caso de participação à distância, o membro do Conselho de Administração poderá transmitir via fac-símile (ou outra forma que assegure de maneira segura a autenticidade de transmissões escritas) declarações de voto sobre as matérias tratadas durante a reunião ou a própria ata lavrada quando da conclusão dos trabalhos.

Artigo 14. O quorum de instalação das reuniões do Conselho de Administração será de 3 membros. As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Artigo 15. Compete ao Conselho de Administração, além das outras atribuições fixadas neste Estatuto Social:

a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;

b) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observado o que a respeito dispuser o presente Estatuto Social;

c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e documentos da Companhia, bem como solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração ou sobre quaisquer outros atos;

d) convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente e, no caso de Assembleia Geral Ordinária, no prazo determinado por lei;

e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;

f) aprovar a alienação ou aquisição de quotas ou ações de emissão de outras sociedades e de propriedade da Companhia;

g) aprovar a aquisição, a venda, a promessa de compra ou de venda dos bens imóveis ou quaisquer outros que constituam parte do ativo imobilizado da Companhia, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;

h) aprovar a contratação de auditores externos independentes;

i) aprovar e autorizar previamente a Diretoria celebrar contratos de empréstimos;

j) aprovar e autorizar a contratação de empregados ou prestadores de serviços cuja remuneração anual seja superior a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais);

k) aprovar e autorizar previamente a Diretoria na assunção de quaisquer obrigações contratuais cujo valor seja superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) por transação;

l) exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI - DIRETORIA

Artigo 16. A Diretoria é o órgão de representação da Companhia, competindo-lhe praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais.

Artigo 17. A Diretoria não é um órgão colegiado, podendo contudo reunir-se a critério do Diretor Presidente para tratar de aspectos operacionais.

Artigo 18. A Diretoria é composta por 2 (dois) diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução.

Artigo 19. Dentre os diretores um será designado Diretor Presidente e o outro será designado Diretor de Relações com os Investidores.

Parágrafo Primeiro. Compete ao Diretor Presidente:

- (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores;
- (ii) coordenar os trabalhos de preparação das demonstrações financeiras e o relatório anual da administração da Companhia, bem como a sua apresentação ao Conselho de Administração e aos Acionistas; e
- (iii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; e
- (iv) presidir e convocar as reuniões de Diretoria.

Parágrafo Segundo. Compete ao Diretor de Relações com os Investidores, além das atribuições definidas pelo Conselho de Administração:

- (i) representar a Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários, o Banco Central do Brasil e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais;
- (ii) representar a Companhia junto a seus investidores e acionistas;
- (iii) prestar informações aos investidores, à CVM e à bolsa de valores ou mercado de balcão onde forem negociados os valores mobiliários da Companhia; e
- (iv) manter atualizado o registro da Companhia em conformidade com a regulamentação aplicável da CVM.

Artigo 20. A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

a) sempre em conjunto dos dois Diretores; ou

The image shows two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is a stylized, somewhat abstract scribble. The signature on the right is more legible, appearing to start with a capital 'P' followed by several loops and a final flourish.

b) sempre em conjunto de um dos Diretores com um procurador.

Parágrafo Único – As procurações serão sempre outorgadas pelos dois Diretores, sendo que estabelecerão os poderes do procurador e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, não terão prazo superior a 1 (um) ano.

CAPÍTULO VII - CONSELHO FISCAL

Artigo 21. O Conselho Fiscal somente será instalado a pedido dos acionistas e possui as competências, responsabilidades e deveres definidos em lei.

Parágrafo Primeiro. O Conselho Fiscal é composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo Segundo. O Conselho Fiscal poderá reunir-se sempre que necessário mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

CAPÍTULO VIII – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS

Artigo 22. O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

Artigo 23. No encerramento do exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei, observando-se quanto à distribuição de resultado apurado, as seguintes regras:

- (i) dedução dos prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda; e
- (ii) distribuição do lucro líquido do exercício, da seguinte forma: (a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (b) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo, ajustado nos termos do art. 202 da Lei nº 6.404/76, destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (c) o

saldo, se houver, após as destinações supra, terá o destino que lhe for dado pela Assembléia Geral.

Artigo 24. A Companhia por deliberação do Conselho de Administração poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia por deliberação do Conselho de Administração poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Parágrafo Único. Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

Artigo 25. A Companhia poderá remunerar os acionistas mediante pagamento de juros sobre capital próprio, na forma e dentro dos limites estabelecidos em lei.

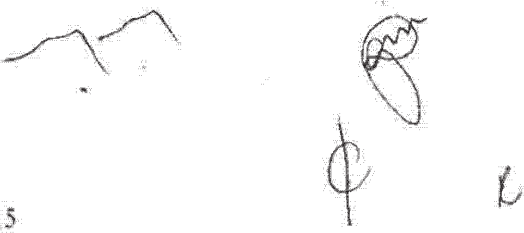
Parágrafo Único. A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

CAPÍTULO IX - LIQUIDAÇÃO

Artigo 26. A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembléia Geral estabelecer o modo de liquidação e eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, que deverão funcionar no período de liquidação, fixando-lhes os poderes e remuneração.

CAPÍTULO X – RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

Artigo 27. As divergências entre os acionistas e a Companhia, ou entre os acionistas controladores e os acionistas minoritários, deverão ser solucionadas mediante arbitragem em conformidade com as regras do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá por um ou mais árbitros nomeados de acordo com tais regras.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature, a circular stamp, and various initials.

ANEXO III

**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DOS CONSELHEIROS DA
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO
S.A.
("Companhia")**

ROBERTA LACERDA CRESPILO BRAGA, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG 27.811.192 SSP/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 220.314.208-10, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Verâncio Aires, nº 641 – Apto 154 - Torre 3, Conselheira da Companhia, declara que não está impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, bem como atende ao requisito de reputação ilibada, estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, não estando incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que a impeça de exercer atividades mercantis.

São Paulo, 02 de Março de 2009.


ROBERTA LACERDA CRESPILO BRAGA

**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DOS CONSELHEIROS DA
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO
S.A.
("Companhia")**

GLAUCE MARCONDES GOTTSFRITZ, brasileira, solteira, técnica em processamento de dados, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 20.410.044 SSP/SP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 135.625.148-08, residente e domiciliada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Visconde de Inhaúma, nº 262, apto 94, Vila da Saúde, Conselheira da Companhia, declara que não está impedida por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, bem como atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, não estando incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que a impeça de exercer atividades mercantis.

São Paulo, 02 de Março de 2009.



GLAUCE MARCONDES GOTTSFRITZ

**DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO DOS CONSELHEIROS DA
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO
S.A.
("Companhia")**

MOACIR FERREIRA TEIXEIRA, brasileiro, casado, economista, portador da cédula de identidade RG 9.113.397 SSP/SP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Física do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 186.487.621-20, residente e domiciliado na Cidade de Santana de Parnaíba, Estado de São Paulo, na Alameda Alcas, nº 132, Alphaville, Conselheiro da Companhia, declara que não está impedido por lei especial ou condenada por crime falimentar, de prevaricação ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no §1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, bem como atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, não estando incurso em qualquer restrição legal, inclusive criminal, que o impeça de exercer atividades mercantis.

São Paulo, 02 de Março de 2009.



MOACIR FERREIRA TEIXEIRA

7.3. Relatório de Classificação de Risco

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

R\$ 220.000.000,00

RATING PRELIMINAR

**CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA
SÉRIES SENIOR e SUBORDINADA**

Agosto de 2009



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 5ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (51) 21-2210-2152
Fax: (51) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA**
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

I RELATÓRIO PRELIMINAR DE RATING- RPR

O QUE É

O RPR é um relatório completo, fruto de uma acurada análise de riscos, mas que utiliza em sua elaboração informações preliminares, ou seja, os documentos e contratos estão em forma de minutas. Nesta fase, todos os valores e os relacionamentos entre os vários agentes da operação (emissores, estrutura legal, bancos envolvidos, lastros, fiel depositário, custodiantes, cobradores, etc.) precisam estar definidos. Normalmente, mas não necessariamente, este RPR precede à emissão propriamente dita.

O QUE SE EXIGE

Nesta fase todos os documentos são exigidos e o RPR se inicia após a visita de *due diligence*.

PARA QUE SERVE

O RPR é uma análise completa dos riscos que envolvem a operação, assim como a opinião da **LFRating** sobre o nível de riscos de repagamento. Por utilizar-se, em parte, de minutas, a condição de Rating Preliminar é necessária. Em resumo, isto significa que algumas informações não são definitivas e podem ser modificadas antes da emissão efetiva dos títulos. Assim, o RPR pode ser utilizado pelo estruturador para negociar os títulos no mercado, mas o comprador ficará ciente de que a nota poderá ser alterada, caso algumas das condições originais não se confirmem quando do recebimento dos documentos definitivos.

PARA QUE NÃO SERVE

Como classificação de risco final da operação. Quem adquirir títulos com classificação preliminar deverá saber que a manutenção ou não da nota de classificação depende do estruturador manter as condições propostas à **LFRating**.

VALIDADE DO RELATÓRIO

O RPR tem prazo de validade de 30 dias da data da emissão. Dependendo de negociação com o estruturador, **LFRating** pode estender o prazo por mais 60 dias, sempre homologada pelo Comitê que realizou a avaliação inicial. Depois de ultrapassada a validade máxima, ou no caso de não ser renovada, toda a avaliação precisará ser refeita.

PROCEDIMENTOS

A confecção do RPR necessita de 15 a 20 dias úteis. Basicamente, as fases são as seguintes: 1 – Reunião com o estruturador; 2 – Recebimento das informações básicas da operação; 3 – Leitura e avaliação do material recebido; 4 – Confrontação legal; 5 – Visita de *Due Diligence*; 6 – Análise econômico-financeira e de fluxo de caixa do emissor; 7 – Definição dos riscos; 6 – Reunião de Pré-Comitê; 6 – Elaboração do Relatório; 7 – Reunião do Comitê; 8 – Definição da Nota de Rating Preliminar; 9 – Aceitação pelo emissor ou estruturador.

Se houver contestação de algum entendimento por parte do emissor ou estruturador, o processo poderá ser reiniciado.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

2/15



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 5ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

II CERTIFICADO DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO

O Certificado de Recebíveis do Agronegócio – CRA é título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. O CRA é de emissão exclusiva das companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, nos termos do parágrafo único do art. 23 da Lei 11.076/04. O CRA adotará a forma escritural e poderá ter, conforme dispuser o Termo de Securitização de Direitos Creditórios, garantia flutuante, que assegurará ao seu titular privilégio geral sobre o ativo da companhia securitizadora, mas não impedirá a negociação dos bens que compõem esse ativo.

Uma companhia securitizadora de direitos creditórios do agronegócio é uma instituição não financeira constituída sob a forma de sociedade por ações e tem por finalidade a emissão e colocação de CRA no mercado financeiro e de capitais. Uma companhia securitizadora de direitos creditórios do agronegócio pode instituir regime fiduciário sobre direitos creditórios oriundos do agronegócio, o qual será regido, no que couber, pelas disposições expressas nos arts. 9º a 16 da Lei 9.514, de 20.nov.97.

O CRA poderá ser distribuído publicamente e negociado em Bolsas de Valores e de Mercadorias e Futuros e em mercados de balcão organizados autorizados a funcionar pela Comissão de Valores Mobiliários, observado o disposto na Lei 6.385, de 7.dez.76.

Este é primeiro CRA objeto de oferta pública no Brasil. Ele terá duas séries, uma SENIOR e outra SUBORDINADA, conforme será detalhado mais adiante. Este Relatório avalia o risco de crédito de ambas, separadamente.

Os CRAs que estão sendo classificados terão CDCAs - Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio como lastro. O CDCA foi instituído pela Lei 11.076 de 30.dez.04, e é um título de crédito nominativo, de livre negociação, representativo de promessa de pagamento em dinheiro e constitui título executivo extrajudicial. É de emissão exclusiva de cooperativas de produtores rurais e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos e insumos agropecuários ou de máquinas e implementos utilizados na produção agropecuária. Nesta emissão, várias usinas de açúcar e/ou álcool, emitirão CDCAs lastreados por CPRs Físicas.

A CPR Física - Cédula de Produto Rural Física é um título de crédito nominativo, instituído pela Lei 8.929/94, de livre negociação, lastreado em produto rural, no caso desta operação cana-de-açúcar, e constitui promessa de pagamento em espécie nas quantidades pactuadas diretamente na Cédula. As CPRs serão lastro para emissão dos CDCAs, que serão lastro para a emissão dos CRAs, objeto desta avaliação. Como a cana será transformada em açúcar e/ou álcool que serão, temporariamente, estocados, haverá emissão de CDAs - Certificados de Depósito do Agronegócio e WAs - Warrants do Agronegócio, no tempo em que o produto estiver estocado.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

3/15



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 4ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (51) 21-2210-2152
Fax: (51) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

O CDA, instituído pela Lei 11.076/04, é título de crédito representativo de promessa de entrega de produtos agropecuários depositados em armazéns. Por outro lado, o WA é um título de crédito que concede o direito de penhor sobre os produtos constantes do CDA. Por isso precisam ser emitidos simultaneamente. O emissor é o depositário, a pedido do depositante. Ambos têm caráter extrajudicial para execução.

III INTRODUÇÃO

O Comitê de Risco de **LFRating**, em reunião realizada nos dias 15.mai.09 e 15.jun.09 (ratificadas em reuniões de 15.jul.09 e 18.ago.09), atribuiu as classificações **AA+** e **A-**, em moeda local e em caráter preliminar, às séries SENIOR e SUBORDINADA, respectivamente, da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) da ECO Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. (ECOSSEC), no valor total (ambas as séries) de R\$ 220.000.000,00 (duzentos e vinte milhões de reais). Essa emissão, também, será a primeira em oferta pública desse título no Brasil. Os CRAs estão lastreados em CDCAs emitidos por usinas de açúcar e/ou álcool. A estrutura prevê a emissão de 10 séries de CRAs, cada uma de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), contando cada série com 10 CRAs SENIORES no valor total de R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais) e 10 CRAs SUBORDINADOS no valor total de R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais). Assim, serão emitidos ao todo neste programa 200 CRAs, sendo 100 SENIORES e 100 SUBORDINADOS. Os CRAs terão prazo de até 24 meses, equivalente a dois cortes de cana-de-açúcar. Os vencimentos e pagamentos se darão no período dos meses de julho a novembro de cada ano e os títulos serão remunerados por uma taxa prefixada acrescida de juros originados em processo de *bookbuilding*.

IV FUNDAMENTOS DA NOTA DE RATING - SENIOR

A nota **AA+** atribuída à primeira emissão de CRA (série SENIOR) da ECOSSEC, reflete o baixo risco de inadimplência em função das boas garantias constantes da operação, da adequada estruturação legal, da qualidade do processo de seleção dos créditos pela emitente e da alta relação de subordinação, que dá forte garantia aos CRAs SENIORES. O estruturador construiu uma operação em que cada CRA é lastreado em 10 conjuntos de CDCAs emitidos por usinas de açúcar/álcool, que por sua vez são lastreados em CPRs Físicas emitidas por produtores rurais. Os CDCAs dão como garantia Contratos de Compra e Venda de Açúcar com *tradings* de primeira linha e imóveis. Cada conjunto de [CPR/CONTRATO/CDCA] tem vencimento em jul-ago-set-out-nov de 2010 e 2011, de forma que, em cada um destes vencimentos se liquide um conjunto. A operação, como um todo, terá 10 grupos de 10 estruturas como esta, significando um total de 100 conjuntos [CPR/CONTRATO/CDCA]. As razões de garantia estipuladas para estes conjuntos são de que a cana penhorada nas CPRs terá que ter quantidade suficiente para produzir açúcar/álcool que, ao valor de mercado, seja de, no mínimo, R\$ 22.000.000,00 para cada CDCA, avaliado trimestralmente durante o período de vigência da operação. Em valores médios, cada ton de cana produz 80 litros de álcool e 2,5 sacas de 50 kg

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

4/15



Rua Araújo Porto Alegre, 26 / 5ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

de açúcar. Os preços que servirão de referência são os do contrato de açúcar n.º 11 da ICE Futures Inc. (R\$ 42,55 a saca de 50 kg/dólar de R\$ 1,847 em 18.ago.09) e pela CEPEA/ESALQ para o álcool (R\$ 0,7053/litro). Na data de saída deste Relatório Preliminar, as quantidades mínimas de cana-de-açúcar necessária para manter a relação de garantia seria de cerca de 20.682 ton se o produto fosse açúcar e de 38.990 ton se fosse álcool para cada CPR. Os contratos com as *tradings* também precisam prever compras em valores mínimos de 100% do valor de cada série e os terrenos precisam estar avaliados por seu valor de venda forçada em 100% do valor de cada série de CDCA. A relação de subordinação para os CRAs será de 80%, ou seja, serão emitidas apenas 20% de CRAs SENIORES, significando que R\$ 220.000.000,00 garantirão o pagamento de R\$ 44.000.000,00, ou uma relação de 5:1. Os títulos terão registro no CETIP e poderão, se houver, ser negociados em mercado secundário. A operação conta com assessoria jurídica de um dos melhores escritórios de advocacia do Brasil, monitoramento agrícola e industrial, compradores (*off takers*) de grande porte nacionais e internacionais e agente fiduciário entre os mais tradicionais e considerados do mercado. Os monitoradores trabalharão para assegurar que a cana e o açúcar/álcool destacados para essa emissão sejam suficientes para cumprir seu papel de garantidores. **LFRating** considerou essas garantias como boas, ainda que não tenha feito qualquer *due diligence* ou recebido os laudos de avaliação dos imóveis.

V FUNDAMENTOS DA NOTA DE RATING - SUBORDINADAS

A série SUBORDINADA dos CRAs tem direito a todas as garantias dadas às SENIORES, mas com algumas peculiaridades definidas nos CRAs. Ela só poderá ser liquidada após a confirmação de que nada é devido aos CRAs SENIORES. Diferente da série SENIOR, eles poderão ser liquidados antecipadamente, caso se verifique que os CRAs SENIORES estão liquidados ou com suas amortizações garantidas. Na medida em que a série SUBORDINADA é base de garantia da série SENIOR e, por conseguinte, absorve eventuais perdas havidas nos créditos dos títulos-lastro, sua classificação é **A-**, abaixo da série que garante, mas ainda denotando baixo risco, em função da força da estrutura e da qualidade esperada dos créditos. Os preços definidos nos CDCAs estão muito próximos dos preços reais de mercado, e com apenas leves oscilações podem não confirmar as relações de garantia necessárias.

VI POSSIBILIDADE DE DEFAULT

Uma vez celebrados os contratos exigidos pela Legislação, com os devidos registros, e ficando evidenciado que as cláusulas estabelecidas estão perfeitamente adequadas às garantias, prazos e valores dos CRAs, a possibilidade de *default* está centrada, primeiramente, na inadimplência das tomadoras compradoras dos produtos das usinas (açúcar e álcool). Ainda poderia ocorrer *default* se a garantia dos CDCAs, representada pela cana empenhada das CPRs, sofresse algum tipo de destruição não coberta por seguro e, por fim, se o preço do açúcar e do álcool se reduzissem a ponto de não cumprirem a razão de garantia e, naturalmente, das usinas emitentes não terem mais produtos livres para a recompor. Como amenizadores, pode-se argumentar que os tomadores são empresas de grande porte e já tradicionais compradores destas usinas,

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à existência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

5/15



Rua Araújo Porto Alegre, 26 / 5ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2240-2152
Fax: (55) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

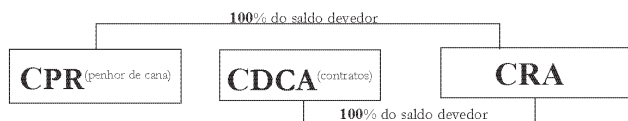
RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

com um grau de inadimplência quase nulo. Também, a cana está plantada e é monitorada por empresa especializada. Assim, a possibilidade de um revés existe, mas é muito baixo. Os preços do açúcar estão em uma escalada que dá alento ao mercado nos próximos meses e, por último, para minimizar o risco de crédito, a operação usará limites de participação de cada usina emissora de CDCA (e lastro dos CRAs) de 10% do total de cada série e de 3% do total de faturamento para cada vencimento, de cada PMT, de cada usina. Isto significa, como cada emissão possui cinco vencimentos anuais, um total de 15% a cada ano-safra. A empresa emissora dos CRAs é estreante no mercado e esta emissão se constituirá em sua primeira série de securitização. No entanto, seus controladores e gestores são experientes, além de se cercarem de profissionais reconhecidos do mercado em áreas em que não dominam.

VII GARANTIAS

A garantia primária da operação está representada pelo penhor de cana constante das CPRs (e que garantirá a produção de açúcar/álcool) e por Contratos de Venda de Açúcar e Álcool, constantes nos CDCAs. É com o produto da venda do açúcar/álcool aos *off takers* já contratados que a ECOSEC pretende liquidar os compromissos pela emissão dos CRAs. Para cada CDCA existe uma garantia de penhor de 100%, que se estende aos contratos (mas não são cumulativos) do valor de liquidação do Certificado. O fluxo obedecerá ao seguinte ordenamento:



Os CRAs SENIORES possuem relação de 5:1 com os CRAs SUBORDINADOS. Por definição os CRAs SUBORDINADOS concedem garantias ao SENIORES, pois em qualquer pagamento que se faça, os SENIORES são os primeiros a serem pagos e, somente depois, os SUBORDINADOS. Dessa forma, a existência de CRAs SUBORDINADOS é muito importante para a nota de *rating* obtida pelos SENIORES. Na emissão presente, toda a cana empenhada (suficiente para produzir açúcar/álcool que represente 100% do CDCA), além dos contratos, garantirão o pagamento prioritário de apenas 20% da operação, em uma relação grandemente favorável de 5:1. Há, também, um imóvel (ou mais, se forem necessários) dado em garantia (alienação fiduciária) para cada ano-safra, ainda a ser definido e avaliado, mas que cobrirá 100% do valor devido a cada ano, ou seja, as PMTs a se vencerem em 2010 terão como garantia um imóvel que cobrirá todas as obrigações naquele ano e outro imóvel que cobrirá as obrigações de 2011. A alienação fiduciária será o único gravame sobre o(s) imóvel(is) dado(s) em garantia. **LFRating** considerou, para esta classificação em nível Preliminar, que a liquidez do imóvel é alta. Deve-se lembrar que os títulos em questão (CDCA e CRA) são, por conceito, liquidados em moeda, de forma que a garantia real dada em imóveis precisaria de um esquema de venda que deveria estar prevista no Certificado.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

6/15



Rua Araújo Porto Alegre, 26 / 3ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

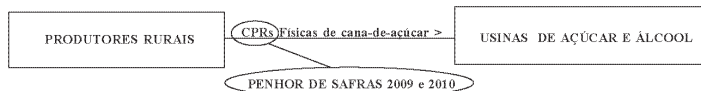
Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

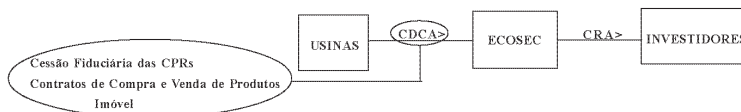
RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

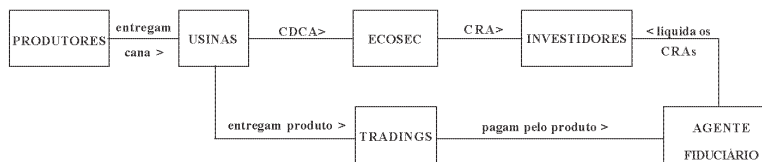


VIII ESTRUTURA DA OPERAÇÃO

1. A ECOSEC, uma das primeiras securitizadoras de recebíveis do agronegócio brasileiro decidiu emitir CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio, e para isto estruturou uma operação com cana-de-açúcar, álcool e açúcar que tem a seguinte forma: Produtores Rurais emitem CPRs Físicas de cana-de-açúcar e as vendem para usinas de açúcar e álcool. As CPRs dão como garantia o penhor em 1º grau sem concorrência, das safras 2010 e 2011.
2. Simultaneamente, as usinas emitirão CDCAs e os venderão para a ECOSEC, que os securitizará e lastreará uma emissão de CRA, registrada no CETIP. Os CDCAs terão garantia de 100% de penhor das safras 2010 e 2011, incluídas nas CPRs, e de 100% em contratos de compra e venda de açúcar e álcool com *tradings* de primeira linha, além de um imóvel no valor das obrigações dos CDCAs de cada ano-safra. Os direitos creditórios dos CRAs serão declarados em regime fiduciário na ECOSEC, portanto, apartados do Patrimônio Líquido da Securitizadora, para todos os efeitos legais.



3. O ciclo se completa quando os produtores entregam a cana nas usinas e estas produzem açúcar e álcool e entregam para as *tradings* que pagam o produto diretamente em conta vinculada movimentada por agente fiduciário, que liquida as obrigações dos CRAs.



IX PROCESSO DE CRÉDITO

A ECOSEC irá selecionar as 12 usinas que emitirão os CDCAs. Para isso, criou uma estrutura de análise e Comitês que minimizaria o risco de crédito da operação. O processo é como segue:

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrendo por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

7/15



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 5ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

1. Após uma visita de *due diligence*, em que estuda a utilização dos recursos que serão captados com o CDCA, realiza um diagnóstico operacional e agrícola, detalhando as análises de crédito e jurídica e dimensionando a operação dentro dos parâmetros previamente traçados, ou seja, que cada usina só pode emitir até 10% do total da série e que o comprometimento das PMTs com o faturamento não seja superior a 3% por vencimento (PMT).
2. Definido o Relatório de Visita reúne-se um Comitê de Crédito para deliberação da operação em que os CDCAs são estruturados e os recursos liberados. Somente usinas classificadas até B, dentro de uma escala própria, são aceitas. Às que estão classificadas até A não é exigida alienação fiduciária de bem imóvel.
3. Depois de realizada a emissão, cria-se um grupo de acompanhamento da operação, que monitorará as garantias, os vencimentos e a liquidação dos CDCAs.

LFRating estará validando o processo de crédito da Emissora quando da elaboração do Relatório Definitivo. Para a atual fase valeu-se apenas do "Manual e Procedimentos de Crédito" da Emissora e o considerou adequado aos propósitos da emissão.

X FATORES DE RISCO

1. **Perfeito Fluxo dos Participantes** - Como esta operação estruturada envolve um grande número de participantes e emissões de títulos, todos precisam estar sincronizados com seus compromissos. Nessas situações, o agente fiduciário é fundamental para o sucesso da emissão. O agente fiduciário contratado pela emissora dos CRAs é considerado eficiente por esta Agência e apto a exercer esse papel na operação.
2. **Arcabouço Jurídico** - Pelo caráter de operação estruturada e pelas características inerentes a este conceito, a arquitetura do modelo financeiro, econômico e jurídico considera um conjunto de rigores e obrigações, de parte a parte, estipulados através de contratos públicos ou privados, tendo por diretrizes a legislação em vigor. No entanto, em razão da pouca maturidade e da falta de tradição e jurisprudência no mercado de capitais brasileiro no que tange a operações de CRA, em situações de *stress* poderá haver perdas para os investidores em razão do dispêndio de tempo e recursos para eficácia do arcabouço contratual.
3. **Liquidez da Garantia em Imóvel** - Não é possível afirmar que a venda, no caso de inadimplência das *tradings*, venha a ocorrer de forma imediata. Também não é possível afirmar que o valor a ser obtido venha a situar-se dentro do intervalo considerado como sendo o seu valor de mercado, avaliado por empresa especializada. Em ocorrendo tais situações, os investidores poderão incorrer em perdas.
4. **Falta de Mercado Secundário** - Por ser a primeira oferta pública deste tipo de título no mercado brasileiro, o CRA ainda não desenvolveu um mercado secundário que dê conforto a seus investidores quanto à capacidade de sair do investimento, podendo trazer perdas não mensuráveis e não imputáveis à operação.
5. **Risco Agrícola** - A estrutura desta operação, em função de características imponderáveis que acometem o setor agrícola, como eventos climáticos, políticos e de legislação, ainda comporta

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 3ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (51) 21-2240-2152
Fax: (51) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA**
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

riscos fortuitos que tentaram ser mitigados na operação, mas que não podem ser totalmente eliminados. Em contraponto a esse risco, deve ser lembrado que a cana, início do processo, já está plantada e em segundo corte, e que as safras dadas em penhor estão monitoradas e que para a safra 2010 não precisa ser replantada, mas apenas reforçada a adubação. Há, no entanto, risco de mercado, pois a produção será vendida a *tradings* com preços a fixar.

6. Risco Conjuntural - A economia passa por momentos de crise nos mercados real e financeiro, o que cria incertezas quanto ao futuro próximo. As *tradings* selecionadas e adquirentes dos produtos são grandes *players* internacionais e muito tradicionais neste mercado, mas que vêm sentindo, como muitas outras em todo o mundo, os efeitos da queda no consumo. Esta situação pode se agravar com a falta de alternativas concretas para retornar a confiança aos agentes. **LFRating** considerou este risco na classificação, apesar de entender que o risco desta operação não ser paga é muito baixo.

7. Risco do Processo de Crédito - A ECOSEC está coordenando um processo em que cerca de 100 emissões de CDCAs serão feitas com dezenas de usinas. O processo de concessão de crédito da ECOSEC foi demonstrado no item IX. O "Manual e Procedimentos de Crédito" da ECOSEC foi detidamente analisado por **LFRating** e considerado bastante completo e detalhado, mas não é possível aferir a eficácia de sua implementação. Caso haja falhas na concessão de crédito para as usinas, a operação poderá ser prejudicada.

8. Risco Legal - Apesar dos créditos estarem declarados sob regime fiduciário na ECOSEC e portanto apartado do Patrimônio Líquido em caso de falência, a MP 2.158-35 define em seu artigo 76 que estes créditos podem ser alcançados por dívidas fiscais. Dado, no entanto, o prazo desta MP, questiona-se sua efetiva validade.

XI ASPECTOS SETORIAIS

De acordo com a Conab, em seu primeiro levantamento (*abr/09*), a safra 2009/2010 de cana-de-açúcar no Brasil continuou crescendo e deve registrar um volume de 674,7 milhões de toneladas, apesar de algumas dificuldades por conta da crise que se instalou a partir de meados de 2008. O crescimento foi de 3,3% em relação ao volume processado na safra 2008/2009. O crescimento do volume decorreu, entre outros fatores, da expansão do plantio pela demanda de cerca de 28 novas usinas instaladas no Brasil, além das boas condições climáticas. A área cultivada aumentou 13,5%, alcançando 8,4 milhões de ha, com ênfase para as terras não destinadas a alimentos no Mato Grosso do Sul e Goiás, que cresceram 21,5% e 31,3%, respectivamente, as áreas destinadas a cana-de-açúcar. Atualmente, apenas 2,8% dos 276 milhões de ha de terras cultiváveis no País é utilizado para plantio de cana-de-açúcar. Para se ter um idéia desta proporção, os grãos ocupam 15,5% e 72% são ocupados por pastagens naturais/cultivadas. O restante é de culturas perenes, como frutas e café. Do total da safra, estima-se que 351,2 milhões de toneladas serão destinados à fabricação de etanol, um crescimento de 7,8%. Esse volume é capaz de gerar 28,6 bilhões de litros, dos quais 66,1% de hidratado e o restante de anidro. Para produzir açúcar, e já demonstrando a mudança na matriz de consumo, irão 283,4 milhões de toneladas de cana, um crescimento de 17,3%, que produzirão 37,9

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

9/15



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 3ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (51) 21-2210-2152
Fax: (51) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA**
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

milhões de toneladas. A grande questão que se coloca é a queda de exportações, principalmente para os EUA, o maior consumidor de álcool brasileiro no exterior. No 1º. trim.09 verificou-se queda de 41% na exportação deste produto, enquanto seu irmão gêmeo, o açúcar, cresceu cerca de 56% as vendas ao exterior no mesmo período e com aumento de preços. Pela primeira vez estima-se que a demanda de açúcar deve superar a oferta mundial, em função das reduções de produção da China e Índia, os maiores produtores de cana depois do Brasil. Esse cenário para o açúcar deve direcionar as usinas para sua produção, afetando a oferta de álcool, que, assim, deve se recuperar no 2º.sem.09 dos preços baixos verificados no 1º.sem.09. Internamente, São Paulo é o maior produtor de cana do País, com 58,0 % da produção nacional, seguido do Paraná com 8,5%. De acordo com a UNICA - União da Indústria de Cana-de-Açúcar, os preços do álcool hidratado (vendido nas bombas) tiveram um comportamento errático nos últimos seis anos, refletindo variações na oferta. Na bolsa de Chicago, o etanol já vem apresentando alguma valorização. Depois de um período alentador, com a valorização do dólar, natural estimulador das vendas nacionais e compensador da queda de preços internacionais, a moeda norte-americana volta a se desvalorizar frente ao real, criando mais expectativas ao setor. Para a safra 2010/11 o que se espera são preços para o álcool em patamares melhores, além da estabilização do real. O cenário de curto e médio prazo para o álcool ainda é otimista, uma vez que o consumo do combustível tem crescido no País impulsionado pelas vendas de carros flex. A frota de veículos flex no País está estimada em 7 milhões de veículos, sendo mais de 200 mil por mês acrescidos a ela. A instabilidade política em regiões produtoras de petróleo, a conscientização ambiental e o aumento da demanda por combustíveis alternativos vêm estimulando os investimentos na cadeia sucroalcooleira. De 2008 a 2011 há projetos aprovados para a implantação de mais 30 usinas no Brasil, com capacidade de processar cerca de 23 milhões de toneladas de cana. O lado negativo continua sendo as denúncias constantes sobre condições inadequadas de trabalho nos canaviais, o que nos últimos anos se reduziu bastante através da mecanização do plantio e da colheita.

XII PARTICIPANTES DA OPERAÇÃO

- 1. Emissor dos CPRs** - Vários produtores rurais plantadores de cana-de-açúcar. Esses agricultores negociaram suas safras antecipadamente com usinas, entregando CPRs como compromisso de pagamento.
- 2. Emissor dos CDCAs** - 12 Usinas de açúcar e/ou álcool dos estados de Goiás (Usina Rio Verde Ltda.), Minas Gerais (Cia. Energética Vale de São Simão Ltda., Usina Santo Angelo Ltda.), São Paulo (Baldin Bioenergia S.A., Santa Cândida Açúcar e Alcool Ltda, Ferrari Agroindústria S.A., Floralco Açúcar e Alcool Ltda., Usina Itajobi Ltda., Destilaria Guaricanga Ltda., Agroindustrial Espírito Santo do Turvo Ltda.), e Paraná (Vale do Ivaí S.A. - Açúcar e Alcool, Destilaria Ibatí Ltda.)
- 3. Emissora dos CRAs** - Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. uma das primeiras securitizadoras do agronegócio do Brasil. CNPJ 10.753.164/0001-43. Está sediada na Rua Pedroso de Moraes, 1.553/8º - cj 81 - CEP 05419-001.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrendo por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

10/15



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 3ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2240-2152
Fax: (55) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

4. **Agente Fiduciário** - SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda.. Autorizada pelo Bacen, com sede à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 717, 6º e 10º andares, Itaim Bibi, São Paulo, SP. Inscrita no CNPJ 50.567.675/0001-86.
5. **Custódia e Conta Vinculada, Banco Escriturador e Liquidante** - Banco Citibank S.A.. O Citi é uma instituição financeira autorizada a funcionar no Brasil pelo BACEN, controlada pelo Citigroup de Nova York, USA. Está sediado na Av. Paulista, 1.111 e possui registro no CNPJ número 33.479.023/0001-80.
6. **Assessoria Jurídica** - Barbosa, Mussnich & Aragão Advogados, com sede na Av. Pres. Juscelino Kubitschek, 1.455 10º andar, São Paulo, SP.
7. **Auditoria da ECOSEC** - Terco Grant Thornton.
8. **Off-Takers** - Bunge, Louis Dreyfus, Sucden, Copersucar, Petrobras, Cargill e Czarnikow.
9. **Monitoramento e Gestão Industrial** - Será feita pela MBF Agribusiness Assessoria Empresarial Ltda., com sede na Rua Carlos Gomes, 1.068, Sertãozinho, SP. A MBF é inscrita no CNPJ 01.381.766/0001-26.
10. **Monitoramento Agrícola** - Feita pela Cotecna Serviços Ltda, empresa constituída na Suíça e presente no Brasil com sede a Av. Dr. Chucri Zaidan, 80/7º andar Bl. C, São Paulo, SP. e EBW - Empresa do Brasil de Warrant S.A., com sede na Rua da Consolação, 3.741/11º, Cerqueira Cesar, São Paulo, SP.

XIII DOCUMENTOS MINUTADOS VERIFICADOS NA CLASSIFICAÇÃO

- 1 Instrumento Particular de Prestação de Serviços e Outras Avenças, entre a EBW - Empresa do Brasil de Warrants S.A e a Union Capital Agro Consultoria Ltda., para monitoramento da cana-de-açúcar plantada e dada em penhor dos CDCAs.
- 2 Contrato de Prestação de Serviços de Diagnóstico Operacional e Acompanhamento de Resultados Operacionais, Econômicos e Financeiros, assinado entre MBF Agribusiness Assessoria Empresarial Ltda. e ECOSEC em 13 de maio de 2009.
- 3 Minuta de Contrato de Prestação de Serviços de Agente Fiduciário entre SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e a ECOSEC.
- 4 Minuta do CDCA padrão.
- 5 Minuta do Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio.
- 6 Minuta da Cédula de Produto Rural padrão.
- 7 Minuta da Notificação de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes dos Contratos de Compra e Venda de Alcool/Açúcar.
- 8 Minuta do Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes do Contrato de Compra e Venda de Alcool/Açúcar.
- 9 Minuta da Notificação do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes da Cédula de Produto Rural.
- 10 Minuta do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Decorrentes de Cédula de Produto Rural.
- 11 Minuta do Prospecto Preliminar de lançamento da emissão.
12. *Spread Sheet* de todas as 12 Usinas participantes da operação.
13. Relatório de Visita e book da Baldin Bionergia S.A., modelo de todas as outras.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

11/15



Para Análise: Porto Alegre, 30/08/2009
Rua do Comércio, 15
Tel.: (51) 21-2210-2152
Fax: (51) 21-2240-2323
e-mail: info@lfrating.com

RATING PRELIMINAR
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO
AGRONEGÓCIO S.A.
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

CPR - 01.JUL.09 **CONTRATOS - 27.JUL.09**

NÚMERO	VENCIMENTO	TON CANA	NÚMERO	VENCIMENTO	TON AÇÚCAR	RELAÇÃO	VALOR	PREÇO*	PREÇO**	RELAÇÃO
01/2010	8-jul-10	31.377	01/2010	1-jul-10	3.765	2,40	2.711.008,81	36,00	42,55	1,18
02/2010	10-ago-10	31.377	02/2010	3-ago-10	3.765	2,40	2.711.008,81	36,00	42,55	1,18
03/2010	8-set-10	31.377	03/2010	1-set-10	3.765	2,40	2.711.008,81	36,00	42,55	1,18
04/2010	8-out-10	31.377	04/2010	1-out-10	3.765	2,40	2.711.008,81	36,00	41,62	1,16
05/2010	8-nov-10	31.377	05/2010	1-nov-10	3.765	2,40	2.711.008,81	36,00	41,62	1,16
01/2011	8-jul-11	37.025	01/2011	1-jul-11	4.443	2,40	3.198.990,39	36,00	35,73	0,99
02/2011	6-ago-11	37.025	02/2011	30-jul-11	4.443	2,40	3.198.990,39	36,00	35,73	0,99
03/2011	8-set-11	37.025	03/2011	1-set-11	4.443	2,40	3.198.990,39	36,00	35,73	0,99
04/2011	8-out-11	37.025	04/2011	1-out-11	4.443	2,40	3.198.990,39	36,00	34,59	0,96
05/2011	8-nov-11	37.025	05/2011	1-nov-11	4.443	2,40	3.198.990,39	36,00	34,59	0,96
2010		156.885	2010		18.825		13.555.044,05			
2011		185.125	2011		22.215		15.994.951,95			
TOTAL		342.010	TOTAL		41.040		29.549.996,00			

* saca de 50 kg

** preço contrato 11 da ICE Futures Inc de 22.jun.09

CPR - 01.JUL.09 **CONTRATOS - 27.JUL.09**

NÚMERO	VENCIMENTO	TON CANA	NÚMERO	VENCIMENTO	M3 ÁLCOOL	RELAÇÃO	VALOR	PREÇO*	PREÇO**	RELAÇÃO
01/2010	8-jul-10	47.007	01/2010	1-jul-10	3.996	85,01	2.711.008,81	0,68	0,71	1,04
02/2010	10-ago-10	47.007	02/2010	3-ago-10	3.996	85,01	2.711.008,81	0,68	0,71	1,04
03/2010	8-set-10	47.007	03/2010	1-set-10	3.996	85,01	2.711.008,81	0,68	0,71	1,04
04/2010	8-out-10	47.007	04/2010	1-out-10	3.996	85,01	2.711.008,81	0,68	0,71	1,04
05/2010	8-nov-10	47.007	05/2010	1-nov-10	3.996	85,01	2.711.008,81	0,68	0,71	1,04
01/2011	8-jul-11	55.468	01/2011	1-jul-11	4.715	85,00	3.198.990,39	0,68	0,71	1,04
02/2011	6-ago-11	55.468	02/2011	30-jul-11	4.715	85,00	3.198.990,39	0,68	0,71	1,04
03/2011	8-set-11	55.468	03/2011	1-set-11	4.715	85,00	3.198.990,39	0,68	0,71	1,04
04/2011	8-out-11	55.468	04/2011	1-out-11	4.715	85,00	3.198.990,39	0,68	0,71	1,04
05/2011	8-nov-11	55.468	05/2011	1-nov-11	4.715	85,00	3.198.990,39	0,68	0,71	1,04
2010		235.035	2010		19.980		13.555.044,05			
2011		277.340	2011		23.575		15.994.951,95			
TOTAL		512.375	TOTAL		43.555		29.549.996,00			

* litro

** preço CEPEA/ESALQ de 22.jun.09

RATING PRELIMINAR

15 DE JUNHO DE 2009

VÁLIDO ATÉ

15 DE JULHO DE 2009

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou numerário declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrendo por risco do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 6



Para Análise: Porto Alegre, 30/08/2009
 Rua do Comércio - 10
 Tel.: (51) 21-2210-2152
 Fax: (51) 21-2240-2323
 e-mail: info@lfrating.com

RATING PRELIMINAR **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO** **AGRONEGÓCIO S.A.** **CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA**

CDCA - 27.JUL.09				CRA SENIOR 31.JUL.09				CRA SUBORDINADO - 31.JUL.09			
NÚMERO	VENCIMENTO	EMIÇÃO	NÚMERO	VENCIMENTO	EMIÇÃO	NÚMERO	VENCIMENTO	EMIÇÃO	RELAÇÃO		
01/2010	1-jul-10	2.200.000	1a.Série	30-jun-10	440.000	2a. Série	30-jun-10	1.760.000	1,00		
02/2010	3-ago-10	2.200.000	3a. Série	30-jul-10	440.000	4a. Série	30-jul-10	1.760.000	1,00		
03/2010	1-set-10	2.200.000	5a. Série	30-ago-10	440.000	6a. Série	30-ago-10	1.760.000	1,00		
04/2010	1-out-10	2.200.000	7a. Série	30-set-10	440.000	8a. Série	30-set-10	1.760.000	1,00		
05/2010	1-nov-10	2.200.000	9a. Série	29-out-10	440.000	10a. Série	29-out-10	1.760.000	1,00		
01/2011	1-jul-11	2.200.000	11a. Série	30-jun-11	440.000	12a. Série	30-jun-11	1.760.000	1,00		
02/2011	1-ago-11	2.200.000	13a. Série	29-jul-11	440.000	14a. Série	29-jul-11	1.760.000	1,00		
03/2011	1-set-11	2.200.000	15a. Série	31-ago-11	440.000	16a. Série	31-ago-11	1.760.000	1,00		
04/2011	3-out-11	2.200.000	17a. Série	30-set-11	440.000	18a. Série	30-set-11	1.760.000	1,00		
05/2011	1-nov-11	2.200.000	19a. Série	31-out-11	440.000	20a.série	31-out-11	1.760.000	1,00		
2010		11.000.000	2010		2.200.000	2010		8.800.000			
2011		11.000.000	2011		2.200.000	2011		8.800.000			
TOTAL		22.000.000	TOTAL		4.400.000	TOTAL		17.600.000			

QUADRO DE VENCIMENTOS		2010												2011											
		J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D					
CPRs - açúcar		8	10	8	8	8																			
CONTRATOS		1	3	1	1	1																			
CPRs - álcool		8	10	8	8	8																			
CONTRATOS		1	3	1	1	1																			
CDCA		1	3	1	1	1																			
CRA SENIOR		30	30	30	30	29																			
CRA SUBORDINADO		30	30	30	30	29																			

RATING PRELIMINAR

15 DE JUNHO DE 2009

VÁLIDO ATÉ

15 DE JULHO DE 2009

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas a LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrendo por risco do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 6



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 5ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (55) 21-2210-2152
Fax: (55) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

**RATING PRELIMINAR COM
VALIDADE ESTENDIDA
15 DE JUNHO DE 2009
VÁLIDO ATÉ
15 DE SETEMBRO DE 2009**

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

XIV INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS DO AVALIADOR - LFRating

A **LFRating®** foi criada em 2002 como complemento dos serviços de avaliação de instituições financeiras e não financeiras que a Lopes Filho & Associados já realizava há 26 anos. É formada por profissionais de elevada experiência em avaliação corporativa e operações estruturadas, que uniram seus conhecimentos para prover o mercado brasileiro de serviços de análise de risco de todas as modalidades, baseados em três princípios fundamentais.

- Independência entre o processo e o objeto de classificação;
- Transparência dos fundamentos da classificação; e
- Capacidade técnica e ética irreprovável de todos os envolvidos na classificação.

A **LFRating®** produz ratings de emissões de instituições nacionais, utilizando-se da *expertise* de seus analistas e de uma cultura formada ao longo de 26 anos em trabalhos de análises e avaliações de empresas, bancos e operações estruturadas para os mais diversos propósitos.

Um rating emitido pela **LFRating®** é o resultado de uma criteriosa análise que envolve:

- uma definição precisa dos riscos envolvidos no objeto avaliado;
- a análise detalhada de uma extensa gama de informações estruturais, estratégicas e financeiras;
- um pormenorizado trabalho de *due diligence*, incluindo abrangente entrevista com os dirigentes e responsáveis pela emissão e pela administração das garantias; e
- um capacitado comitê de avaliação que definirá o rating adequado para expressar o entendimento da **LFRating®** sobre o risco de crédito do avaliado.

A equipe de análise é especializada e formada por:

Cristina Meyer (empresas e títulos)
Daniel Amorim Rangel (Bancos)
Tarciso Gouveia da Silva (cooperativas)
Graça Paiva (empresas e títulos)
Hélio Darwich Nogueira (bancos)
Joel Sant'Ana Junior (empresas, títulos, fundos e cooperativas)
João Batista Simões (empresas e títulos)
José Luiz Marques da Silva (empresas e títulos)
Julio Flavio Souza Lima (bancos)
Rodrigo Pires (empresas e títulos)
Ruben Crusius (empresas e títulos)

O Comitê é presidido por Joel Sant'Ana Junior e participam pelo menos dois analistas envolvidos na avaliação. A escala utilizada para classificação de emissões é baseada em nossa experiência e ajustada ao longo do tempo por fatos concretos que alterem a legislação e a estrutura econômica.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrentes por visto do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

14/15



Rua Araújo Porto Alegre, 29 / 5ª parte
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (51) 21-2210-2152
Fax: (51) 21-2240-2838
e-mail: info@lfrating.com

AA+
SENIORES

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é muito baixo.

A-
SUBORDINADAS

As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.

Analista

Joel Sant'Ana Junior
(55) 21-2210-2152
joel@lfrating.com

RATING PRELIMINAR COM

VALIDADE ESTENDIDA

15 DE JUNHO DE 2009

VÁLIDO ATÉ

15 DE SETEMBRO DE 2009

RATING PRELIMINAR ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A. CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO - CRA

Este é um rating preliminar estendido, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias da data do Comitê que decidiu a nota de classificação. Esse prazo termina em 15 de Setembro de 2009. A sua elaboração deu-se a partir de documentos e informações preliminares, passíveis de serem alteradas quando da emissão do Rating Definitivo.

XV ESCALA DE RATING

O resultado final de um *rating* é expresso por uma nota, geralmente representada por uma letra ou um conjunto de letras. A existência deste tipo de análise nos mercados desenvolvidos há mais de um século tornou tradicional expressar estas notas pelas primeiras letras do alfabeto. **LFRating** utiliza-se desta forma de designar as notas para os *ratings* que realiza.

Para efeito de classificação legal, **LFRating** divide sua escala em três grandes grupos:

NÍVEL SEGURO, para os *ratings* de AAA a A, com indicação de investimento;

NÍVEL ACEITÁVEL, para os *ratings* de BBB a B, com indicação de cautela;

NÍVEL ALTO RISCO, para os demais *ratings*.

Para efeito de *rating* de emissões, garantias primárias são as derivadas da capacidade de geração de caixa consolidada do emissor. Garantias secundárias são as iminentes à obrigação, quer sejam reais ou não. Garantias terciárias são garantias complementares, normalmente seguro de crédito ou de performance.

AAA	Esta classificação é dada apenas para obrigações com excelentes garantias primárias, secundárias e terciárias, com alta liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros. O risco de inadimplência é praticamente nulo.
AA	As obrigações classificadas nesta faixa apresentam muito boas garantias primárias, secundárias e terciárias, com liquidez e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros. O risco de inadimplência é muito baixo.
A	As obrigações classificadas nesta faixa apresentam boas garantias primárias, secundárias e terciárias, com liquidez menor que às da faixa anterior e valor compatível com o valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. O risco de inadimplência é baixo.
BBB	Nesta faixa estão as obrigações que apresentam garantias primárias, secundárias e terciárias que ainda permitem a realização do valor do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. Risco de inadimplência baixo, mas superior ao da faixa anterior.
BB	Nesta faixa estão as obrigações que apresentam garantias primárias, secundárias e terciárias com probabilidades de realização em valor menor que o valor do principal corrigido, acrescido dos juros. Risco de inadimplência possível.
B	As obrigações desta faixa possuem garantias primárias, secundárias ou terciárias com pouca possibilidade de cobrir o pagamento do principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. Risco de inadimplência provável.
C	As obrigações que recebem esta classificação possuem garantias insuficientes para honrarem os compromissos de principal corrigido, acrescido dos juros da obrigação. Risco de inadimplência muito alto.
D	Nesta faixa, estão as obrigações que já se encontram em processo de inadimplência.

Obs.: Com o objetivo de destacar as empresas que apresentam diferenças sensíveis dentro de um mesmo segmento de rating, LFRating acrescenta sinais de + e - ao lado de cada nota de AA a C.

As informações utilizadas na realização deste rating são consideradas fidedignas, mas LFRating não pode garantir sua exatidão e integridade. Todos os dados foram verificados quanto à consistência e coerência, mas nenhuma auditoria local foi realizada para confirmar a existência de ativos ou passivos declarados. Este rating, também, não se constitui em uma recomendação de investimento neste título, com as perdas e ganhos decorrendo por risco do aplicador. Número sequencial deste Relatório: 7

15/15

7.4. Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

TERMO DE SECURITIZAÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO
AGRONEGÓCIO
7ª e 8ª SÉRIES

Pelo presente instrumento, e na melhor forma de direito,

I. Como EMISSORA:

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) nº 10.753.164/0001-43 neste ato devidamente representada na forma de seu Estatuto Social, doravante simplesmente denominada “Securitizadora” ou “Emissora”;

II. Como AGENTE FIDUCIÁRIO:

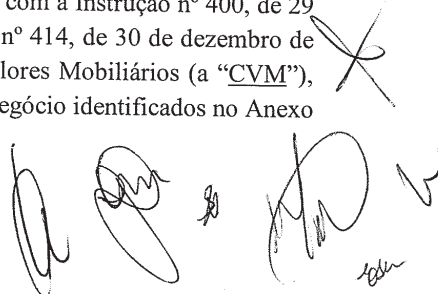
SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA., instituição devidamente autorizada para esse fim pelo Banco Central do Brasil, com sede na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 717, 6º e 10º andares, bairro Itaim Bibi, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.657.675/0001-86, neste ato devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada simplesmente “Agente Fiduciário”; e

III. Como INTERVENIENTE ANUENTE:

BANCO CITIBANK S.A., instituição financeira com sede na Avenida Paulista, nº 1.111 – 2º andar-parte, situado no Bairro de Cerqueira César, no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob n.º 33.479.023/0001-80, doravante denominada simplesmente “Citibank”.

sendo a Securitizadora, o Agente Fiduciário e o Citibank doravante denominados em conjunto “Partes” ou individualmente, “Parte”

firmam o presente Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio 7ª e 8ª Séries, ambas da 1ª (primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Securitizadora, doravante designado simplesmente “Termo”, de acordo com a Lei nº 11.076, de 30 de dezembro de 2004 (a “Lei nº 11.076/04”), e de acordo com a Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (a “Instrução CVM nº 400”) e Instrução nº 414, de 30 de dezembro de 2004 (a “Instrução CVM nº 414”), ambas da Comissão de Valores Mobiliários (a “CVM”), para formalizar a securitização dos direitos creditórios do agronegócio identificados no Anexo



I deste Termo e a correspondente emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (os “CRAs”) pela Securitizadora, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA –DOS DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO

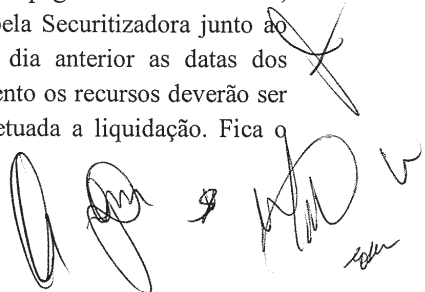
1.1. Dos Direitos Creditórios do Agronegócio Vinculados

1.1.1. Os direitos creditórios do agronegócio vinculados ao presente Termo são todos os créditos oriundos dos 12 (doze) Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (“CDCAs” ou “Créditos”), emitidos em favor da Securitizadora nos termos da Lei nº 11.076/2004 por sociedades empresárias ou cooperativas de produtores rurais que exerçam a atividade de comercialização de álcool e/ou açúcar indicadas no Anexo I abaixo, doravante denominadas simplesmente “Devedoras”, totalizando valor nominal em conjunto de R\$ 21.809.132,04 (vinte e um milhões oitocentos e nove mil cento e trinta e dois reais e quatro centavos) e com vencimento em 30 de setembro de 2010. O valor dos CDCAs será atualizado diariamente pela sua respectiva remuneração, calculado sobre o seu valor nominal de forma pro rata temporis, tendo, no dia 28 de agosto de 2009, o valor de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais). Os CDCAs serão adquiridos pela Emissora na mesma data da integralização integral dos CRAs, cabendo ao Citibank, em conformidade com o “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração e Liquidação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio, Custódia de Termo de Securitização e Outras Avenças”, e com o “Contrato de Prestação de Serviços de Banco Registrador, Custodiante e Liquidante e Outras Avenças”, a responsabilidade pelo recebimento dos recursos oriundos dos CRAs e utilizá-los imediatamente para aquisição de todos os CDCAs vinculados ao presente Termo.

1.1.2. As características detalhadas dos CDCAs vinculados a este Termo, tais como nome das Devedoras, valor nominal, data de vencimento, bem como as informações acerca dos lastros vinculados aos respectivos CDCAs, e de outras garantias, estão descritas no Anexo I ao presente Termo.

1.1.3. Toda a documentação relacionada aos CDCAs ficarão custodiados com o Citibank nos termos do “Contrato de Prestação de Serviços de Banco Registrador, Custodiante e Liquidante e Outras Avenças”, celebrado entre as partes e cada um das emissoras dos CDCAs.

1.1.4. Os valores recebidos nas contas vinculadas, referentes ao pagamento das CDCAs, serão transferidos para a conta-corrente nº 21977798, mantida pela Securitizadora junto ao Citibank, agência nº 001, (a “Conta Vinculada”) até 1 (um) dia anterior as datas dos respectivos vencimentos dos CDCAs. Em d-1 da data de vencimento os recursos deverão ser disponibilizados na conta de banco liquidante para que seja efetuada a liquidação. Fica o



Citibank instruído pela Emissora e pelo Agente Fiduciário a liquidar os CRAs conforme previsto no presente Termo, ficando desde já autorizado, de forma irrevogável e irretroatável, a realizar saques da Conta Vinculada para liquidação dos CRAs Sênior e dos CRAs Subordinados, na respectiva data de vencimento, observado o disposto no item 2.6. da Cláusula Segunda abaixo, bem como o disposto no item 4.6. da Cláusula Quarta abaixo. A presente autorização é válida até a integral liquidação das obrigações estabelecidas nos CDCAs e respectivos CRAs.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

A emissão dos CRAs observará as seguintes condições e características:

2.1. Número de Ordem e Série

Os CRAs descritos neste Termo são divididos em 2 (duas) séries que apresentam número de ordem “CRAs da 7ª Série”, denominados “CRAs Seniores” e “CRAs da 8ª Série”, denominados “CRAs Subordinados”, referentes à 1ª (primeira) emissão pública de CRAs da Securitizadora (a “Emissão”).

2.2. Data e Local da Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão dos CRAs será 28 de agosto de 2009 (a “Data de Emissão”) em São Paulo – SP.

2.3. Quantidade e Valor Nominal

Serão emitidos 20 (vinte) CRAs, sendo 10 (dez) CRAs Seniores com valor nominal unitário de R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais), na Data de Emissão, e 10 (dez) CRAs Subordinados com valor nominal unitário de R\$ 1.760.000,00 (um milhão, setecentos e sessenta mil reais), na Data de Emissão.

2.4. Valor Total da Emissão

O valor total da emissão é de R\$ 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de reais), sendo R\$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais) referentes à 7ª Série e R\$ 17.600.000,00 (dezessete milhões e seiscentos mil reais) referente à 8ª Série.

2.5. Prazo e Datas de Vencimento



O vencimento de todos os CRAs ocorrerá em 30 de setembro de 2010 (“Data de Vencimento”). Os CRAs serão amortizados pelo seu Valor Atualizado definido no item 2.11.4. abaixo.

2.6. Subordinação dos CRAs Seniores

Os CRAs Seniores terão prioridade na amortização em relação aos CRAs Subordinados. É vedada a amortização parcial ou total dos CRAs Subordinados antes da amortização integral dos CRAs Seniores.

2.7. Forma

Os CRAs serão da forma escritural, sendo certo que a instituição financeira responsável pela escrituração dos CRAs será o Citibank. Para todos os fins de direito, a titularidade dos CRAs será comprovada pelo extrato da conta de depósito disponibilizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), após solicitação do Agente Fiduciário.

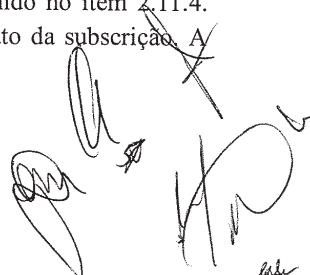
2.8. Procedimento de Colocação

A distribuição primária dos CRAs será pública com intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob o regime de melhores esforços de colocação, conforme previsto no contrato de distribuição, observado o seguinte procedimento: (i) não existirão reservas antecipadas, ou fixação de lotes mínimos ou máximos de CRAs, (ii) a distribuição visará investidores qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004 (“Instrução CVM nº 409”), e fundos de investimento que não se enquadrem na definição de investidores qualificados da referida Instrução nº 409/04, mas cujos regulamentos permitam investimentos em títulos ou valores mobiliários privados de renda fixa com prazos compatíveis ao prazo dos CRAs, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes da instituição líder da distribuição que apresentaram as propostas nas menores taxas de remuneração para os CRAs, independentemente de ordem cronológica de apresentação das respectivas manifestações de interesse. A emissão será registrada para distribuição no mercado primário e negociação no secundário por meio da CETIP.

2.9. Preço de subscrição e Forma de Integralização

O preço de subscrição dos CRAs será pelo seu Valor Atualizado, definido no item 2.11.4. abaixo. A integralização será à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição. A subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da CETIP.

2.10. Regime Fiduciário



Os CRAs contarão com a instituição de regime fiduciário sobre os Créditos que lastreiam a presente Emissão, nos termos da Cláusula Terceira abaixo.

2.11. Remuneração e Valor Atualizado dos CRAs

2.11.1. A remuneração dos CRAs Seniores será pré-fixada em 14% (quatorze por cento) ao ano, calculada *pro rata temporis*, sobre o valor nominal dos CRAs Sênior mencionada no item 2.3. acima (“Remuneração CRAs Seniores”).

2.11.2. A remuneração dos CRAs Subordinados será pré-fixada em 18% (dezoito por cento) ao ano, calculada *pro rata temporis*, sobre o valor nominal dos CRAs Subordinados mencionada no item 2.3. acima (“Remuneração CRAs Subordinados”).

2.11.3. Os juros remuneratórios dos CRAs Seniores e dos CRAs Subordinados serão pagos juntamente com o valor principal dos respectivos CRAs na Data de Vencimento.

2.11.4. O Valor Atualizado dos CRAs Sênior e Subordinados será calculado com base nas seguintes fórmulas (“Valor Atualizado”):

$$\text{VA CRAs Sênior} = \text{VN CRAs Sênior} * (1 + \text{Taxa})^{n/252}.$$

Onde:

“VA CRAs Sênior” é o Valor Atualizado de cada CRA Sênior;

“VN CRAs Sênior” é o valor nominal de cada CRA Sênior na Data de Emissão;

“Taxa” é a Remuneração CRAs Seniores definida no item 2.11.1. acima; e

“n” é o prazo decorrido em dias entre a Data da Emissão e a data de referência utilizada para cálculo do Valor Atualizado do CRA Sênior.

$$\text{VA CRAs Sub} = \text{VN CRAs Sub} * (1 + \text{Taxa})^{n/252}.$$

Onde:

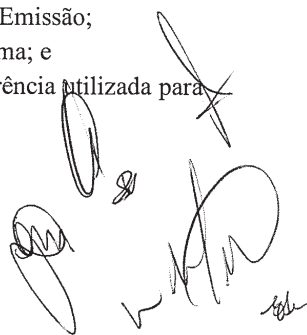
“VA CRAs Sub” é o Valor Atualizado de cada CRA Subordinado;

“VN CRAs Sub” é o valor nominal de cada CRA Subordinado na Data de Emissão;

“Taxa” é a Remuneração CRAs Subordinados definida no item 2.11.2. acima; e

“n” é o prazo decorrido em dias entre a Data da Emissão e a data de referência utilizada para cálculo do Valor Atualizado do CRA Subordinado.

2.12. Vencimento Antecipado



2.12.1. A ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado listados abaixo (as “Hipóteses de Vencimento Antecipado”) ensejará a assunção imediata pelo Agente Fiduciário da custódia e administração dos créditos integrantes do Patrimônio Separado (conforme definido no item 4.5. da Cláusula Quarta abaixo):

- i) descumprimento pela Securitizadora de toda e qualquer obrigação neste Termo, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário;
- ii) pedido de auto-falência ou de falência não elidido no prazo legal, decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, dissolução ou liquidação, ou qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, da Securitizadora;
- iii) o somatório do valor total de quaisquer (a) ações judiciais e/ou administrativas de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, eventualmente movidas em face da Securitizadora; e (b) passivos e/ou potenciais passivos de natureza fiscal, previdenciária ou trabalhista, reportadas ao Agente Fiduciário através da revisão trimestral realizada pelo auditor da Emissora, representar contingência igual ou superior a R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), e a Securitizadora não tenha efetuado o integral provisionamento dos valores envolvidos em referidas ações ou, conforme o caso, pagamento dos valores devidos, sem qualquer redução do Patrimônio Separado (conforme definido abaixo); e
- iv) qualquer evento relacionado à Securitizadora que venha prejudicar de qualquer forma, o adimplemento de qualquer obrigação prevista neste Termo perante os titulares dos CRAs, e que não seja sanado, a contento do Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento do aviso encaminhado pelo Agente Fiduciário.

2.12.2. Ocorrida qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário deverá convocar uma assembleia dos titulares dos CRAs, nos termos na Cláusula Oitava deste Termo, para deliberar se o Agente Fiduciário deverá ou não declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes do presente Termo. Na mesma assembleia, os titulares dos CRAs deverão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado.

2.12.3. A assembleia dos titulares dos CRAs mencionada no item 2.12.2. acima poderá deliberar, mediante o voto favorável conjunto de, pelo menos, 70% (setenta por cento) dos CRAs Sênior e 70% (setenta por cento) dos CRAs Subordinados em Circulação (conforme definido no item 8.2.1. da Cláusula Oitava abaixo), pela não declaração do vencimento

antecipado das obrigações constantes do presente Termo. Caso a referida renúncia não seja aprovada, as obrigações da Securitizadora constantes do presente Termo serão declaradas antecipadamente vencidas pelo Agente Fiduciário na data da referida assembléia. Na mesma assembléia, os titulares dos CRAs deverão deliberar sobre as novas normas de administração do Patrimônio Separado.

2.13. Aquisição Facultativa

A Securitizadora poderá, a qualquer tempo, adquirir no mercado CRAs em circulação, pelo seu Valor Atualizado desde a Data de Emissão até a data da efetiva aquisição. Os CRAs objeto deste procedimento poderão ser cancelados, permanecer em tesouraria da Securitizadora, ou ser novamente colocados no mercado.

2.14. Prorrogação dos Prazos

2.14.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de quaisquer obrigações referentes aos CRAs, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem qualquer acréscimo moratório aos valores a serem pagos.

2.15. Juros Moratórios

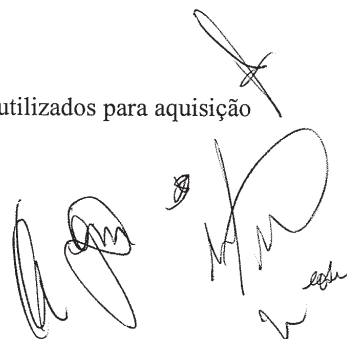
Ocorrendo impontualidade de mais do que 2 (dois) dias úteis no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares dos CRAs, os débitos em atraso, vencidos e não pagos pela Securitizadora, ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre os valores em atraso, *pro rata temporis*, desde a data de inadimplência até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação, judicial ou extrajudicial, sem prejuízo do pagamento dos juros remuneratórios, previstos no presente Termo.

2.16. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes ao valor nominal, juros remuneratórios, ou quaisquer outros valores a que fazem jus os titulares dos CRAs, serão efetuados pela Securitizadora utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP.

2.17. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos com a subscrição dos CRAs serão integralmente utilizados para aquisição dos CDCAs vinculados às presentes séries.



2.18. Publicidade

Todos os atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos titulares dos CRAs deverão ser veiculados, na forma de aviso, no jornal Valor Econômico, devendo a Securitizadora avisar ao Agente Fiduciário e à Instituição Líder de Distribuição da realização de qualquer publicação em até 5 (cinco) dias úteis após a sua ocorrência.

2.19. Distribuição junto ao Público

2.19.1. Os CRAs serão colocados junto ao público após a concessão do registro pela CVM, nos termos da Instrução CVM nº 400, da Instrução CVM nº 414 e do contrato de distribuição, sendo necessária a comprovação pela Securitizadora de que o seu registro de companhia aberta está atualizado.

2.20 Classificação de Risco

2.20.1. A emissão dos CRAs foi submetida à apreciação da agência de classificação de risco Lopes Filho & Associados, Consultores de Investimentos Ltda. (“Agência de Classificação de Risco”). As classificações atribuídas pela Agência de Classificação de Risco encontrar-se-ão descritas no prospecto de emissão dos CRAs.

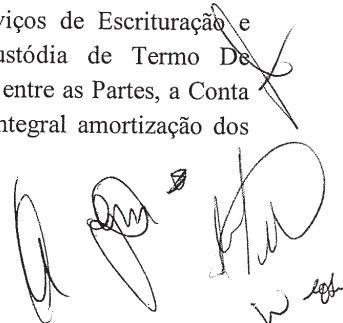
2.20.2. A classificação de risco será objeto de revisão e avaliação, trimestralmente, pela Agência de Classificação de Risco ou outra(s) agência(s) que vier(em) a ser indicada(s) pela Securitizadora, sendo disponibilizados pelo Agente Fiduciário os respectivos relatórios, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento, de acordo com a alínea g do item 5.1. do presente Termo.

2.20.3. As Partes concordam que a prestação do serviço de revisão e avaliação previstos nesta cláusula não poderão ser interrompidos durante o prazo de vigência dos CRAs.

2.20.4. A Emissora poderá contratar outra agência de classificação de risco, a qualquer tempo, durante o prazo de vigência dos CRAs.

2.21. Da Conta Vinculada

2.21.1. Em conformidade com o “Contrato de Prestação de Serviços de Escrituração e Liquidação de Certificado de Recebíveis do Agronegócio, Custódia de Termo De Securitização e Outras Avenças”, firmado em 19 de agosto de 2009, entre as Partes, a Conta Vinculada não poderá ser movimentada pela Securitizadora até a integral amortização dos CRAs Seniores e dos CRAs Subordinados.



2.22. Tributação e Outras Despesas

2.22.2. Os titulares dos CRAs estão sujeitos aos tributos conforme descritos no Anexo II a este Termo, bem como às despesas descritas nos itens 7.5. e 9.7. abaixo.

2.23. Prestadores de Serviço de Controle e Cobrança dos Créditos, Custodiante e Administração da Conta Vinculada

2.23.1. **Custódia e Administração da Conta Vinculada:** Citibank

2.23.2. **Monitoramento Agrícola das lavouras de cana-de-açúcar objeto de penhor agrícola em garantia dos Créditos:** Empresa do Brasil de Warrant S/A, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Estela, 515, Bloco E, Cjs. 201/202, CEP: 04011-002 e inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.759.386/0001-08; e Cotecna Serviços Ltda., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Chucri Zaidan nº. 80, 7º andar, Bloco C, CEP 04583-110 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 53.174.983/0001-49; e

2.23.3. **Monitoramento Industrial e Operacional das Devedoras dos Créditos:** MBF AGRIBUSINESS ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA. com sede na Cidade de Sertãozinho, Estado de São Paulo, na Rua Carlos Gomes, 1.068 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 01.381.766/0001-26.

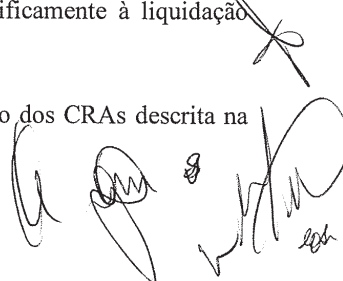
2.23.4. A cobrança dos Créditos será feita pela própria Emissora, nos termos da Cláusula Sétima deste Termo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME FIDUCIÁRIO

3.1. Os Créditos são ora expressamente vinculados à Emissão dos CRAs descrita neste Termo.

3.2. Nos termos dos artigos 9º e 10º da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997 (a “Lei nº 9.514/97”), a Securitizadora declara e institui, em caráter irrevogável e irretratável, regime fiduciário sobre os Créditos, o qual está submetido às seguintes condições:

- i) Os Créditos destacam-se do patrimônio da Securitizadora e constituem patrimônio separado (o “Patrimônio Separado”), destinando-se especificamente à liquidação dos CRAs;
- ii) os Créditos são afetados, neste ato, como lastro da Emissão dos CRAs descrita na

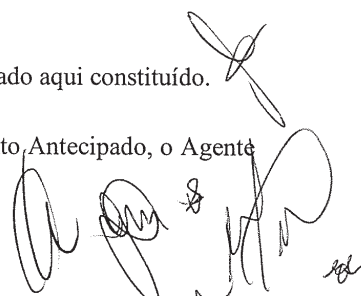


Cláusula Primeira acima;

- iii) os beneficiários do Patrimônio Separado serão os titulares dos CRAs;
 - iv) os deveres, responsabilidades, forma de atuação, remuneração, condições e forma de destituição ou substituição do Agente Fiduciário estão descritos na Cláusula Sexta abaixo; e
 - v) o Patrimônio Separado será liquidado na forma prevista no item 4.6 deste Termo.
- 3.3. Os Créditos objeto do regime fiduciário, ressalvadas as hipóteses previstas em lei:
- i) constituem Patrimônio Separado que não se confunde com o patrimônio da Securitizadora;
 - ii) manter-se-ão apartados do patrimônio da Securitizadora até que complete o resgate da totalidade dos CRAs objeto da presente Emissão;
 - iii) destinam-se exclusivamente à liquidação dos CRAs, bem como ao pagamento das despesas;
 - iv) estão isentos de qualquer ação ou execução promovida por credores da Securitizadora;
 - v) não são passíveis de constituição de garantias ou de excussão por quaisquer credores da Securitizadora, por mais privilegiados que sejam, observado o disposto no artigo 76 da Medida Provisória 2.158, de 24 de agosto de 2001; e
 - vi) só responderão pelas obrigações inerentes aos CRAs a que estão afetados.

CLÁUSULA QUARTA - DO PATRIMÔNIO SEPARADO

- 4.1. O Patrimônio Separado será administrado pela Securitizadora e será objeto de registro contábil próprio e independente.
- 4.2. A insuficiência dos bens do Patrimônio Separado não dará causa à declaração de sua quebra.
- 4.3. A insolvência da Securitizadora não afetará o Patrimônio Separado aqui constituído.
- 4.4. Na hipótese de ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado, o Agente

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'X' at the top, several cursive signatures, and the initials 'S' and 'ed'.

Fiduciário assumirá imediatamente a custódia e administração dos créditos que integrem o Patrimônio Separado e convocará assembleia geral dos titulares dos CRAs para deliberar sobre a forma de administração dos mesmos.

4.5. O Patrimônio Separado será liquidado na forma que segue:

- i) automaticamente, quando do resgate integral dos CRAs na Data de Vencimento; ou
- ii) após o vencimento dos CRAs, na hipótese do não resgate integral dos CRAs pela Securitizadora mediante transferência dos Créditos ao Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos beneficiários do Patrimônio Separado; neste caso, a totalidade dos Créditos será transferida imediatamente, em dação em pagamento, para fins de extinção de toda e qualquer obrigação da Securitizadora sob os CRAs, cabendo ao Agente Fiduciário, após deliberação dos titulares dos CRAs, (a) administrar os créditos que integravam o Patrimônio Separado, (b) esgotar todos os recursos judiciais e extrajudiciais para a realização dos créditos que lhe forem transferidos, (c) ratear os recursos obtidos entre os titulares dos CRAs na proporção de CRAs detidos, e (d) transferir os créditos eventualmente não realizados aos titulares dos CRAs, na proporção de CRAs detidos e observada a ordem de preferência entre as séries da presente Emissão e os seus eventuais horários que estejam pendentes de pagamento.

4.6. Na liquidação do Patrimônio Separado o Citibank deverá observar a seguinte ordem de preferência:

- (i) **Primeiro:** Pagamento integral dos CRAs Seniores; e
- (ii) **Segundo:** Pagamento integral dos CRAs Subordinados.

4.7. É vedada a utilização dos recursos do Patrimônio Separado para pagamento de despesas relacionadas à Emissão.

4.8. Quando o Patrimônio Separado for liquidado, ficará extinto o regime fiduciário aqui instituído, tendo a Securitizadora amplo acesso aos recursos remanescentes na Conta-Corrente Autorizada.

4.9 A realização dos direitos dos beneficiários dos CRAs estará limitada aos Créditos integrantes do Patrimônio Separado, nos termos do §3º do art. 11 da Lei nº 9.514/97, não havendo qualquer outra garantia prestada por terceiros ou pela própria Emissora.



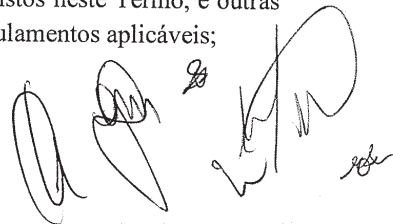
CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA SECURITIZADORA

5.1. Sem prejuízo das obrigações decorrentes da lei ou das normas da CVM, assim como das demais obrigações assumidas neste Termo, a Securitizadora, em caráter irrevogável e irretratável, obriga-se, adicionalmente, a:

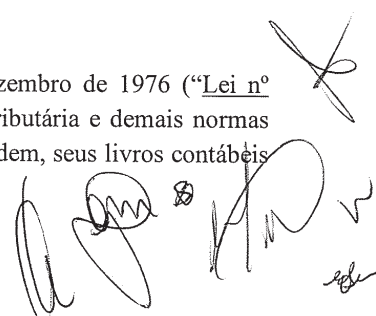
- i) administrar o Patrimônio Separado, mantendo para o mesmo registro contábil próprio, independente de suas demonstrações financeiras;
- ii) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) cópias de todos os seus demonstrativos financeiros e/ou contábeis, auditados ou não, inclusive dos demonstrativos do Patrimônio Separado, assim como de todas as informações periódicas e eventuais, relatórios, comunicados ou demais documentos que devam ser entregues à CVM, na data em que tiverem sido encaminhados, por qualquer meio, àquela autarquia;
 - (b) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, relatório anual de gestão e posição financeira dos Créditos, acrescido de declaração de que está em dia no cumprimento de todas as suas obrigações previstas neste Termo;
 - (c) dentro de 5 (cinco) dias úteis, qualquer informação ou cópia de quaisquer documentos que, razoavelmente, lhe sejam solicitados, permitindo que o Agente Fiduciário (ou o auditor independente por este contratado), através de seus representantes legalmente constituídos e previamente indicados, tenham acesso aos seus livros e registros contábeis, bem como aos respectivos registros e relatórios de gestão e posição financeira referentes ao Patrimônio Separado;
 - (d) dentro de 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento de notificação enviada pelo Agente Fiduciário, cópia de todos os demais documentos e informações que a Securitizadora, nos termos e condições previstos neste Termo, comprometeu-se a enviar ao Agente Fiduciário;
 - (e) na mesma data em que forem publicados, cópias dos avisos de fatos relevantes e atas de assembleias gerais, reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares dos CRAs;



- (f) no mesmo prazo previsto para apresentação das Informações Trimestrais - ITR, relatório elaborado pela Securitizadora contendo informações sobre o cumprimento de suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias;
 - (g) trimestralmente, a revisão e avaliação dos CRAs pela Agência de Classificação de Risco, disponibilizando cópia dos relatórios que vierem a ser emitidos pela mesma, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento;
 - (h) cópia de qualquer notificação judicial, extrajudicial ou administrativa recebida pela Securitizadora, no máximo, em 3 (três) dias úteis contados da data de seu recebimento;
 - (i) relatório mensal até o décimo quinto dia do mês subsequente, contendo: (A) Valor Atualizado dos CRAs; (B) Valor Atualizado de todos os Créditos; (C) Valor Atualizado de todos os lastros e garantias vinculadas aos Créditos; e
 - (j) dentro de 15 (quinze) dias corridos da assinatura do presente Termo cópia de todos os documentos relacionados ao CDCAs, devidamente registrados/averbados nos cartórios/registros competentes.
- iii) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços, inclusive aqueles relacionados ao Patrimônio Separado, a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM, cujo relatório deverá (a) identificar e descriminar quaisquer ações judiciais e/ou administrativas movidas em face da Securitizadora, os valores envolvidos nas respectivas ações, bem como quaisquer passivos e/ou potenciais passivos de natureza fiscal, trabalhista e/ou previdenciária; e (b) confirmar que todos os tributos devidos pela Securitizadora foram corretamente calculados e pagos;
- iv) efetuar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da apresentação de cobrança pelo Agente Fiduciário, o pagamento de todas as despesas razoavelmente incorridas e comprovadas pelo Agente Fiduciário que sejam necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares dos CRAs ou para realização de seus créditos, sendo que as despesas em questão não poderão ser pagas com ativos que integrem o Patrimônio Separado. Todas as despesas deverão ser previamente aprovadas pela Securitizadora. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as despesas relacionadas com:
- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações previstos neste Termo, e outras exigidas, ou que vierem a ser exigidas, por lei e regulamentos aplicáveis;

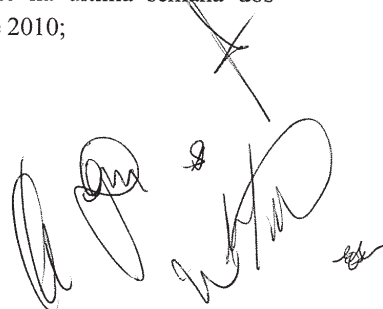


- (b) extração de certidões;
 - (c) despesas cartorárias e com viagens, incluindo custos com transporte, hospedagem e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
 - (d) eventuais auditorias ou levantamentos periciais que venham a ser imprescindíveis em caso de omissões e/ou obscuridades nas informações devidas pela Securitizadora nos termos do presente Termo ou da legislação aplicável.
- v) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM;
- vi) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu estatuto social e este Termo, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas neste Termo;
- vii) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, por meio de notificação, e, ato contínuo, os titulares dos CRAs, mediante publicação de aviso, a ocorrência de quaisquer eventos e/ou situações que possam, no juízo razoável do homem ativo e probo, colocar em risco o exercício, pela Securitizadora, de seus direitos, prerrogativas, privilégios e garantias que possam, direta ou indiretamente, afetar negativamente os interesses da comunhão dos titulares dos CRAs conforme disposto no presente Termo;
- viii) manter em estrita ordem a sua contabilidade, através da contratação de prestador de serviço especializado, a fim de atender as exigências contábeis impostas pela CVM às companhias abertas, bem como efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios fundamentais da contabilidade do Brasil, permitindo ao Agente Fiduciário o acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Securitizadora;
- ix) manter:
- (a) válidos e regulares todos os alvarás, licenças, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Securitizadora, efetuando todo e qualquer pagamento necessário para tanto;
 - (b) na forma exigida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei nº 6.404/76”) e alterações posteriores, da legislação tributária e demais normas regulamentares, em local adequado e em perfeita ordem, seus livros contábeis

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large 'X' mark and several cursive signatures.

e societários regularmente abertos e registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo; e

- (c) em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- x) contratar instituição financeira habilitada para prestação dos serviços de agente pagador da Securitizadora e liquidante dos CRAs, na hipótese de rescisão do Contrato com o Citibank;
- xi) manter ou fazer com que seja mantido em adequado funcionamento um serviço de atendimento aos titulares dos CRAs ou contratar com terceiros a prestação desse serviço;
- xii) na mesma data em que forem publicados, enviar à CETIP cópias dos avisos de fatos relevantes e atas de assembléias gerais, reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria que, de alguma forma, envolvam o interesse dos titulares dos CRAs ou informações de interesse do mercado;
- xiii) convocar, sempre que necessário, a sua empresa de auditoria, a Agência de Classificação de Risco, ou quaisquer terceiros para prestar esclarecimentos aos titulares dos CRAs;
- xiv) auxiliar o Agente Fiduciária na cobrança administrativa e judicial dos Créditos, observado o disposto na Cláusula Sétima abaixo; e
- xv) constituir um Comitê de Monitoramento da emissão dos CRAs, com as seguintes características (“Comitê”):
 - (a) terá no mínimo 5 e no máximo 7 membros, composto da seguinte forma: (i) no mínimo 1 membro indicado pela MBF Agribusiness Assessoria Empresarial Ltda., qualificada no respectivo prospecto da emissão dos CRAs; (ii) no mínimo 1 membro de notório conhecimento do setor sucroalcooleiro escolhido pela Emissora; (iii) 1 membro do Agente Fiduciário; e (iv) demais membros indicados pela Emissora;
 - (b) as reuniões do comitê ocorrerão obrigatoriamente na última semana dos meses de outubro de 2009, abril de 2010 e agosto de 2010;



- (c) as reuniões terão como ordem do dia obrigatoriamente a discussão do andamento geral da emissão dos CRAs, abordando o estágio de cada um dos Créditos, bem como suas respectivas garantias; e
- (d) as discussões das reuniões serão transcritas em atas que estarão disponíveis para consultas por potenciais investidores no respectivo endereço eletrônico da Emissora e da CVM.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

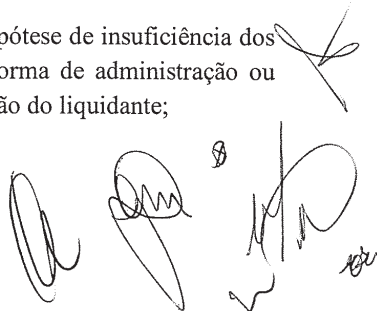
6.1. Por meio do presente Termo, a Securitizadora nomeia e constitui o Agente Fiduciário qualificado no preâmbulo, que expressamente aceita a nomeação e assina o presente na qualidade de representante da comunhão dos titulares dos CRAs, incumbindo-lhe:

- i) zelar pela proteção dos direitos e interesses dos titulares dos CRAs, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens, acompanhando a atuação da Securitizadora na administração do Patrimônio Separado;
- ii) elaborar relatório anual dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses, contados do encerramento do exercício social da Securitizadora, em que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessam à comunhão dos titulares dos CRAs nos termos do artigo 68, § 1º, “b”, da Lei n.º 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) CDCAs que constituam lastro dos CRAs, conforme identificados neste Termo;
 - (b) eventual omissão ou incompatibilidade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Securitizadora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Securitizadora;
 - (c) alterações estatutárias da Securitizadora ocorridas no período;
 - (d) posição da distribuição ou colocação dos CRAs no mercado; e
 - (e) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Securitizadora no Termo.
- iii) colocar o relatório a que se refere o item anterior à disposição dos titulares dos CRAs, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do



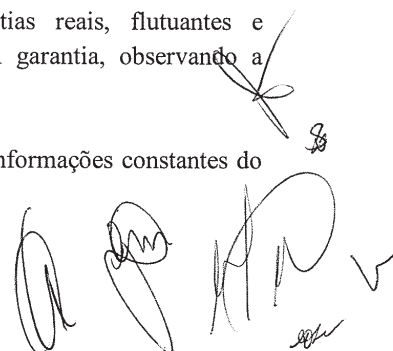
Exercício social da Securitizadora, (i) na sede da Securitizadora, (ii) em sua própria sede social, e (iii) na CVM;

- iv) adotar as medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à defesa dos interesses dos titulares dos CRAs, bem como à realização dos Créditos afetados à presente Emissão dos CRAs e integrantes do Patrimônio Separado, caso a Securitizadora não o faça;
- v) exercer, na hipótese de ocorrência de quaisquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado, a custódia e administração dos créditos integrantes do Patrimônio Separado;
- vi) promover a liquidação do Patrimônio Separado, na forma prevista neste Termo e nas deliberações da assembléia geral dos titulares dos CRAs;
- vii) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- viii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, inclusive aquelas enviadas por meio magnético, e documentos em geral relacionados ao exercício de suas funções recebidos da Securitizadora;
- ix) notificar os titulares dos CRAs, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da ocorrência, de eventual inadimplemento de quaisquer obrigações relacionadas ao presente Termo;
- x) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias por parte da Securitizadora, inclusive aquelas relativas à manutenção do seu registro de companhia aberta perante a CVM;
- xi) comparecer à assembléia dos titulares dos CRAs, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- xii) após ter recebido da Securitizadora o comprovante de pagamento de suas obrigações, fornecer, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da extinção do regime fiduciário a que estão submetidos os Créditos, termo de quitação à Securitizadora;
- xiii) convocar assembleia geral dos titulares dos CRAs, na hipótese de insuficiência dos bens do Patrimônio Separado, para deliberar sobre a forma de administração ou liquidação do Patrimônio Separado, bem como a nomeação do liquidante;

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are four distinct signatures, some of which are quite stylized and overlapping. The signatures appear to be of legal or corporate nature, given the context of the document.

- xiv) verificar com o Citibank, nas datas em que devam ser liquidados, o integral e pontual pagamento dos valores devidos aos titulares dos CRAs conforme estipulado no presente Termo;
- xv) informar à Agência de Classificação de Risco ou quem as suceder no exercício de suas funções, tão logo tome conhecimento, a ocorrência dos seguintes eventos:
- (a) substituição do Citibank ou dos prestadores de serviços contratados pela Securitizadora ou pelo Agente Fiduciário que possam alterar o nível de segurança e credibilidade atribuído (i) aos controles de mecanismos de acompanhamento da consecução do objeto social da Securitizadora e (ii) à Emissão;
 - (b) omissão de fatos e informações relevantes, bem como de dados relativos à Securitizadora, e/ou ao Citibank, enquanto a Emissão estiver sob avaliação da Agência de Classificação de Risco;
 - (c) ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
 - (d) qualquer descumprimento pela Securitizadora, (1) do seu estatuto social; e (2) do presente Termo;
 - (e) quaisquer outros eventos que, a juízo do Agente Fiduciário, possam alterar o nível de segurança e credibilidade atribuídos aos controles e mecanismos de acompanhamento da consecução do objeto social da Securitizadora ou da prestação de serviços pelo Citibank, assim como a capacidade de solvência da Securitizadora; e
 - (f) celebração de aditamentos de quaisquer dos instrumentos contratuais relacionados à Emissão e analisados quando da classificação de risco dos CRAs;
- xvi) disponibilizar à Agência de Classificação de Risco todos os relatórios e informações recebidas nos termos do item 5.1; e
- xvii) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, flutuantes e fidejussórias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

6.1.1. A Securitizadora autoriza o Agente Fiduciário a prestar as informações constantes do item 5.1. acima à Agência de Classificação de Risco.

The block contains several handwritten signatures and initials in black ink. There are approximately five distinct marks, including a large stylized signature at the top right, a circular mark, and several other scribbled initials and signatures below it.

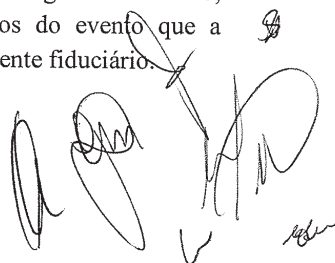
6.1.2. O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado no presente Termo, declara:

- i) sob as penas de lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme dispõe o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;
- ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e no presente Termo;
- iii) aceitar integralmente o presente Termo, todas as suas cláusulas e condições;
- iv) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesses previstas no artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução nº 28/83”);
- v) com base nas informações fornecidas pela Securitizadora, ter verificado a regularidade da constituição das garantias do presente Termo, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- vi) ter verificado a legalidade e ausência de vícios da Emissão, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas pela Securitizadora no prospecto e no presente Termo; e
- vii) nos termos do item 15 do Anexo III da Instrução CVM nº 414 quanto à legalidade e ausência de vício da presente operação de securitização, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas neste Termo e no respectivo Prospecto.

6.3. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da assinatura do presente Termo, devendo permanecer no exercício de suas funções até a posse do seu sucessor e/ou liquidação dos CRAs objeto da presente Emissão.

6.4. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia dos titulares dos CRAs para a escolha do novo agente fiduciário.



6.4.1. A assembléia dos titulares dos CRAs de que trata o item 6.4. acima poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário a ser substituído, pela Securitizadora, por titulares de CRAs que representem no mínimo 5% (cinco por cento) dos CRAs em circulação, ou ainda, pela CVM, observados os requisitos constantes do presente Termo.

6.5. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes, deverá comunicar imediatamente o fato aos titulares dos CRAs, pedindo sua substituição, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias, dentro do qual deverá ser realizada assembléia dos titulares dos CRAs para a escolha do novo agente fiduciário.

6.6. Aos titulares dos CRAs é facultado proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembléia dos titulares dos CRAs, especialmente convocada para esse fim.

6.7. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução nº 28/83, da CVM, e eventuais outras normas aplicáveis.

6.8. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento ao presente Termo.

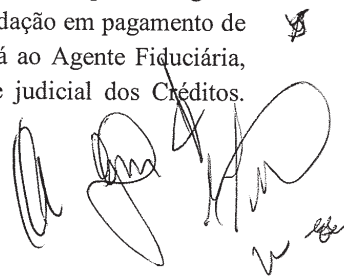
6.9. Em caso de renúncia, o Agente Fiduciário deverá permanecer no exercício de suas funções até que (i) uma instituição substituta seja indicada pela Securitizadora e aprovada pelos titulares dos CRAs, e (ii) a instituição substituta assuma efetivamente as funções do Agente Fiduciário, conforme definido no presente Termo.

6.10. Em caso de renúncia, o Agente Fiduciário se obriga a restituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da efetivação da renúncia, a parcela da remuneração correspondente ao período entre a data da efetivação da renúncia e a data do próximo pagamento, cujo valor será calculado *pro rata temporis* com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA COBRANÇA DOS CRÉDITOS

7.1. A Emissora efetuará a cobrança dos Créditos vencidos e não pagos em sua respectiva data de vencimento, através do monitoramento prévio e contínuo das Devedoras.

7.2. Em caso de inadimplência, uma vez os Créditos sejam transferidos para o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos titulares dos CRAs, em dação em pagamento de todas as obrigações assumidas pela Securitizadora nos CRAs, caberá ao Agente Fiduciária, com auxílio da Securitizadora, realizar a cobrança administrativa e judicial dos Créditos.



Todos os custos necessários para a cobrança judicial e administrativa dos Créditos inadimplentes serão arcados pelos titulares dos CRAs.

7.3. Nesse sentido, inicialmente a Securitizadora contatará a(s) Devedora(s) tentando determinar nova data de pagamento para o respectivo CDCA, ou celebrar acordos com a(s) própria(s) Devedora(s) e/ou com os respectivos garantidores, conforme o caso, para a liquidação parcelada dos débitos, sempre observadas as normas e os percentuais de acréscimos ou descontos que sejam determinados pelos titulares dos CRAs reunidos em assembleia.

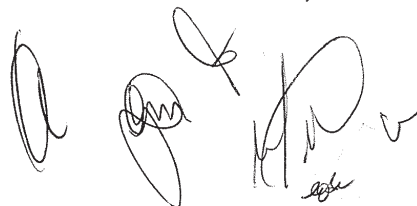
7.4. Caso não seja possível determinar nova data de pagamento para o respectivo CDCA por mais do que 30 (trinta) dias, o Agente Fiduciário, mediante aprovação dos titulares dos CRAs reunidos em assembleia, deverá, acionar um escritório de advocacia para adoção das medidas cabíveis para a cobrança do respectivo CDCA, sempre tomando em consideração o valor de recuperação dos créditos e os custos associados com as respectivas medidas. Nesta fase de cobrança por intermédio de escritório de advocacia serão adotados procedimentos preliminares de notificação extrajudicial ou judicial dos devedores inadimplentes e, posteriormente, em caso de não pagamento, na adoção das medidas judiciais cabíveis.

7.5. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos detentores dos CRAs deverão ser previamente aprovadas e adiantadas por estes. Tais despesas a serem adiantadas pelos detentores dos CRAs incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, enquanto representante dos detentores dos CRAs. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos detentores dos CRAs, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias corridos, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos detentores dos CRAs para cobertura do risco de sucumbência.

CLÁUSULA OITAVA - DA ASSEMBLEIA DOS TITULARES DOS CRAs

8.1. Os titulares dos CRAs desta Emissão poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia, a fim de deliberarem sobre a matéria de interesse da comunhão dos titulares dos CRAs.

8.2. A assembleia dos titulares dos CRAs poderá ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Securitizadora, (iii) por titulares dos CRAs que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos CRAs em circulação ou (iv) pela CVM.



8.2.1. Consideram-se como CRAs em circulação todos os CRAs subscritos, excluídos aqueles mantidos em tesouraria pela Securitizadora e os de titularidade de (i) controladas da Securitizadora; (ii) coligadas da Securitizadora; (iii) controladoras da Securitizadora (ou grupo de controle da Securitizadora ou controladas); (iv) administradores da Securitizadora, ou das respectivas controladas ou controladoras; (v) funcionários da Securitizadora ou das respectivas controladas ou controladoras; e (vi) parentes de segundo grau das pessoas mencionadas nos itens (iv) e (v) acima.

8.3. A assembleia será convocada mediante edital publicado por 1 (uma) vez, com antecedência de 15 dias (quinze) dias, no jornal definido no item 2.18 acima, e se instalará, em primeira convocação, com a presença dos titulares dos CRAs que representem em conjunto, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) dos CRAs Seniores e 50% (cinquenta por cento) dos CRAs Subordinados em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de presença.

8.4. A presidência da assembleia caberá, de acordo com quem a tenha convocado, respectivamente, (i) ao Presidente do Conselho de Administração da Securitizadora; (ii) ao titular de CRA eleito pelos titulares dos CRAs presentes, ou (iii) à pessoa designada pela CVM.

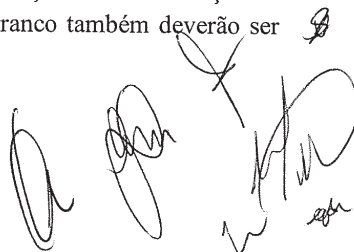
8.5. A Securitizadora e/ou os titulares dos CRAs poderão convocar representantes do Citibank e/ou da Agência de Classificação de Risco, bem como quaisquer terceiros para participar das assembleias, sempre que a presença de qualquer dessas pessoas for relevante para a deliberação da ordem do dia.

8.6. O Agente Fiduciário deverá comparecer a todas as assembleias e prestar aos titulares dos CRAs as informações que lhe forem solicitadas.

8.7. A cada CRA corresponderá um voto, sendo admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do artigo 126 da Lei nº 6.404/76.

8.8. Toda e qualquer matéria submetida à deliberação dos titulares dos CRAs deverá ser aprovada pelos votos favoráveis conjuntos de 60% (sessenta por cento) dos titulares dos CRAs Seniores em circulação e 60% (sessenta por cento) dos CRAs Subordinados em circulação, salvo se outro quorum for exigido neste Termo.

8.9. Para efeito da constituição de quaisquer dos quóruns de instalação e/ou deliberação da assembleia dos titulares dos CRAs em Circulação, os votos em branco também deverão ser excluídos do cálculo do quórum de deliberação da assembleia.



8.10. Estarão sujeitas à aprovação de, no mínimo, 70% (setenta por cento) dos CRAs Sênior e 70% (setenta por cento) dos CRAs Subordinados em Circulação a não declaração de vencimento antecipado das obrigações constantes do presente Termo, conforme estabelecido no item 2.12.3 deste Termo.

8.11. As deliberações tomadas pelos titulares dos CRAs, observados os quóruns estabelecidos neste Termo, serão existentes, válidas e eficazes perante a Securitizadora e obrigarão a todos os titulares dos CRAs em circulação, independentemente de terem comparecido à assembleia ou do voto proferido na respectiva assembléia dos titulares dos CRAs.

8.12. Independentemente das formalidades previstas na lei e neste Termo, será considerada regular a assembleia dos titulares dos CRAs a que comparecerem os titulares de todos os CRAs em Circulação.

CLÁUSULA NONA– DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. Da Autonomia das Disposições

Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outras que, na medida do possível, produzam o mesmo efeito.

9.2. Das Modificações

Qualquer modificação ao presente Termo somente será válida se realizada por escrito e com a concordância de todas as Partes que assinam a presente.

9.3. Das Disposições Gerais

9.3.1. Todos os documentos e as comunicações, sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados para qualquer das Partes sob o presente Termo deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(a) para a Securitizadora:

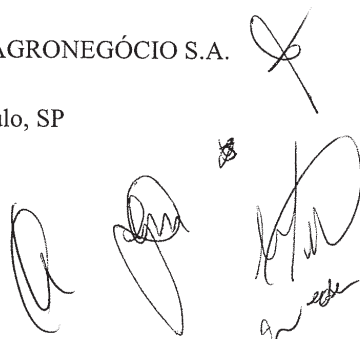
ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.

At.: CRISTIAN DE ALMEIDA FUMAGALLI

Rua Pedroso de Moraes, n.º 1.553, 8º andar, conjunto 81 – São Paulo, SP

Fone: (11) 3031-4112

Fax: (11) 3031-4112 E-mail: cristian@ecoagro.agr.br



(b) para o Agente Fiduciário:

SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA
At.: FELIPE COIMBRA ALOI ANDRÉ
R. Dr. Renato Paes de Barros, 717 – 6º andar 04530-000 – São Paulo, SP
Fone: (11) 3048-9763
Fax: (11) 3048-9910 E-mail: felipe@slw.com.br

(c) para o Citibank:

Avenida Paulista, nº 1.111 – 2º andar-parte
São Paulo - SP
At.: Sr. André Pinna / Sra. Elizabeth Miolo
Tel: (11) 4009-3348 / 4009-3920
andre.pinna@citi.com / Elizabeth.miolo@citi.com

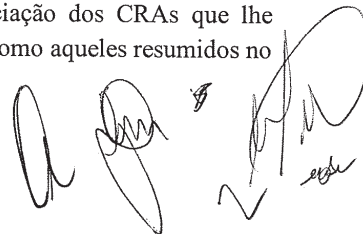
9.3.2. Os documentos e as comunicações, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com “Aviso de Recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima.

9.4. Não se presume renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Termo. Desta forma, nenhum atraso em exercer ou omissão no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos titulares dos CRAs em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Securitizadora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios ou será interpretado como renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

9.5. As Partes declaram, mútua e expressamente, que este Termo foi celebrado respeitando-se os princípios de propriedade e de boa fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.

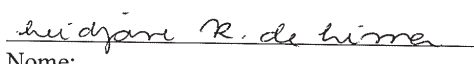
9.6. A Emissora se responsabiliza pela exatidão das informações e declarações prestadas, a qualquer tempo, ao Agente Fiduciário e aos titulares dos CRAs, ressaltando que analisou diligentemente os documentos relacionados com os CRAs, para verificação de sua legalidade, veracidade, ausência de vícios, consistência, correção e suficiência das informações disponibilizadas aos titulares dos CRAs.

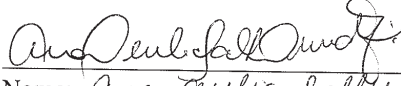
9.7. Os titulares dos CRAs serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer tributos incidentes sobre a propriedade, detenção, remuneração ou negociação dos CRAs que lhe sejam imputados nos termos da legislação tributária aplicável, tais como aqueles resumidos no



SLW CORRETORA DE VALORES E CÂMBIO LTDA.

 
BANCO CITIBANK S.A.
Testemunhas:


Nome: Leidjane Ribeiro de Lima
RG: RG 11959989-2 IFP
CPF: CPF 091571147-81


Nome: Ana Paula Galvão da Silva
RG: 26 614 034-8
CPF: 263 340 208-20

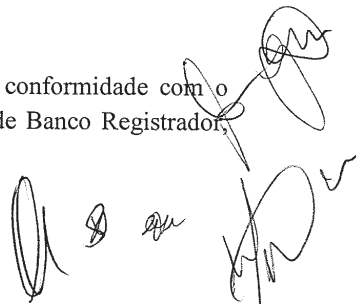


ANEXO I

CARACTERÍSTICAS DOS CRÉDITOS

1. Principais Disposições dos CDCAs vinculados ao presente Termo:

- (i) **Direitos creditórios vinculados aos CDCAs:** direitos creditórios detidos pelas Devedoras contra: (i) os emissores de CPRs, emitidas nos termos da Lei nº 8.929/94, representativas da promessa de entrega de produto agrícola cana-de-açúcar, no vencimento e local nelas avençados, em quantidade e qualidade nelas expressas; e (ii) empresas comercializadoras de açúcar e/ou álcool em decorrência da celebração de contrato de fornecimento pelo qual as Devedoras se comprometeram a entregar certa quantidade de álcool ou açúcar em determinados períodos de entrega;
- (ii) **Registro e custódia dos CDCAs:** os direitos creditórios serão registrados no sistema de registro da CETIP, até a data do desembolso do valor nominal para a Devedora e serão depositados e ficarão sob a guarda e conservação da Instituição Custodiante, até a data do pagamento integral do título;
- (iii) **Garantias dos CDCAs:** (1) cessão fiduciária, conforme faculdade atribuída pelos artigos 33 e 41 da Lei nº 11.076/04 e nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514/97: (1.1.) da CPR e (1.2.) dos direitos creditórios detidos em decorrência do contrato de fornecimento; (2) alienação fiduciária em garantia de um bem móvel ou imóvel, nos termos do artigo 66-B da Lei nº 4.728/65 e dos artigos 18 a 20 da Lei nº 9.514/97, caso aplicável; (3) penhor agrícola de cana-de-açúcar somente nos casos em que a respectiva CPR vinculada ao CDCA não contenha essa garantia cedularmente constituída; (4) aval cedular, quando aplicável; e (5) fiança bancária, quando aplicável.
- (iv) **Valor de Resgate:** o valor de resgate de cada um dos CDCAs será o seu valor nominal, acrescido da taxa de juros de 18% a.a (dezoito por cento ao ano), calculado de forma *pro rata temporis*, desde a data de emissão até a referida data de vencimento do CDCA;
- (v) **Liquidação:** a liquidação dos CDCAs será realizada em conformidade com o disposto no respectivo Contrato de Prestação de Serviços de Banco Registrador, Custodiante e Liquidante e Outras Avenças;



- (vi) **Razão de Garantia Apurada Trimestralmente:** a Devedora manterá vinculado aos CDCAs até a data de vencimento do título e de forma ininterrupta e cumulativa: (1) o valor das CPRs em valor correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor de resgate do CDCA; (2) penhor de lavoura de cana-de-açúcar em quantidade suficiente para produzir açúcar e/ou álcool em valor correspondente a 100% (cem por cento) do valor de resgate do CDCA; e (3) os direitos creditórios decorrentes do Contrato de Fornecimento em valor correspondente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor de resgate do CDCA;
- (vii) **Cálculo da Razão de Garantia:** (1) os direitos creditórios decorrentes da CPR terão seu valor calculado com base no preço da cana-de-açúcar divulgado pela UDOP, através do site www.udop.com.br; e (2) os direitos creditórios decorrentes do Contrato de Fornecimento terão seu valor calculado: (2.1.) se o produto for açúcar: o preço de açúcar da posição da data da apuração da Razão de Garantia Contrato de Açúcar nº. 11 – World Sugar (SB) divulgado diariamente pela ICE Futures, Inc.; e (2.2.) se o produto for álcool: o preço do álcool divulgado semanalmente pelo CEPEA da ESALQ;
- (viii) **Vencimento dos CDCAs:** Todos os CDCAs vencerão em 30 de setembro de 2010;
- (ix) **Vencimento Antecipado dos CDCAs:** os CDCAs poderão ser considerados antecipadamente vencidos, a critério exclusivo da Emissora, nas hipóteses elencadas na cláusula 9 do título, inclusive no caso de não cumprimento de qualquer razão de garantia do CDCA até o vencimento integral do título; e
- (x) **Inadimplemento e juros moratórios:** caso as Devedoras não efetuem o pagamento do título na data de seu vencimento, ficarão obrigadas ao pagamento de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor inadimplido, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e incidente sobre o valor total apurado após a adição da multa acima.

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are four distinct marks: a large 'X' shape, a circular mark with a horizontal line, and two sets of initials or signatures.

Nível de Concentração de Cada CDCA em relação ao Total dos CDCAs (Todos os CDCAs são vinculados a ambas as séries dos CRAs)

Valor total dos CRAs	Valor Total dos CRAs, Separado por Cada Série	Identificação de cada CDCA Vinculado aos CRAs*	Proporção de cada CDCA em relação ao total dos CDCAs Vinculados aos CRAs*
R\$ 22.000.000,00 na Data de Emissão	CRAs 7ª Série: R\$ 4.400.000,00, na Data de Emissão; e CRAs 8ª Série: R\$ 17.600.000,00, na Data de Emissão.	CDCA 004/2010- BDN	10,00%
		CDCA 004/2010- VAI	10,00%
		CDCA 004/2010-GUA	6,80%
		CDCA 004/2010-FER	7,30%
		CDCA 004/2010-ANG	5,50%
		CDCA 004/2010-DAL	9,10%
		CDCA 004/2010-AND	10,00%
		CDCA 004/2010-AGR	10,00%
		CDCA 004/2010-CDD	10,00%
		CDCA 004/2010-FLO	10,00%
		CDCA 004/2010-IJB	6,80%
		CDCA 004/2010-URV	4,50%

*Todos os CDCAs são vinculados a ambas as séries dos CRAs.

2. Descrição dos CDCAs: Identificação das Devedoras, Valor Nominal, CPR Vinculada e Identificação dos Avalistas

CDCA	EMITENTE	NOMINAL	CPR Vinculada	AVALISTAS
CDCA 004/2010-BDN	BALDIN BIOENERGIA S.A.; 54.844.360/0001-07	R\$ 2.178.431,88	CPR 004/2010-BDN	OSVALDO BALDIN, MARIA LUCÉLIA DO PRADO BALDIN, FABIANO ROGÉRIO BALDIN
CDCA 004/2010-VAI	VALE DO IVAÍ S/A AÇÚCAR E ÁLCOOL; 75.177.857/0001-80	R\$ 2.179.863,16	CPR 004/2010-VAI	PAULO ALBERTO ZANETTI, CARLOS ALBERTO LONGO
CDCA 004/2010-GUA	DESTILARIA GUARICANGA LTDA; 47.807.797/0001-05	R\$ 1.485.294,48	CPR 004/2010-GUA	JOÃO GUILHERME RANZANI HERRMANN
CDCA 004/2010-FER	FERRARI AGROINDÚSTRIA LTDA.; 54.846.951/0001-05	R\$ 1.586.396,63	CPR 004/2010-FER	WALDEMAR SINEFONTE FERRARI
CDCA 004/2010-ANG	USINA SANTO ÂNGELO LTDA., 19.537.471/0001-61	R\$ 1.192.144,18	CPR 004/2010-ANG	PEDRO REDEMPTOR GUIDI, PEDRO DE PAULA GUIDI, ÂNGELO DE PAULA GUIDI, JOSÉ LUIS BALARDIN, CARLOS GUIDI, CARLOS GUIDI JUNIOR, MAURÍCIO GUIDI, JOSÉ MANOEL GOMES, OTÁVIO DE PAULA

CDCA 004/2010-DAL	DAIL S/A DESTILARIA DE ALCOOL IBAITI; 77.128.882/0002-80	R\$ 1.981.693,78	CPR 004/2010-DAL	MANACÁ AGROPECUÁRIA LTDA, 47.475.223/0001-79
CDCA 004/2010-AND	COMPANHIA ENERGETICA VALE DO SÃO SIMÃO; 08.215.996/0001-64	R\$ 2.179.863,18	CPR 004/2010-AND	JOSÉ CARLOS ALEXANDRE, ALEXANDRE BICALHO DE ANDRADE
CDCA 004/2010-AGR	AGROINDUSTRIAL ESPÍRITO SANTO DO TURVO LTDA.; 01.864.110/0001-64	R\$ 2.184.162,64	CPR 004/2010-AGR	
CDCA 004/2010-CDD	SANTA CÂNDIDA AÇÚCAR E ALCOOL LTDA.; 45.461.753/0001-32	R\$ 2.175.572,16	CPR 004/2010-CDD	ALFREDO TONON, JOSÉ ANTÔNIO TONON
CDCA 004/2010-FLO	FLORALCO AÇÚCAR E ALCOOL LTDA.; 60.918.968/0001-23	R\$ 2.182.728,53	CPR 004/2010-FLO	JOSÉ REINALDO BERTOLO, JOÃO FLORENTINO BERTOLO
CDCA 004/2010-IJB	USINA ITAJOBÍ LTDA. - AÇÚCAR E ALCOOL; 43.533.819/0003-99	R\$ 1.490.180,22	CPR 004/2010-IJB	ANTÔNIO MÁRIO SALLES VANNI
CDCA 004/2010-URV	USINA RIO VERDE LTDA.; 02.043.917/0001-07	R\$ 992.801,19	CPR 004/2010-URV	CÁSSIO BELLINTANI IPLINSKI, RITA DE CÁSSIA TONIN IPLINSKI, GEORGE DE REZENDE IPLINSKI, NEUSA MARISA BELLINTANI IPLINSKI

3. Características das CPRs que tenham Penhor Agrícola : Identificação dos Emitentes, Quantidade de Cana-de-Açúcar Empenhada, Quantidade de Açúcar ou Alcool Resultante da Cana-de-Açúcar Empenhada e Identificação do Fiel Depositário.

CPR	EMITENTE	CANA (ton)	PRODUTO (m³ / tm)	FIEL DEPOSITÁRIO
CPR 004/2010-BDN	OSVALDO BALDIN, 139.164.838-20, ADRIANA CÉLIA BALDIN, 123.426.358-00, AGRÍCOLA BALDIN S.A, 54.844.360/0001-07	30.866	3.704	PAULO ROBERTO CALTRAN, 139.509.908-10
CPR 004/2010-VAI	IVAICANA AGROPECUÁRIA LTDA; 81.264.897/0001-62	46.139	3.922	PAULO ADALBERTO ZANETTI, 360.946.179/91
CPR 004/2010-FER	FERRARI AGRÍCOLA S/A, 08.771.673/0001-57, VALTER PAZZETTI, 021.051.108-78, THEREZA TERCO MIYA PAZZETTI, 839.504.948-04	22.448	2.694	JOSÉ SÉRGIO FERRARI, 071.793.758-53
CPR 004/2010-DAL	MANACÁ AGROPECUÁRIA LTDA, 47.475.223/0001-79	41.945	3.565	RENO FERRARI FILHO, 012.545.188-19
CPR 004/2010-AND	VALE DO SÃO SIMÃO AGRICULTURA LTDA, 08.215.989/0001-62	30.866	3.704	JOSÉ CARLOS DE ANDRADE, 743.854.618-72
CPR 004/2010-AGR	AGRÍCOLA RIO TURVO LTDA, 04.523.252/0001-56	30.866	3.704	LUIZ HENRIQUE DUMONT, 278.972.226-91

CPR 004/2010-CDD	RENATO JOSÉ TONON, 195.934.068-91, CELSO ROBERTO TONON, 710.968.688-49, ABELMIR BORTOLO TONON, 195.937.168-15, ANTONIO TONON, 195.936.868-00, JOSÉ ANTONIO TONON, 035.374.718-15, ALFREDO TONON, 172.227.708-44	30.866	3.704	ALFREDO TONON, 172.227.708-44
CPR 004/2010-FLO	AGRO BERTOLO LTDA, 61.224.267/0001-57, BERTOLO AGROPASTORIL LTDA., 52.317.435/0001-68	30.866	3.704	JOSÉ REINALDO BERTOLO, 056.360.608-82
CPR 004/2010-IJB	ANTÔNIO MÁRIO SALLES VANNI, 269.540.448-49, JOSÉ PEDRO MOTTA SALLES, 012.045.728-87	21.045	2.525	JOSÉ PEDRO MOTTA SALLES, 012.045.728-87
CPR 004/2010-URV	CÁSSIO BELLINTANI IPLINSKY, 123.314.828-10	20.972	1.783	CÁSSIO BELLINTANI IPLINSKY, 123.314.828-10

Handwritten signatures and initials, including a large 'X' and several cursive signatures.

4. Características dos Instrumentos de Penhor, somente quando as CPRs vinculadas não tenham penhor cedularmente constituído:

CDCA	EMPENHANTES	CANA (ton)	PRODUTO (m³ / tm)	FIEL DEPOSITÁRIO
CDCA 004/2010-ANG	USINA SANTO ÂNGELO LTDA.,	16.836	2.020	JOSÉ LUIS BALARDIN, 742.808.218-87
CDCA 004/2010-GUA	DESTILARIA GUARICANGA LTDA.	31.459	2.674	GUSTAVO RANZANI HERRMANN, 258.519.988-65

5. Características dos Recebíveis dos respectivos Contratos de Fornecimento de Açúcar Alcool Cedidos Fiduciariamente em Garantia dos CDCAs

CDCA GARANTIDO	PRODUTO	OFFTAKER	QUANTIDADE CEDIDA
CDCA 004/2010-BDN	AÇÚCAR	DULCINI S.A.	3.704
CDCA 004/2010-VAI	ÁLCOOL	CPA	3.922
CDCA 004/2010-GUA	ÁLCOOL	FLÓRIDA	2.674
CDCA 004/2010-FER	AÇÚCAR	COPERSUCAR	2.694
CDCA 004/2010-ANG	AÇÚCAR	TATE & LYLE	2.020
CDCA 004/2010-DAL	ÁLCOOL	CLARION S.A.	3.565
CDCA 004/2010-AND	AÇÚCAR	COPERSUCAR	3.704
CDCA 004/2010-AGR	AÇÚCAR	OLAM	3.704
CDCA 004/2010-CDD	AÇÚCAR	FLUXO S.A.	3.704
CDCA 004/2010-FLO	AÇÚCAR	COIMEX	3.704
CDCA 004/2010-IJB	AÇÚCAR	COPERSUCAR	2.525
CDCA 004/2010-URV	ÁLCOOL	NPK	1.783

6. Características do(s) Bem(ns) Imóvel(is) alienado(s) fiduciariamente, quando aplicável:

CDCA GARANTIDO	MATRÍCULA	COMARCA	ÁREA (ha)	DESCRIÇÃO	VALOR DO IMÓVEL
CDCA 004/2010-GUA	15136,15137, 15138, 15139, 15140, 15141, 15142	PIRAJUI-SP	1.614,24	IMÓVEL RURAL	R\$ 27.450.000,00
CDCA 004/2010-DAL	3311, 7750, 3297, 11667, 3949, 3787, 3786, 7465, 6004, 2314, 6899, 2715, 7791, 1977, 4735, 6097, 6096, 10196, 13184, 13181, 7324, 7312, 7325	IBAITI-PR	2.146,23	IMÓVEL RURAL	R\$ 27.828.807,07

7. Características do(s) Bem(ns) Móvel(is) alienado(s) fiduciariamente, quando aplicável:

CDCA GARANTIDO	BENS MÓVEIS	COMARCA	MATRÍCULA	VALOR
CDCA 004/2010-BDN	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	PIRASSUNUNGA-SP	27943	R\$ 28.496.700,00
CDCA 004/2010-VAI	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MARIALVA-PR	21137, 21340, 10625, 20068	R\$ 28.992.903,06
CDCA 004/2010-FER	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	PIRASSUNUNGA-SP	19601, 27296	R\$ 21.077.800,00
CDCA 004/2010-ANG	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS-MG	12179	R\$ 23.840.000,00

CDCA 004/2010-CDD	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	JAÚ-SP	1516	R\$ 28.728.000,00
CDCA 004/2010-FLO	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	ADAMANTINA-SP	8.866	R\$ 25.832.000,00
CDCA 004/2010-IJB	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	NOVO HORIZONTE	6.392	R\$ 19.378.000,00

8. Carta de Fiança, quando aplicável:

CDCA GARANTIDO	INSTITUIÇÃO	VALOR
CDCA 004/2010-AGR	BANCO RURAL	R\$ 28.283.384,84

Anexo II - Tributação dos Titulares dos CRAs.

As regras gerais relativas aos principais tributos aplicáveis a investidores nos Certificados de Recebíveis do Agronegócio encontram-se descritos a seguir, inclusive com determinadas particularidades aplicáveis a investidores qualificados de certas formas. Cada investidor deve avaliar os impactos tributários de investimento nos Certificados de Recebíveis do Agronegócio considerando suas circunstâncias específicas.

Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF

A remuneração produzida por Certificados de Recebíveis do Agronegócio percebidos, especificamente, por pessoas físicas residentes no Brasil é isenta do imposto de renda (na fonte e na declaração de ajuste anual), independentemente da data de emissão do referido certificado, a partir de 1º de janeiro de 2005. Frise-se, no entanto, que, a referida remuneração pode ser considerada restrita a rendimentos, sendo que os ganhos de capital auferidos por pessoa física em relação a Certificados de Recebíveis do Agronegócio podem estar sujeitos ao imposto de renda, nos termos da legislação em vigor na data da ocorrência do fato gerador.

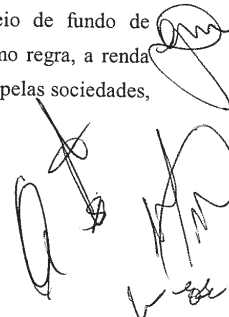
Em relação aos demais investidores, como regra geral, o regime tributário inerente aos rendimentos e ganhos relativos a Certificados de Recebíveis do Agronegócio é o mesmo aplicado aos títulos de renda fixa.

A partir de 1º de janeiro de 2005, a tributação de rendimentos e ganhos decorrentes de títulos de renda fixa foi alterada, sendo estabelecidas alíquotas regressivas em razão do prazo de aplicação dos recursos. Assim, os rendimentos dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio são, via de regra, tributados pelo IRRF às alíquotas de:

- (i) 22,5% quando os investimentos forem realizados com prazo de até 180 (cento e oitenta) dias;
- (ii) 20% quando os investimentos forem realizados com prazo de 181 dias até 360 dias;
- (iii) 17,5% quando os investimentos forem realizados com prazo de 361 dias até 720 dias;
- (iv) 15% quando os investimentos forem realizados com prazo igual ou superior a 721 dias.

O IRRF pago por investidores qualificados como pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real, presumido, ou arbitrado é considerado antecipação, gerando o direito à restituição ou compensação do montante retido com o IRPJ apurado em cada período de apuração.

Também, na hipótese de aplicação financeira em Certificados de Recebíveis do Agronegócio realizada por instituições financeiras, seguradoras, entidades de previdência complementar abertas (com recursos não derivados das provisões, reservas técnicas e fundos), sociedades de capitalização, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários e sociedades de arrendamento mercantil, inclusive por meio de fundo de investimento, há dispensa de retenção na fonte e do pagamento do IRRF. Não obstante, como regra, a renda oriunda da dita aplicação financeira está sujeita à regular incidência do IRPJ e CSLL devidos pelas sociedades, ao término dos respectivos períodos de apuração.



Em relação aos investidores residentes, domiciliados ou com sede no exterior, aplica-se, como regra geral, o mesmo tratamento dos rendimentos e ganhos percebidos pelos residentes no país. Nesses casos, rendimentos dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio estão sujeitos ao IRRF segundo a tabela regressiva acima descrita (alíquotas de 22,5% a 15%, conforme o prazo entre o início do investimento e o pagamento de cada uma das parcelas de remuneração). Por sua vez, há um regime especial de tributação aplicável aos rendimentos e ganhos auferidos pelos investidores estrangeiros cujos recursos adentrarem o país de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000) e que não sejam domiciliados em país ou dependência que não tribute a renda ou que tribute a renda à alíquota máxima de 20%. Nesta hipótese, os rendimentos auferidos por investidores estrangeiros estão sujeitos à incidência do imposto de renda, à alíquota de 15%, ao passo que os ganhos realizados em ambiente de bolsa de valores são isentos do imposto de renda.

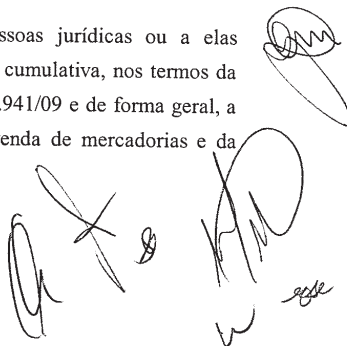
Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS e para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS

A contribuição ao PIS e a COFINS incidem sobre o valor do faturamento mensal das pessoas jurídicas ou a elas equiparadas e podem ser recolhidos pela sistemática não-cumulativa ou cumulativa.

Caso a sistemática não-cumulativa seja adotada, a base de cálculo de PIS e COFINS deve considerar a totalidade das receitas auferidas pelas pessoas jurídicas ou a elas equiparadas, independentemente do tipo de atividade exercida e da classificação contábil adotada para tais receitas. A remuneração percebida pelas pessoas sujeitas ao PIS e à COFINS pela sistemática não-cumulativa a título de pagamento dos juros dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio constitui receita financeira, estando, portanto, sujeita à alíquota zero no que tange às referidas contribuições, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 5.442/05.

No tocante à contribuição ao PIS, é importante mencionar que, de acordo com a Medida Provisória nº 66, convertida na Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, desde 1º de dezembro de 2002, no caso da sistemática não-cumulativa: (i) a alíquota foi elevada para 1,65%; e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras, o que fará com que a sistemática de apuração da contribuição ao PIS se assemelhe à aplicável ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. No mesmo sentido, houve a alteração da sistemática da tributação da COFINS para a não-cumulatividade, pois de acordo com a Medida Provisória nº 135, convertida na Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, desde 1º de fevereiro de 2004: (i) a alíquota foi elevada para 7,6%; e (ii) o valor do tributo apurado pode ser compensado com créditos decorrentes de custos e despesas incorridos junto a pessoas jurídicas brasileiras.

Não obstante as modificações legais acima mencionadas, há determinadas pessoas jurídicas ou a elas equiparadas que continuam sujeitas à incidência de PIS e COFINS pela sistemática cumulativa, nos termos da Lei nº 9.718/98. Em relação a essas pessoas, desde a entrada em vigor da Lei nº 11.941/09 e de forma geral, a base de cálculo de PIS e COFINS compreende apenas as receitas oriundas da venda de mercadorias e da



prestação de serviços, o que, em princípio, não incluiria a remuneração a título de pagamento de juros dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio.

Sobre os rendimentos auferidos por investidores qualificados como pessoas físicas não há incidência de PIS ou COFINS.

Imposto sobre Operações Financeiras na modalidade “Títulos e Valores Mobiliários” – IOF/TVM

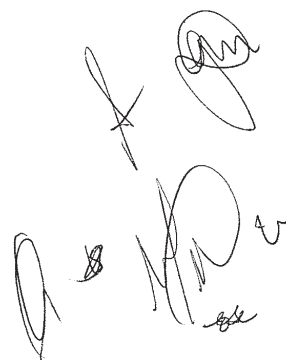
A aquisição, cessão, resgate, repactuação ou pagamento para liquidação de títulos e valores mobiliários está sujeita à incidência do IOF/TVM. Atualmente, aplica-se alíquota zero para operações com Certificados de Recebíveis do Agronegócio. A referida alíquota, porém, pode ser aumentada para até 1,5% ao dia sobre o valor da operação, mediante ato do Poder Executivo. Esse ato poderá ser editado a qualquer tempo, mas não poderá surtir efeito retroativamente.

Imposto sobre Operações Financeiras na modalidade “Câmbio” – IOF/Câmbio

Há incidência do IOF/Câmbio sobre a liquidação de operação de câmbio referente à entrada e saída de recursos financeiros no e do Brasil. Entradas e saídas de recursos no e do Brasil referentes a investimentos no mercado financeiro e de capitais brasileiro, inclusive nos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução CMN nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000), estão sujeitos ao IOF/Câmbio à alíquota zero. As demais operações de câmbio estão sujeitas, em geral, à alíquota de 0,38%, muito embora alíquotas inferiores ou superiores possam ser aplicáveis a operações específicas. A alíquota do IOF/Câmbio pode ser aumentada para até 25% sobre o valor da operação de câmbio, por ato do Poder Executivo, mas tal aumento não poderá surtir efeitos retroativos.

Handwritten signatures and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. There are several distinct marks, including what appears to be a large 'X' or checkmark, and various cursive signatures.

Anexo III – Declarações da Emissora e do Coordenador Líder da Emissão

Handwritten signatures and initials in black ink. There are four distinct marks: a stylized signature on the left, a signature with a large loop on the top right, a signature with a large 'O' on the bottom right, and a small signature at the bottom right.

DECLARAÇÃO

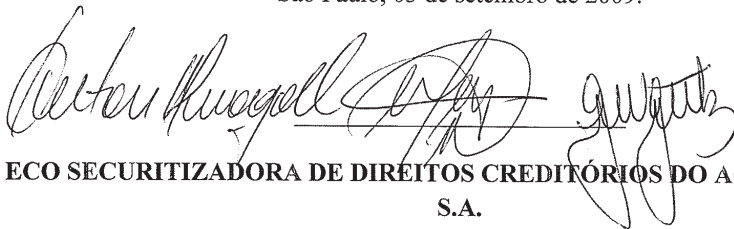
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03 E DO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM Nº 414/04

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar (“Companhia”), com seus atos devidamente arquivados na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35300367308, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03 e da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Companhia, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

- (i) as informações prestadas no prospecto preliminar e no prospecto definitivo sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes nas suas respectivas datas;
- (ii) O prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterà, na data da sua publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta; e
- (iii) O prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia declara nos termos do item 15 do Anexo III da Instrução CVM 414/04 quanto à legalidade e ausência e ausência de vícios da presente operação de securitização, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas nos Termos de Securitização e nos Prospectos.

São Paulo, 03 de setembro de 2009.



ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03 E DO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM Nº 414/04

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, CEP: 04.538-132 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54 ("**Planner**"), neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar, com seus atos devidamente arquivados na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35300367308, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 ("**Companhia**"), declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM n.º 400/03, e da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Companhia, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

- (i) as informações prestadas pela Companhia no prospecto preliminar e no prospecto definitivo sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes nas suas respectivas datas;
- (ii) O prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, na data da sua publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta; e
- (iii) O prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Adicionalmente, a Planner declara nos termos do item 15 do Anexo III da Instrução CVM 414/04 quanto à legalidade e ausência e ausência de vícios da presente operação de securitização, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas nos Termos de Securitização e nos Prospectos.

São Paulo, 03 de setembro de 2009.

Planner Corretora de Valores S.A.

*Planner Corretora de Valores S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 10º andar
São Paulo SP 04538-132*

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

7.5. Declarações da Emissora e do Coordenador Líder

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

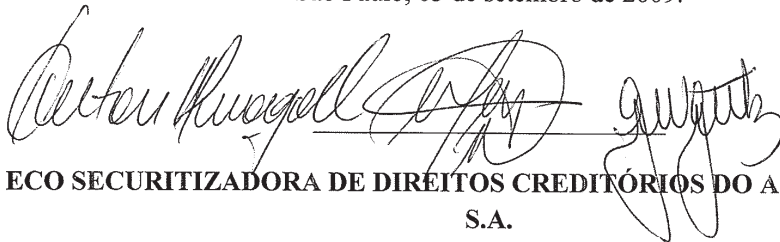
PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03 E DO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM Nº 414/04

ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar (“Companhia”), com seus atos devidamente arquivados na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35300367308, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400/03 e da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Companhia, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

- (i) as informações prestadas no prospecto preliminar e no prospecto definitivo sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes nas suas respectivas datas;
- (ii) O prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, na data da sua publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta; e
- (iii) O prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Adicionalmente, a Companhia declara nos termos do item 15 do Anexo III da Instrução CVM 414/04 quanto à legalidade e ausência e ausência de vícios da presente operação de securitização, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas nos Termos de Securitização e nos Prospectos.

São Paulo, 03 de setembro de 2009.



ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.



DECLARAÇÃO

PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400/03 E DO ITEM 15 DO ANEXO III DA INSTRUÇÃO CVM Nº 414/04

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A. instituição com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, CEP: 04.538-132 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.806.535/0001-54 ("Planner"), neste ato, representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de coordenador líder da distribuição pública da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da **ECO SECURITIZADORA DE DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO S.A.**, sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Pedroso de Moraes, 1553, 8º andar, com seus atos devidamente arquivados na Junta Comercial de São Paulo sob o NIRE 35300367308, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 ("Companhia"), declara, nos termos do art. 56 da Instrução CVM nº 400/03, e da primeira emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Companhia, que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que:

- (i) as informações prestadas pela Companhia no prospecto preliminar e no prospecto definitivo sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes nas suas respectivas datas;
- (ii) O prospecto preliminar contém e o prospecto definitivo conterá, na data da sua publicação, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta; e
- (iii) O prospecto preliminar foi, e o prospecto definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes.

Adicionalmente, a Planner declara nos termos do item 15 do Anexo III da Instrução CVM 414/04 quanto à legalidade e ausência e ausência de vícios da presente operação de securitização, além da veracidade, consistência, correção e suficiência das informações prestadas nos Termos de Securitização e nos Prospectos.

São Paulo, 03 de setembro de 2009.

Planner Corretora de Valores S.A.

Planner Corretora de Valores S.A.
Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900 10º andar
São Paulo, SP 04538-132